



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
DOMINGOS PEREIRA RODRIGUES

**A CONSCIÊNCIA DE CLASSE DOS
PAPELEIROS SERRANOS**

FLORIANÓPOLIS
1999



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

A consciência de classe dos papeleiros serranos

Domingos Pereira Rodrigues

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ponte de Souza

Florianópolis, abril de 1999

Agradecimentos

Ao prof^o Dr Fernando Ponte de Souza, pela clareza, incentivo e constante disposição na orientação desta dissertação.

Aos professores, secretárias e colegas de curso, pelos momentos de partilha, estudo, discussões e companheirismo.

Aos trabalhadores papeleiros, que não se cansam de apostar na possibilidade da superação ideológica do capitalismo.

À CAPES, pois sem a bolsa de mestrado provavelmente eu não poderia ter levado este projeto adiante.

Aos meus familiares, pela vida, apoio e incentivo.

Aos grandes amigos, pelo estímulo e “torcida”.

À Adriana, pela compreensão e paciência, e também pela revisão deste trabalho.

Ao Vinícius, que com sua maravilhosa chegada alegrou e tornou completa a nossa vida.

Resumo

Esta dissertação pretende estudar a particularidade da classe operária brasileira, no caso dos papeleiros do planalto catarinense. O referencial de análise está centrado no conceito de consciência de classe, conforme aparece no pensamento marxiano através das formulações de Lukács e Lenin.

O eixo da investigação gira em torno da especificidade formadora desta classe, que se insere no modelo analítico da “via colonial”, como transição do capitalismo agrário para o capitalismo industrial. Buscamos compreender os nexos ontológicos da consciência de classe desse coletivo operário tendo como pressuposto, a herança do tradicionalismo caboclo,¹ em meio ao conflito das relações de trabalho capitalista no contexto da controvertida forma de inovações tecnológicas, modelo explicativo da consolidação do hipertardio capitalismo brasileiro.

As reações dos papeleiros no conflito capital-trabalho oferecem elementos explicativos para a compreensão de alternativas e estratégias que visem o enfrentamento e superação do antagonismo imposto pelo capitalismo industrial.

O objeto de estudo trata da formação da consciência operária por ocasião de duas greves que ocorreram no final dos anos 80 e início dos anos 90 (1986 e 1990).

Não pretendemos esgotar o assunto, mas chegamos à conclusão de que a consciência de classe destes operários, mesmo caracterizada como uma falsa consciência, encontra, através da práxis, estratégias, em meio às alternativas individuais, e de ação coletiva no conflito das relações de trabalho no capitalismo avançado.

Palavras-chave: consciência de classe; reestruturação produtiva, sindicalismo, indústria papeleira.

¹ Entendido como a marca clientelista do modelo patrimonialista de colonização no planalto catarinense.

Abstract

This study deals with the peculiarity of the Brazilian work class, in our case, the papermakers of the Catarinense Altiplane. The analytical point of reference is centered on the concept of class consciousness, as it appears in the Marxian thought through Lukács and Lenin's formularizations.

The investigation axis moves around the fashioning peculiarity of this class, which is inserted in the analytical pattern of the "colonial way", as a transition from the agrarian capitalism to the industrial one.

Thus we try to understand the ontological ties of class consciousness of this work aggregate, by having the inheritance of the caboclo traditionalism² as a postulation, within the conflict of the capitalist work relationships, in the context of the controverted form of technological innovations, which in turn is an explanatory pattern of the consolidation of the Brazilian hyperlate capitalism.

The papermakers reactions in the conflict capital/work offer explanatory elements for the understanding of both alternatives and strategies that aim at confronting and overcoming the antagonism imposed by the industrial capitalism. The study object deals with the building up of the work consciousness during the two strikes that occurred by the end of the 80s and beginning of the 90s (1986 and 1990).

It was not our purpose to exhaust the subject, but we got to the conclusion that the class consciousness of those workers, even if characterized as a false consciousness, finds strategies – through the praxis – within the individual alternatives and the collective action in conflict of the work relationships of the onward capitalism.

² Understood as a clientelistic mark of the patrimonialistic pattern of colonization of the Catarinense Altiplane.

Sumário

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
1. Introdução.....	1
2. A possibilidade objetiva da consciência de classe.....	5
2.1. Formulações e problemas do conceito.....	5
2.2. Da falsa para a verdadeira consciência.....	10
2.3. O trabalho humano, sua dimensão teleológica e consciência.....	12
2.4. Consciência de classe, espontaneísmo e práxis social.....	14
3. A problemática da reestruturação produtiva.....	18
3.1. O paradigma fordismo-taylorismo.....	19
3.2. A crise do modelo fordista-taylorista e a reestruturação produtiva.....	20
4. A classe operária e a particularidade do capitalismo no Brasil.....	25
4.1. A via colonial.....	25
4.2. O fordismo periférico e a reestruturação produtiva no Brasil.....	28
5. Os caminhos do papel.....	33
5.1. Das origens à forma capitalista de produção.....	33
5.2. Perfil tecnológico contemporâneo.....	35
5.3. A indústria brasileira de papel e celulose e a concorrência internacional.....	37
5.4. A emergência e consolidação da indústria de papel e celulose no Brasil.....	40
5.5. Características e posição de Santa Catarina na produção de papel e celulose.....	45
5.5.1. A emergência do setor no planalto catarinense.....	48
5.5.2. As empresas líderes do planalto.....	52
5.5.3. Características específicas da produção de papel e celulose no planalto catarinense.....	53
6. A consciência de classe dos papeteiros serranos.....	62
6.1. A falsa consciência no processo de formação da classe dos papeteiros	62
6.1.1. Um pouco da história e da cultura.....	63

6.2. Da consciência empírica à formação da consciência de grupo.....	69
6.2.1. A imagem de mãe e madrasta.....	70
6.2.2. A formação teórica: o apoio da pastoral operária.....	73
6.3. A práxis operária e o poder sindical no período das greves.....	79
6.3.1. O movimento grevista brasileiro – a explosão dos anos 80.....	79
6.3.2. As greves na memória dos trabalhadores – Práxis e consciência de classe.....	80
6.3.2.1. Greve de massa e consciência de classe.....	82
6.3.2.2. A transformação da base objetiva da luta de classes.....	86
6.3.2.3. O salto qualitativo: da consciência sindical para a consciência política.....	89
7.. Considerações finais.....	92
8. Bibliografia.....	95
9. Anexo 1 – Lista de Siglas.....	103

1 -Introdução:

A decisão de levar a efeito o estudo de caso deste coletivo operário na análise da consciência de classe, foi motivada pela relativa escassez de material sobre o assunto, assim como pelo meu interesse no caso particular dos trabalhadores da indústria de papel e celulose do planalto catarinense.

Duas motivações iniciais me levaram a escolher o caminho e o objeto de estudo: a primeira, é o fato de que desde a criação do Sitipel (Sindicato de Papel, Papelão e Cortiça de Lages e região) em 1973 não houve nenhuma mudança na sua diretoria, e assim ocorre com seis dos oito sindicatos de papel e celulose do Estado de Santa Catarina.¹ E a segunda diz respeito ao comportamento deste coletivo operário em dois momentos de conflitos com as empresas. (Nas duas greves que ocorreram - 1986 e 1990, a primeira foi iniciada sem a participação do sindicato, e durante a segunda greve o sindicato fez composição paralela com a empresa). Decidi que um tema interessante a ser pesquisado seria indagar sobre a maneira das lutas grevistas e sindicais na particularidade do setor papelero do planalto catarinense, se expressam ou não um momento de consciência de classe. E em que medida esta consciência teria ou não se alterado com o advento das inovações tecnológicas.

Estas duas indagações transformam-se em três blocos principais de investigação empírica: o primeiro analisa de que modo a identidade de classe aparece no grupo estudado. O segundo, como esta identidade interage com os conflitos. E o terceiro como estes conflitos são assimilados e superados no contexto das inovações tecnológicas. Os três blocos não são divisões rígidas do capítulo que aborda a pesquisa de campo, mas são preocupações orientadoras que vão aparecendo na apresentação dos itens do capítulo 7. Em vista disso, o estudo se situa precisamente de meados dos anos 80 a meados de 90. Este período foi marcado por expressivas mudanças tecnológicas e organizacionais, e também abrange o contexto das lutas grevistas, objeto deste estudo.

Como referencial teórico procuro situar a análise na elaboração marxiana do conceito de consciência de classe, conforme aparece na formulação de Lukács e Lenin,

¹ Conforme dados da FETIESC (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina), dos oito sindicatos ligados à Indústria de Papel e Celulose, apenas os sindicatos de Campos Novos, fundado em 1989 e, Joaçaba, fundado em 1960, sofreram mudanças em suas diretorias.

procurando evitar as elaborações que privilegiam os aspectos da consciência “empírica”, “psicológica”, “individual” e deixam de lado a análise das complexas relações sociais.

Como os papaleiros do planalto catarinense se formaram num contexto de implantação de grandes indústrias de papel e celulose na região, vimos a importância de analisar a problemática da via colonial que caracteriza em grande parte a formação do operariado brasileiro. No caso do planalto serrano, os trabalhadores são oriundos do ciclo da madeira marcado pelo extrativismo regional.

A pesquisa focaliza as relações entre os trabalhadores, lideranças sindicais e os conflitos entre o capital e o trabalho, e por isso, o método qualitativo me pareceu mais apropriado. As entrevistas em profundidade possibilitam romper com o discurso pronto de algumas lideranças politicamente mais articuladas, e as entrevistas longas e abertas permitem a construção da necessária confiança e comunicação entre entrevistador e entrevistado. Estas foram aplicadas numa amostra que representa aproximadamente 5% do total dos trabalhadores diretos e aquelas, foram aplicadas às lideranças sindicais, militantes mais preparados e à gerência das fábricas. Foram aplicadas 20 entrevistas longas e abertas na Igaras, em Otacílio Costa, 20 na Celucat, em Correia Pinto, e 5 em cada uma das unidades menores instaladas em Lages (Bates e Celucat que por sua vez são filiais da Celucat em Correia Pinto). Além disso, foram entrevistadas mais profundamente, através de um roteiro semi-estruturado, 12 pessoas, sendo que oito, estavam ligadas à Pastoral Operária na época, duas pessoas fazem parte da diretoria do sindicato, e as outras duas são das respectivas diretorias das fábricas. Ao todo foram 62 entrevistas, somando aproximadamente 124 horas de gravação.

Na primeira visita que fiz ao sindicato dos trabalhadores, em março de 1997, fui bem recebido, e fiquei animado pelo incentivo e interesse que a diretoria demonstrou pela temática da pesquisa. Logo fui percebendo que aquela abertura significava uma maneira de controlar o andamento da pesquisa, pela preocupação em fornecer listas de nomes para as entrevistas, e por me pedirem os nomes da rede que comecei a construir.

Não me surpreendi quando, depois de três meses (junho/97), um membro da diretoria, ao justificar o não fornecimento de dados solicitados pela segunda vez, comunicou-me que eu estava sendo visto pelo sindicato como um possível destruidor do trabalho do presidente, uma vez que “a pesquisa não estava sendo conjunta”. Com a manifestação desta barreira, que já estava sendo sentida, a estratégia do trabalho de campo

sofreu alteração, sobretudo quanto à rede de informantes que tomou novo impulso a partir de lideranças da Pastoral do Mundo do Trabalho.

As informações documentais tiveram que ser buscadas em outras fontes, principalmente no Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), alguns dados no sindicato patronal, e nos periódicos locais e regionais. No primeiro contato que tive com as empresas, guardei na memória a visão da chegada ao complexo industrial de Correia Pinto. A impressão que ficou da fábrica, ao passar pela Br 116 (aos 10 kms de Correia Pinto), é a de um enorme navio com suas chaminés de fumaça em pleno oceano de araucárias e pinus. Marcou também um cheiro forte e desagradável que perpassa o interior do veículo. Trata-se² do gás “mercaptanas” que é liberado pelas caldeiras através das chaminés da usina. O mesmo gás é liberado também na fábrica em Otacílio Costa.

A visita a cada uma das empresas foi possibilitada sem muita dificuldade através de solicitação formal. Porém o fornecimento de dados demorou de um a dois meses, pela tramitação intra-empresarial. Em todas as empresas pesquisadas, a autorização para visitação precisa sair da matriz em São Paulo. Isso até mesmo para os dados contábeis publicáveis. Coletar dados de unidades locais cujas publicações aparecem em percentuais consolidados aos dados gerais dos conglomerados empresariais necessitou um trabalho minucioso de extração dos mesmos através de diversos indicadores.

Por fim, esta dissertação ficou dividida em quatro partes: a primeira (capítulo 3) analisa as contribuições teóricas de Lukács, e Lenin, sobre a consciência de classe. Inicia-se com a construção do conceito e o lugar ontológico da consciência, aborda a dimensão teleológica do trabalho humano e conclui-se com uma breve abordagem sobre consciência de classe e práxis social.

A segunda, apresenta duas abordagens teóricas referentes à problemática do mundo do trabalho: uma (capítulo 4) analisa os debates recentes sobre a reestruturação produtiva na indústria no Brasil e no mundo, e a outra (capítulo 5) apresenta a questão da particularidade do capitalismo no Brasil.

A terceira parte, (capítulo 6) faz um breve levantamento dos principais acontecimentos da história do papel, resgata as origens; a produção moderna; o Brasil e a concorrência internacional e a posição do planalto serrano de Santa Catarina no cenário mundial.

² Segundo um engenheiro da Celucat.

A quarta parte trata da apresentação da pesquisa empírica realizada em 1996, e pretende discutir a questão da consciência de classe na particularidade do coletivo operário da indústria de papel e celulose do planalto catarinense. Três temas escolhidos na aplicação do instrumental de análise formam respectivamente os três itens do capítulo 7, operacionalizando as três principais categorias apresentadas na parte teórica (item 7.1): a formação da classe e a dialética da falsa consciência, analisa-se neste item a formação da identidade de classe dos trabalhadores, onde aparece a falsa consciência dos trabalhadores; a “práxis” operária e o poder sindical no período das greves (item 7.3), analisa a estrutura sindical e a organização dos trabalhadores papeleiros, momento da possibilidade objetiva da consciência de classe onde surge uma reação racional em vista do superamento da realidade sócio-econômica. Identificamos, nesta reação, na consciência adjudicada dos trabalhadores um momento, ainda que não duradouro, de apreensão da totalidade históricossocial; e por último (item 7.3.2.2) procuramos identificar, no contexto da reestruturação produtiva, o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes, analisando uma greve contra os trabalhadores. Terminamos com uma análise da organização partidária, em que se discute a possibilidade de um salto qualitativo que se verificou na passagem da consciência sindical para a consciência política.

2- A Possibilidade Objetiva da Consciência de Classe

2.1 - Formulações e problemas do conceito

O conceito consciência de classe supõe dois pressupostos básicos: de um lado, o conceito de classe social e de outro uma inter-relação da teoria marxiana da “infra-estrutura” com a “superestrutura”.³

O enfoque positivista estratifica a sociedade, não a partir da posição que os agentes ocupam nas relações de produção, mas a partir da interação de grupos ou indivíduos no “sistema”. Daí, diante dos fenômenos super- estruturais o tema da consciência de classe é substituído pelo das “representações coletivas”, “opiniões” e “atitudes”, que seriam o reflexo da coercitividade dos fatos sociais na mente humana. Tema este, próprio das análises psicossociais e interpretações microsociológicas⁴. Entendemos que para uma análise real e objetiva do nosso objeto de pesquisa precisamos recorrer a um pensamento que dê conta da sociedade como um todo estruturada dialeticamente. Por isso optamos pelo uso do conceito de consciência de classe, mesmo sabendo de suas ambivalências.

Os principais estudos sobre consciência de classe partem sempre da constatação de que Marx não elaborou uma teoria sobre consciência de classe⁵. Sua obra principal

³O uso da palavra classe remonta o censo romano, que possuía um sentido estatístico e taxonômico (Guimarães, A, Sérgio, A. 1991, p. 49). Em sociologia a palavra é empregada tanto nas teorias de estratificação social, nas quais classe é uma variável de gradação funcionalista, (Cf. vários ensaios sobre estrutura de classe e estratificação social, in, Velho, O, Org. 1973) como nas teorias propriamente de classe, nas quais classe é uma variável de relação e diferencia-se em duas correntes: - A weberiana (individualista) e a marxista (estruturalista e totalizante). A novidade explicativa que aparece na corrente marxista é a relação determinante da infra-estrutura econômica com a superestrutura política e ideológica na formação das classes e uma teleologia da história na pregação da extinção das classes, como o próprio Marx, numa carta a J. Weydemeyer escreve: “*Não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas(...) O que eu trouxe de novo foi: demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; que essa ditadura nada mais é do que uma sociedade sem classes*”.(Marx, e Engels, 1963).

⁴Sobre este viés determinista cf. Durkheim, Émile, (1970) *Representações individuais e Representações coletivas*; Coelho, R. Galvão, de Andrada, (1969) *Estrutura social e dinâmica psicológica*. Sobre a crítica dessas teorias cf. Cohn, Gabriel, (1973) *Sociologia da comunicação*.

⁵Cf. Lukács. Georg Lukács no livro *História e consciência de classe* inicia o capítulo sobre a consciência de classe dizendo que a interrupção da obra principal de Marx justamente no momento em que se abordava a determinação das classes, obriga o movimento posterior a “ser ele próprio a interpretar e confrontar as declarações ocasionais de Marx e a aplicar o método”. Lukács, G., (1974) p.59. Na carta a István Mészáros, de

interrompe - quando tratava da abordagem da determinação das classes. Contudo, no conjunto dos escritos de Marx, e a partir do espírito de sua obra, aparecem indicações decisivas para se chegar ao significado da consciência de classe como um instrumento de mudança do real a partir da determinação deste mesmo real.

A complexidade do conceito “consciência de classe” começa pelo caráter ambivalente da expressão “Klassenbewusstsein” que significa ao mesmo tempo: a consciência de uma classe (consciência realmente existente dos membros da classe em condições concretas de tempo e lugar) e, a consciência dos interesses de classe, no sentido da tomada de consciência dos interesses de classe, o que constitui o objeto da teoria e da ideologia (consciência de classe).⁶ O marxismo, utilizando a terminologia clássica alemã fala nestes casos de “classe em si” (formada na base da relação dos seus membros com os meios de produção) e, classe para si (quando os interesses de classe tenham-se propagado por todos os seus membros).

Para Adam Schaff, uma tal consciência (consciência de classe), por exigir o domínio das ciências sociais, é possível somente aos

intelectuais que, como Marx e Engels constataram e demonstraram no *Manifesto do Partido Comunista*, se colocam ao lado da classe operária, e podem tomar consciência da situação real e do papel histórico do proletariado. É portanto aos intelectuais, e depois, numa certa etapa do desenvolvimento do movimento operário, ao partido revolucionário, que compete a função de fazer penetrar a consciência de classe no movimento operário espontâneo. (SCHAFF, 1973, p.12)⁷

No prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* está contida a idéia central do materialismo dialético, na afirmação de Marx de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina a consciência” (MARX, 1974, p.136). Entretanto não se trata de entender a consciência como um epifenômeno da realidade social, como faz o materialismo vulgar. Para Marx o homem é produto e agente da sociedade. “As circunstâncias fazem os homens, assim como os

20 de julho de 1970, Lukács diz que a questão da consciência de classe pressupõe uma análise adequada de nossa época, tarefa que ainda não foi realizada pelo marxismo.(cf, Mészáros, I. e outros, 1973, p.5) ; Frederico, Celso(1979) constata que Marx não chegou a elaborar uma teoria sobre consciência de classe. Para Ricardo Antunes,(1990) o instrumental dialético no conjunto da obra de Marx é absolutamente necessário para enfrentar a questão da consciência de classe, mas o debate continua aberto.

⁶Cf. *Consciência de uma classe e consciência de classe*, in Schaff Adam, 1973, p. 9.

⁷ Conforme o autor, Kautsky formulou por primeiro esta concepção da consciência do exterior na classe operária. O partido revolucionário, representando a vanguarda consciente e organizada da classe operária,

homens fazem as circunstâncias”.⁸ Para Ricardo Antunes (1990, p.16) Marx estabelece, com esta afirmação, o primado da atividade do sujeito sem negar a determinação da materialidade, superando, de um lado o materialismo vulgar positivista e, de outro, a concepção idealista e abstrata.

Coube a Georg Lukács e Lenin, retomar direta e sistematicamente o tema, e o fizeram em momentos diferentes sendo fortemente influenciados pela conjuntura política da época. Lukács escreveu *História e consciência de classe* (1920) no contexto histórico da revolução húngara cujo movimento revolucionário se estrutura nos “conselhos operários”, que eram organizações independentes. Posteriormente, com o fracasso da revolução húngara, iria rever sua posição, escrevendo sobre a necessidade de se criar uma organização política capaz de superar a contra revolução e sobreviver às contra marchas do processo histórico⁹.

O mesmo caminho é percorrido também por Antônio Gramsci que atribuíra aos conselhos de fábrica o papel que mais tarde seria atribuído ao partido.¹⁰ Além da revisão política Lukács repensa sua posição filosófica, principalmente sobre a teoria do “reflexo” que foi alvo de muitas críticas¹¹. Lenin também escreve sobre consciência de classe e revê

assume a missão de fazer penetrar a consciência dos interesses de classe nas fileiras do proletariado. Esta abordagem política da consciência e seu papel na organização do operariado será retomada mais adiante.

⁸ Marx, K. e Engels, F., *A Ideologia Alemã*, (1991). Para Marx a condição social dos homens produz a consciência. De um lado a consciência aparece de forma imediata e limitada numa relação entre pessoas situadas fora do indivíduo. De outro, ocorre a tomada de consciência, que o homem faz parte, efetivamente, da sociedade. “*Este começo é tão animal quanto a própria vida social nesta fase: trata-se de simples consciência gregária e o homem se distingue do carneiro unicamente pelo fato de que nele sua consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é consciente*” (Marx, K. e Engels, F.op.cit. p. 44).

⁹No último ensaio do livro *História e Consciência de Classe*, escrito em 1920, Lukács fala da organização como a forma de mediação entre a teoria e a prática. Mesmo reconhecendo os limites das “ações de massa” concorda com Rosa Luxemburgo de que o papel do partido “não deve consistir na preparação e na direção técnica da greve mas, acima de tudo, na direção política do movimento” (Lukács, G, 1974, p.306). No final deste capítulo abordaremos a contribuição de Rosa Luxemburgo.

¹⁰Nos textos do *L Ordine Nuovo* (1919/1920), Gramsci colocava claramente a responsabilidade dos conselhos de fábrica na luta pela tomada do poder: “*Los órganos centrales que surjan para cada grupo de secciones, para cada grupo de fábricas, para cada ciudad, para cada region, hasta un supremo Consejo Obrero Nacional, seguirán organizandose, intensificando la obra de control, de preparacion y de ordenación de la clase entera para fines de conquista y de gobierno.*” (A los comisarios de seccion de los talleres FIAT-CENTRO Y PATENTES - 13/ IX/1919; L. O. N.; 31-34, in, Antonio Gramsci, *Antologia*, 1975 p.65). Posteriormente Gramsci iria atribuir ao partido a função da organização dos operários no enfrentamento do sistema capitalista: “*El partido socialista, constituido por la parte de la clase obrera que no se ha dejado deprimir ni postrar por la opresión fisica y espiritual del sistema capitalista, deberia encarnar la consciencia revolucionaria vigilante de toda la clase explorada.*” (Por una renovacion del partido socialista. - 8/V/1920; L. O. N.; 116-123. Ibidem,p.73).

¹¹ Como um princípio básico da doutrina materialista, a teoria do reflexo aparece formulada “no Anti-Duhring” de Engels, quando critica a concepção idealista Hegeliana presente no pensamento do Sr. Duhring: “*Se queremos, na realidade, saber o que são o pensamento e a consciência e de onde procedem, saberemos então que são produtos do cérebro humano e o próprio homem nada mais é do que um produto natural que se*

sua posição num momento forte do debate sobre o papel do partido político como interlocutor, mediador e instrumento de difusão do movimento revolucionário¹².

Lukács inicia sua obra operando conceitos globalizantes de situação de classe e consciência de classe. Duas interrogações centrais são formuladas: O que deve entender-se teoricamente por consciência de classe? e qual a função prática desta consciência na luta de classes? Como epígrafe da sua obra Lukács escolhe o trecho de *A Sagrada Família*, onde Marx afirma que

A questão não é aquilo que este ou aquele proletário ou mesmo todo o proletariado se representa num dado momento como objetivo. É aquilo que é o proletariado e aquilo que em conformidade com o seu ser, será historicamente obrigado a fazer. (LUKÁCS, G. 1974, p.59).

Esta escolha demarca as bases da sua abordagem centrando sua análise nas teses do materialismo histórico que põe em relevo a independência das forças motrizes da história em relação à consciência real dos homens que a fazem. Sua preocupação é precisar a origem dos "móveis" que provocam as grandes transformações históricas¹³. Por isso não hesita em afirmar que "A essência do marxismo científico consiste em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm delas" (Lukács, 1974, p. 60). Esta afirmação não nega que sejam os homens que fazem

formou e se desenvolveu dentro do seu ambiente e com ele"(Engels,1979, p.32). Para Lukács, o sujeito não é um simples espelho da história mas, juntamente com os fenômenos sociais fazem parte de um processo mais abrangente em que: o momento objetivo são os fenômenos sociais, econômicos e políticos, e o momento subjetivo é a formação da consciência.(Cf. Frederico, C., 1979 pp 23-24).

¹² A concepção Leniniana de consciência de classe presente em *Que Faire?* enfatiza que a teoria revolucionária só pode ser elaborada de fora das relações de produção pelo partido político enquanto vanguarda da revolução. Este texto de Lenin foi escrito em 1902 como preparação do II Congresso do Partido Social Democrata Russo, sobretudo no combate ao economicismo, e serviu de subsídio para o "Iskra", jornal revolucionário, fundado também por ele e Plekhanov, dois anos antes. Na tese central do *Que Fazer?* cita a idéia da consciência vinda do exterior de Kautsky. Cinco anos mais tarde esclarece que "*não se trata de dizer que os trabalhadores não tenham nenhum papel na elaboração da ideologia socialista.(...) A classe operária dirige-se espontaneamente para o socialismo, mas a ideologia burguesa que é a mais difundida e que ressuscita constantemente, impõe-se em primeiro lugar ao operário.(...) Considerar o conteúdo do Que Fazer? independentemente da tarefa a que o texto se propunha é errado*".(cf. Lenin, Opere, vol. 13, pp. 89- 95, in, Hobsbawm, 1986, pp. 113-118). Nos cadernos filosóficos Lenin afirma que "*a prática é superior ao conhecimento teórico porque possui não só a dignidade da universalidade como também a realidade imediata.*"(cf. Lenin, V. I. Cuadernos Filosóficos, p. 206, in, Frederico,C., 1979, p. 43).

¹³ Lukács adota aqui a posição que era quase unânime no contexto do movimento revolucionário dos anos vinte. A Europa vivia num clima que parecia encontrar-se à beira da revolução mundial, decorrente da onda revolucionária deflagrada pela Revolução de Outubro. Neste contexto, aos ideólogos e à vanguarda, fazia-se necessário a formulação clara de um programa de ação revolucionária, tal como resultava da tomada de consciência dos interesses do proletariado, mesmo que esta consciência não tenha atingido a totalidade da classe. Além disso a experiência da Revolução de Outubro havia mostrado que a vanguarda contribua para a elevação da consciência das massas. Com isso explica-se a tendência natural em acentuar o papel da ideologia marxista como expressão consciente dos interesses da classe operária.

conscientemente a sua própria história, mas, para Lukács esta consciência é falsa enquanto não fizer referência à totalidade social.¹⁴

Nesta base acima descrita, consciência de classe em Lukács pressupõe a referência à totalidade social concreta, como elemento constitutivo da sua formação que se dá num processo dialético. Ou seja, numa determinada situação deve ser considerado não aquilo que os homens efetivamente pensam mas, aquilo que deveriam pensar.

Ao reportar-se a consciência à totalidade da sociedade, descobrem-se os pensamentos e os sentimentos que os homens teriam tido, numa situação vital determinada, se tivessem sido capazes de perceber perfeitamente esta situação e os interesses dela decorrentes....ora , a reação racional adequada que deve, desta forma ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção, é a consciência de classe (LUKÁCS, 1974, p.64).

Levando este pensamento às últimas consequências, Lukács vai afirmar que a consciência de classe é a “inconsciência” dos membros da classe que existe no caminho da “possibilidade objetiva” enquanto “consciência atribuída ou adjudicada”¹⁵. Com isso, o conceito consciência de classe adquire um sentido unívoco, ao superar a simples descrição do pensamento para referir-se à vontade consciente do proletariado e a sua maturidade ideológica no processo revolucionário. Em outras palavras, Lukács faz derivar o pensamento de um conhecimento que já se apropriou da realidade e aparece enquanto um processo onde o verdadeiro e o falso são momentos integrantes do mesmo.¹⁶

Com esta definição Lukács enfrenta a interrogação central da sua análise que é a função prática da consciência na luta de classes. Sua preocupação é entender, a partir das reflexões marxianas, a passagem da falsa à verdadeira consciência, e desenvolver a

¹⁴Lukács fala da falsa consciência citando Engels numa carta a Mehring. O conceito de falsidade nesta referência não deve ser entendida como uma oposição entre o falso e o verdadeiro, mas dentro do método dialético em que o falso é um momento do verdadeiro.(cf.Lukács, 1974, p. 63).

¹⁵A possibilidade objetiva refere-se ao conhecimento da totalidade concreta (da realidade social) e do auto conhecimento (identidade do sujeito e do objeto), que significaria a consciência de classe como uma categoria adjudicada (que se julga de um objeto, junto ao mesmo objeto). Entende - se por “adjudicada” a consciência atribuída ao movimento operário enquanto voltado para a extinção das classes.(cf. Lukács, 1974,pp 64 - 65). Conforme Mészáros (1973, p. 126) a consciência atribuída implica a consciência que o operariado tem de sua missão historicamente determinada. Sobre a afirmação da consciência como inconsciência significa que o fato de pertencer a uma determinada classe não depende da vontade dos homens.

¹⁶A idéia de processo e da univocidade na definição da consciência de classe, enquanto consciência atribuída, elimina a possibilidade de se criar tipologias formais (como os tipos ideais weberianos). A preocupação de Lukács, não é a compreensão racional do mundo capitalista partindo dos valores como lógica imanente da realidade. Enquanto assume o princípio hegeliano de não separar a idéia do fato, e, o pensamento marxista de priorizar a práxis como matriz de forma de consciência, considera todo o processo histórico de formação da consciência de classe como aproximação constante da totalidade.

determinação de um sujeito capaz de superar os limites da “reificação” cujo pressuposto fundamental é a análise das consciências das duas únicas classes puras da sociedade moderna, a burguesia e o proletariado¹⁷. É a partir, portanto, da posição que estes dois agentes ocupam no processo de produção que se pode determinar a consciência de classe.

2.2 - Da falsa para a verdadeira consciência

A burguesia, que fixa historicamente a luta de classes como um fato, faz de tudo para desaparecer da consciência social a luta de classes. Este dilema repousa nas contradições profundas do capitalismo, como bem o define o *Manifesto Comunista*:

O capital é uma força social cujos movimentos são dirigidos pelos interesses individuais dos possuidores de capitais que não tem qualquer perspectiva de conjunto da função social da sua atividade, de forma que a função social do capital se realiza por sobre suas cabeças, para além das suas vontades, sem que eles próprios tenham disso consciência (MARX, K., 1987, pp 89-90).

A consciência de classe da burguesia, conforme Lukács, é formalmente dirigida para uma tomada de consciência econômica, permanecendo falsa na medida em que considera a totalidade do desenvolvimento como algo externo. E na medida em que é obrigada a revolucionar constantemente a sociedade não consegue apreender teoricamente os problemas da evolução capitalista.¹⁸ A falsa consciência da burguesia transforma-se em “falsidade de consciência”. A contradição passa do plano objetivo para o subjetivo.

A burguesia vê-se ideologicamente obrigada à defensiva consciente para não perder o domínio (...) criando uma doutrina coerente da economia, do estado, e da sociedade, o que pressupõe e implica já em si e para si uma visão de mundo – weltanschauung (LUKÁCS, 1974, p.80).

¹⁷ Marx afirma, na *Sagrada Família*, que a propriedade privada, no sistema capitalista, mantendo unidas as classes sociais, repercute de forma diversa na consciência da burguesia e do proletariado. Na burguesia, tendência à conservação e ilusão de ser ela o sujeito da produção. Enquanto na consciência operária coexistem, de um lado a ideologia dominante provocando apatia gerada pela reificação, entendida como a apropriação do sujeito (força de trabalho) pelo objeto (capital, máquina, etc), e de outro, inquietude decorrente da sua situação de classe. (Marx, K., e Engels F. 1971, pp. 48-52). Para Lukács “só a existência e evolução destas classes assenta exclusivamente na evolução do processo moderno de produção” (Lukács, 1974, pp.74-82). As outras camadas sociais (pequena burguesia, campesinato, etc), por não posicionarem-se diretamente no processo de produção capitalista, sentem-se acima das contradições sócio-históricas, resultando necessariamente numa consciência de classe ambígua.

A manutenção do regime burguês impõe como condição “sine qua non” que as outras classes partilhem desta visão de mundo mantendo uma consciência de classe confusa. Em outras palavras “a falsa consciência da burguesia procurará ocultar à si mesma o movimento, e eternizará a sociedade em que vive como uma segunda natureza. Para ela, como disse Marx, houve história, mas agora não há mais” (FREDERICO, C., 1979, p.25).

O aparecimento do proletariado na história expõe a possibilidade objetiva da consciência de classe. Isto porque sua situação de classe o coloca na arena de luta ao mesmo tempo como sujeito e objeto. Sua ação é decisiva na balança da evolução social expondo, na afirmação de Lukács, a unidade entre teoria e práxis¹⁹. Tal unidade ocorre num processo dialético presente na passagem da falsa à verdadeira consciência que se vincula à relação entre: luta política e luta econômica²⁰, momento isolado e a totalidade, interesse imediato e objetivo final. Nas palavras de Lukács

a situação de classe do proletariado introduz a contradição diretamente na própria consciência do proletariado, ao passo que, para a burguesia, as contradições nascidas da sua situação de classe aparecem necessariamente como limites externos da sua consciência (Lukács, 1974, p.87).

O processo na formação da consciência de classe do proletariado compreende uma gradação que vai do simples dado psicológico a uma adequação da consciência à evolução objetiva do conjunto²¹. Seguindo o princípio do materialismo histórico, Lukács afirma que o único problema é saber quando a maturidade ideológica irá aceder à consciência de classe. Pois observa que, ao contrário da burguesia, a verdade sobre a compreensão da essência da sociedade é, para o proletariado, uma arma portadora de vitória. Daí a sua alerta para o perigo do “oportunismo” que normalmente está presente na luta sindical e consiste em “confundir o estado de consciência psicológica efetiva dos proletários com a consciência de

¹⁸ “Esta situação trágica da burguesia reflete-se historicamente no fato de não ter ainda abatido o seu predecessor, o feudalismo, quando o novo inimigo, o proletariado, já apareceu”. (Lukács, 1974, p. 76).

¹⁹ A unidade referida pelo autor, fundamenta-se no fato do proletariado, pela sua posição no processo de produção, “poder agir de forma central emancipando de fato a realidade a partir da verdadeira compreensão teórica.”.(cf. Lukács, 1974, p. 84).

²⁰ Já Marx mostrou, em diversos escritos, principalmente em *Miséria da Filosofia* que é próprio da essência de qualquer luta econômica transformar-se em luta política e vice-versa. E que esta inversão não tem sentido algum. Para Lukács estes desvios estão impregnados na consciência do proletariado e fundamentam-se na dualidade dialética entre objetivo parcial e objetivo final, momento isolado e a totalidade. A dualidade dialética consiste na missão histórica do proletariado em apontar para além da sociedade existente, implicando na destruição de si mesmo enquanto classe. (Cf, Lukács, 1974, p. 86).

²¹ “O caminho infinitamente penoso e marcado por numerosos recuos, a sua contínua autocrítica de que fala Marx na célebre passagem do *Dezoito Brumário*, encontram justamente a sua explicação na realidade desta consciência.”(Lukács, 1974).

classe do proletariado” (LUKÁCS, 1974, p.89)²² significando um freio e uma orientação oposta à evolução objetiva da consciência.

A questão central sobre como se dá na prática a passagem da falsa para a verdadeira consciência, permanece aberta em *História e Consciência de Classe*. O autor não terminou uma explicação a respeito de quando e como se realiza no momento histórico, a passagem, se a consciência de classe é uma consciência adjudicada ou atribuída.²³ Entretanto, o conjunto de sua obra permite a superação de um viés idealista e determinista que parece permanecer nas entrelinhas da teoria lukacsiana.

Para Lukács a situação de classe impede que a consciência psicológica seja um mero reflexo da ideologia dominante. Mas é pelas experiências imediatas que se atinge a “possibilidade objetiva” da consciência. A categoria do “salto” é formulada para mostrar que a consciência proletária não progride linearmente e de forma orgânica para a compreensão das contradições e superação das mesmas na sociedade capitalista.

A relação prática com a totalidade, a unidade real da teoria e da práxis inerentes às ações do proletariado... se elevavam por saltos a um nível cuja ligação e cuja continuidade com a evolução precedente só posteriormente poderiam tornar-se conscientes e ser conseguidas como produtos necessários da evolução (pensemos na forma estatal da comuna de 1871). No caso que nos ocupa, porém, o proletariado tem que dar conscientemente este passo (LUKÁCS, 1974, p.322).

2.3 - O trabalho humano, sua dimensão teleológica e consciência

O conceito de trabalho como elemento determinante e gerador da consciência não foi suficientemente explorado nesta obra clássica de Lukács, como ele próprio o reconhece num prólogo de 1967 dizendo que *História e Consciência de Classe*, além de outros limites, assume diretamente a natureza como categoria social, eliminando a categoria marxista fundamental, o trabalho como mediador da troca orgânica entre a sociedade e a natureza²⁴:

²² Oportunismo aqui deve ser entendido como incapacidade de sair do interesse momentâneo na direção do objetivo final. Em partir dos efeitos e não das causas, das partes e não do todo.

²³ Sobre esta questão, Celso Frederico aponta dois fatores determinantes: - O contexto levou Lukács a uma concepção voluntarista e escatológica da história; A formulação da categoria “possibilidade objetiva” como “construção racional a posteriori que não se encontra em nenhum setor da classe e nem mesmo num único operário.”(Frederico, C., 1979, p35).

²⁴ A idéia do trabalho enquanto mediador entre o ser humano e a natureza Lukács extraiu do capítulo V do primeiro livro do capital onde Marx expõe os três elementos do processo de trabalho: “- A atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; - a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; - os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.” (Marx, 1988, p. 202). A releitura de seus escritos clássicos ele a fez na

Eu queria delimitar a consciência de classe correta e autêntica do proletariado conferindo-lhe uma objetividade prática incontestável. Mas só consegui chegar à formulação de consciência de classe adjudicada. O que eu pretendia com isso era o que Lenin caracteriza em *Que fazer?* ao dizer que a consciência socialista é trazida do exterior, isto é, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. (...) A inversão da consciência adjudicada em práxis revolucionária resulta, em *História e Consciência de Classe*, num verdadeiro milagre. (LUKÁCS, 1974, pp 357- 359).

O aspecto teleológico do trabalho como aparece nos escritos de Marx,²⁵ bem como a relação ontológica entre natureza e sociedade, ocupam lugar central no “construto” de Lukács sobre a *Ontologia do Ser Social*²⁶. Para ele, o ponto de partida desta ontologia é pressupor a natureza “inorgânica e orgânica” em cada um dos processos singulares do ser social. Em segundo lugar é através da práxis²⁷ social que ocorre o seu desenvolvimento. “Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético que começa com um salto, com a posição teleológica do trabalho, algo que não pode conter analogias na natureza” (LUKÁCS, 1981, p.93).

Esta reflexão refere-se aos conceitos marxianos de valor de uso e valor de troca inerentes ao processo de trabalho, exposto sistematicamente no capítulo V do *Capital*.²⁸ Na formulação de Lukács,

perspectiva de elaborar uma *Ontologia do Ser Social* assumindo na íntegra o pensamento marxiano. “*Pela primeira vez na história da filosofia as categorias econômicas aparecem como categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando-se assim possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas. Mas de modo algum a sua imagem do mundo se funde sobre o economicismo*” (Lukács, 1981, p. 91).

²⁵ Ao iniciar a exposição sobre o processo de trabalho Marx fala da dimensão teleológica do mesmo. Se de um lado a finalidade caracteriza o trabalho humano em relação ao do animal, de outro condiciona a própria vontade do trabalhador: “*Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (...) Ele imprime ao material o projeto que tinha em mira ao qual tem de subordinar sua vontade*”. (Marx, 1988, p. 203). A atuação humana através do trabalho sobre a natureza confere, segundo Lukács, após Marx, uma autonomia do homem sobre seu destino. “A pressuposição primeira de toda a história é a existência de indivíduos humanos vivos”(Marx, K. 1991, p. 27).

²⁶ Sobre o significado ontológico da teleologia do trabalho, nos estudos de Sérgio Lessa, Lukács constrói sua *Ontologia do Ser Social* e torna-se um dos principais representantes do marxismo ontológico. “A teleologia na esfera social é uma categoria ontológica objetiva. (...) A especificidade ontológica do mundo dos homens frente à natureza é que, no ser social, a substancialidade é causalidade posta. Uma cadeira não é o material (ferro, madeira, etc.) de que é feita. Mas sim este material organizado através de uma ação teleologicamente orientada (o trabalho humano)”. (Lukács, in Lessa, 1993, p. 117). A respeito do marxismo ontológico, Lessa (1993, pp. 113-114) aponta, além de Lukács, dois outros representantes: Korsch e Gramsci. Ambos fizeram contribuições decisivas no combate ao mecanicismo e economicismo do marxismo vulgar.

²⁷ O conceito de práxis, será explicitado no início do próximo item.

²⁸ Tais conceitos inserem-se na totalidade da exposição marxiana sobre o fetichismo social, demarcada claramente no processo de troca das mercadorias. Desde o primeiro capítulo no primeiro livro do *Capital*, Marx apresenta as relações contraditórias que a mercadoria encerra.

Quando o objeto da natureza parece permanecer imediatamente natural sua função de valor-de-uso é já algo qualitativamente novo em relação à natureza; e com a posição socialmente objetiva surge o valor de troca, no qual – considerado isoladamente – desaparece toda objetividade natural (LUKÁCS, 1981, p. 95).

Entretanto, segundo Lukács, as categorias puramente sociais como o valor de troca, não podem separar-se de, modo completo, da sua base natural. “Não há valor de troca sem valor de uso” (LUKÁCS, 1981, p. 95).²⁹.

2.4 - Consciência de classe, espontaneísmo e práxis social

O conceito de práxis em Lukács se insere na sua formulação da dialética do sujeito e do objeto. Não se trata de uma relação gnosiológica entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido, mas, de uma relação dialético-histórica.

Nesta relação ocorre uma

identidade na diversidade e uma diversidade na identidade (...) a identidade entre sujeito e objeto é o resultado e não o início da evolução histórica (...) Não é uma relação abstrata, mas concreta, situada na sociedade capitalista, na dialética da consciência burguesa e proletária. Finalmente, a identidade de sujeito e objeto não é um fato imediato, mas mediatizado pela ação, pela práxis crítica e revolucionária.(SOCHOR, 1987, pp 30-31).

Partindo da noção marxiana de práxis como atividade humana objetivada, Lukács amplia o conteúdo do conceito indo além de um mero oposto da teoria, e de um simples critério de verdade. Práxis, é a

esfera própria do ser humano, algo que – do ponto de vista da realidade histórico-social – tem um caráter ontocriativo e é produção e reprodução da vida social humana(...) O homem, inserido em grupos sociais, é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do devir social. (LUKÁCS, in Sochor, 1987, p. 31).

²⁹ Na exemplificação feita é preciso considerar o valor de uso como uma objetividade natural socialmente transformada que, na relação com o valor de troca implica relações contraditórias que se excluem reciprocamente.

A fórmula prática de como se dá historicamente o passo da falsa para a verdadeira consciência encontramos no pensamento leninista, como veremos a seguir. Entretanto, podemos afirmar que *História e Consciência de Classe*, apesar dos limites teóricos já mencionados influencia o pensamento sociológico posterior, principalmente para elaboração dos vários graus da consciência de classe e o próprio existencialismo³⁰.

A teoria leninista sobre a consciência de classe baseia-se, sobretudo na necessidade de instrumentos para estratégias e táticas revolucionárias. O enfoque de sua obra sempre foi mais político do que filosófico³¹. Na sua obra *Que Fazer?* Lenin apresenta três momentos principais da formação da consciência de classe demonstrando uma nítida separação entre luta econômica e luta política. Começa no espontaneísmo, próprio da massa operária, passa pela luta sindical e pode atingir a compreensão das contradições da sociedade capitalista, da identidade de interesses de toda a classe operária e na capacidade de incorporar a luta política organizada:

1- O despertar da consciência de classe que é a expressão do desespero, vingança e, se dá espontaneamente através de greves selvagens, destruição das máquinas, sabotagens etc. É o que ocorreu com os movimentos Ludistas no início da revolução industrial. Neste primeiro momento, o sujeito da classe é a massa operária que poderá, através da ação, atingir uma compreensão nítida sobre a sua situação de classe.

2- A consciência sindicalista, que se dá pela organização dos operários em vista dos interesses econômicos imediatos, significando o embrião da luta de classes. Lenin, quando se refere a este momento fala da consciência trade-unionista.³² Trata-se do aparecimento dos operários avançados. Pelo acúmulo de conflitos nos frequentes embates com o patronato algumas lideranças se destacam por uma compreensão mais acabada, racional e menos fragmentada dos seus interesses de classe.

³⁰ A obra de Lukács, neste ponto foi desenvolvida por Lucien Goldmann, que estabelece uma distinção entre consciência real de um grupo social, da consciência possível quando se chega à compreensão da totalidade concreta da realidade social (Goldmann 1972, p. 105). A respeito do existencialismo, a noção de “sujeito no grupo” na filosofia de Sartre apoia-se indiretamente no conceito de consciência de classe. E assim, via Sartre, em muitos outros textos aparecem a influência da teoria Lukacsiana, como em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, de André Gorz; nos textos sobre classe operária de Alain Touraine etc. (Cf. Frederico, C, 1979, p.36).

³¹ Conforme Monty Johnstone “O trabalho teórico de Lenin foi uma resposta aos problemas políticos e organizativos do momento, enquanto as conclusões teóricas eram verificadas e, se necessário, retificadas à luz da experiência ou da modificação das circunstâncias” (Johnstone, in, Hobsbawm, E., 1986, p.114).

³² Lenin, Op. Cit. In, Hobsbawm, 1986, p. 116.

3- A passagem para a consciência política, significando a compreensão teórica das contradições inerentes à totalidade da sociedade capitalista. Forma-se o núcleo portador da teoria revolucionária. No pensamento leninista, esta passagem só é possível através de uma teoria elaborada de fora, pelo partido.

A teoria do partido como portador da consciência, Lenin a toma emprestado de Kautsky, posteriormente renegado pela maioria dos teóricos marxistas³³, até mesmo, em muitos pontos, pelo próprio Lenin como já dissemos em nota anterior. A sua longa experiência revolucionária o leva a uma formulação do partido político como a vanguarda do proletariado. Para ele:

Educando o partido operário, o marxismo educa uma vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, capaz de dirigir e organizar o novo regime, de ser o mestre, o dirigente, o líder de todos os trabalhadores, de todos os explorados na organização da sua vida social sem a burguesia e contra a burguesia. (Lenin, 1961, in Hobsbawm, 1986, p. 129).

A partir desta passagem, e de outras referências nota-se que o conceito de consciência de classe em Lenin, como também em Lukács, vai adquirindo uma relação dialética entre teoria e prática³⁴. Tal relação vai, gradativamente, privilegiando prática como “Locus” de gestação da consciência e, concomitantemente, da realidade social, como podemos ver nas seguintes referências:

A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira se os operários não aprendem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos concretos e atuais para observar cada uma das outras classes sociais e aplicar na prática a análise e os critérios materialistas a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos da população(...) O conhecimento que a classe operária pode ter de si mesma está indissolivelmente ligado a um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não somente teórico ... digamos melhor: menos teórico do que fundado sobre a experiência da vida política (LENIN, 1961, p. 25-26).

Uma formulação de grande valia sobre a prática da consciência de classe é trazida pela contribuição polêmica de Rosa Luxemburgo a respeito do espontaneísmo das lutas

³³ Segundo Frederico, C. (1979, p. 42), os revolucionários como Rosa Luxemburgo, Trotsky, Plekanov, Martov, Korsch, etc, criticaram esta teoria que influenciou fortemente o pensamento de Lenin.

operárias. Para ela, como ocorreu em todas as greves de massas na Rússia, o elemento espontâneo desempenha um papel tanto de motor como de freio. Como aparece em sua obra, *Greve de Massas, Partido e Sindicatos* escrita em 1905:

Este despertar da consciência de classe imediatamente se manifesta do seguinte modo: uma multidão de operários descobre de súbito, com um sentimento de acuidade insuportável o caráter intolerável de sua existência social e econômica, do qual eram escravos sob o jugo do capitalismo. De repente desencadeia-se uma sublevação geral e espontânea para sacudir o jugo, para sacudir as algemas.(LUXEMBURGO,1976, p.35).

A contribuição de Rosa Luxemburgo sobre o papel decisivo do movimento espontâneo na formação da consciência de classe, apesar da divergência, principalmente com o pensamento de Lenin,³⁵ fornece elementos para a compreensão de situações específicas³⁶ no confronto entre patrões e operários, como veremos no estudo empírico sobre a consciência dos papeleiros do planalto catarinense.

³⁴ Um estudo sobre a relação dialética entre teoria e prática, pode ser encontrado também em: Vasquez, Sanchez, *A Filosofia da Práxis*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

³⁵ Para Rosa Luxemburgo a social democracia (partido político) nasce historicamente da luta elementar do proletariado. Sua divergência com a concepção leninista aparece sobretudo pela sua crítica ao centralismo de Lenin, vista como “uma transposição mecânica dos princípios blanquistas de organização dos círculos de conjurados ao movimento socialista das massas operárias”(Cf Antunes, 1990, p. 27). A respeito da análise de Rosa Luxemburgo sobre as greves de massa, Antônio Gramsci diz ser uma teorização apressada sobre as experiências históricas de 1905. “Efetivamente Rosa desprezou os elementos voluntários, e organizativos, muito mais difundidos e eficientes naqueles acontecimentos do que ela pudesse crer em virtude de certo preconceito ecomomicista e espontaneísta”(Gramsci, 1976, p. 71).

³⁶ Num dado momento (1996) , ocorreu uma mobilização espontânea entre os papeleiros do planalto catarinense, a tal ponto que mesmo sem a presença e até mesmo contra o sindicato, desencadeia-se um movimento contestatório dando início à 1ª greve da categoria.

3 - A problemática da reestruturação produtiva

Para que haja um entendimento da consciência de classe no contexto das inovações tecnológicas na indústria, faz-se necessário considerar as atuais discussões sobre a disputa entre capital e trabalho. Com isto não queremos dizer que esta problemática não tenha sido tratada pelos autores clássicos.

Marx dedica todo o capítulo XIII do *Capital* para tratar especificamente da questão da “Maquinaria e a Indústria Moderna”. Sua aguda percepção da realidade enquanto totalidade sócio-histórica em movimento, o leva a afirmar, na sua época que

quando a máquina-ferramenta, ao transformar a matéria-prima, executa sem ajuda humana todos os movimentos necessários, precisando apenas da vigilância do homem, temos um sistema automático, suscetível, entretanto de contínuos aperfeiçoamentos.(...) Surge então, em lugar da máquina isolada um monstro mecânico que enche edifícios inteiros e cuja força demoníaca se disfarça nos movimentos ritimados quase solenes de seus membros gigantescos e irrompe no turbilhão febril de seus inumeráveis órgãos de trabalho. (MARX, 1988, pp.434-435).

Marx, evidentemente, não poderia descrever os atuais centros de comando automáticos, mas sua análise da “reificação” continua válida quando afirma que

Este autômato possui, na pessoa do capitalista, consciência e vontade, e está dominado pela paixão de reduzir ao mínimo a resistência que lhe opõe essa barreira natural, clássica, o homem.(...) A produtividade da maquinaria está na razão inversa do valor que ela transfere ao produto. Quanto maior o período em que funciona, tanto maior a quantidade de produtos, e tanto menor a porção de valor que acrescenta a cada mercadoria em particular.(MARX, 1988, p.460).

A reificação acontece quando, ao invés do homem imprimir valor ao produto, o produto imprime valor ao homem, em outras palavras, o que era meio se torna fim e o fim passa a ser meio. Ocorre então a subordinação(“subsunção”) real do homem ao capital.

Estudos recentes têm mostrado que a reestruturação produtiva nos últimos anos se deu em função da crise do sistema capitalista expressa no esgotamento do modelo fordista, surgido logo após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela rigidez do processo de produção. A rigidez do modelo fordista não respondia mais às exigências competitivas de produtividade e qualidade, pela existência de tempos mortos no processo de produção de mercadorias. A partir da segunda metade dos anos 60 e início da década de 70, começam

aparecer mudanças no processo produtivo, denominadas de reestruturação produtiva, como consequência da crise do fordismo.

A reestruturação produtiva que começou nos países centrais, começa a ser implantada em países periféricos, muitas vezes sem as devidas adaptações. Porém, a universalização da “especialização flexível” é plenamente visível. “O Toyotismo penetra, mescla ou mesmo substitui o modelo fordista dominante” (ANTUNES, 1994, p. 2). Daí a necessidade de se fazer uma comparação destes dois modelos de produção que coexistem em larga escala na indústria brasileira.

3.1 - O paradigma fordismo-taylorismo

O termo fordismo foi praticamente conceituado pelos teóricos da “Escola Francesa de Regulação”³⁷, para identificar o modo de organização sócio-político-econômico; depois, o termo passou ser utilizado em recorrentes análises para representar uma forma de organização e gestão da produção.

No primeiro caso, fordismo se refere ao regime de acumulação ocorrido após a Segunda Guerra Mundial nas economias centrais - na maioria dos países da OCDE (Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico) significando o triunfo do capitalismo, em função do rápido desenvolvimento econômico alcançado (Lipietz, 1988), ficando conhecido como “trinta gloriosos” ou “círculo virtuoso” do fordismo (Ferreira, 1993). No segundo caso, o paradigma fordismo se associa e se funde a um outro paradigma (Taylorismo), designando um princípio geral de organização do processo produtivo e o tipo de gestão fabril. Esta outra formulação é resultante da combinação de princípios originários de duas correntes de pensamento denominadas de fordismo- taylorismo³⁸ (Harvey, 1993). Para estes autores os princípios fundamentais são os seguintes:

³⁷ Fazem parte da “Escola Francesa de Regulação”, Alain Lipietz, Michel Aglietta, Robert Boyer, Robert Delorme, Bruno Théret, Jacques Mistral, André Orléans (Lipietz, 1991, p. 7). O trabalho fundador da TR (Teoria Regulacionista) foi a tese de Michel Aglietta, defendida em 1974 e publicada em 1976, que tratou da regularidade e a crise, tomando como cenário de reflexão os Estados Unidos (Nascimento, 1991, p. 419).

³⁸ “O surgimento, nos Estados Unidos, de uma nova concepção produtivista, notadamente no início deste século, é marcado pelo pioneirismo dos estudos efetuados por Frederick W. Taylor (1856-1915), cuja corrente de pensamento passou a ser designada *taylorismo*. (...) Ele funda uma nova ideologia produtivista, realçada como um método “científico” de organização do trabalho.(...) Sua técnica se disseminou pelas indústrias do mundo todo. Com aplicação ampla, ultrapassou os muros das fábricas e penetrou nos trabalhos de escritório e até mesmo no trabalho intelectual. (...) O taylorismo visa a racionalização da produção, a fim de possibilitar o aumento da produtividade no trabalho, evitando o desperdício de tempo, economizando mão-de-obra, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo.(...) A preocupação maior de Taylor é a desordem com que é feito o trabalho quando deixado inteiramente nas mãos dos operários. Nesse sentido, a aplicação de suas idéias visa acentuar de vez a separação entre trabalho

- separação rígida entre a execução manual e o trabalho intelectual e especialização do trabalho
- tarefas fragmentadas, repetitivas e monótonas ;
- desenvolvimento da mecanização por meio de equipamentos altamente especializados com crescente incorporação de novas tecnologias;
- produção em massa de bens com elevado grau de padronização;
- salários relativamente elevados e crescentes, com incorporação de ganhos de produtividade;
- redução de autonomia e iniciativa operária, imposição de disciplina e tempos ao coletivo que se encontra mergulhado numa pesada estrutura de controle ou supervisão da produção;
- expropriação, sistematização e decomposição do “*savoir-faire*” dos operários com base numa “Organização Científica do Trabalho”;
- incorporação desses conhecimentos sistematizados no sistema automático de máquinas, impondo aos operários expropriados da iniciativa, a forma de realizar as tarefas;
- redução de tempos mortos no processo produtivo.

3. 2 - A crise do modelo fordista-taylorista e a reestruturação produtiva

No final dos anos 60, os ganhos de produtividade começaram a cair na maioria dos países capitalistas centrais enquanto o salário da classe trabalhadora não caía na mesma proporção. Com o passar dos anos, a força de trabalho foi tomando consciência do quanto estava sendo privada de iniciativa, criatividade e dignidade e foi se revoltando contra esta situação que negava a pessoa humana e separava o trabalho intelectual do trabalho manual, os “competentes” dos “executantes”.

intelectual (planejamento, concepção e direção) e o trabalho manual (execução) no interior do processo produtivo.(...) A linha de montagem, criada por Henry Ford (1863-1947) na fabricação em massa de automóveis, seguiu a trilha aberta por Taylor. Essa atividade em cadeia elevou o grau de mecanização do trabalho, reduzindo ainda mais a iniciativa e a autonomia dos operários. Ao ditar a cadência do trabalho, a linha de montagem permite um grau de padronização da mão-de-obra (...) A linha de montagem, efetivada em 1909 na indústria de Ford, fez com que a rotatividade da mão-de-obra se aproximasse da surpreendente marca de 380% ao ano. Para evitar esse alto índice de pedidos de demissão, Henry Ford triplicou os salários, medida considerada um marco nas remunerações de trabalho“ (Carmo, 1992, p. 41-44).

As estratégias tayloristas de produção não mais asseguravam a disciplina e um alto nível de produtividade. A consciência da classe operária crescia concomitantemente aos movimentos de contestação brotados em vários segmentos da sociedade. Para os teóricos

a fragilidade desses princípios organizacionais foi revelada, no contexto de relativo pleno emprego do fim dos anos 60, por uma onda mundial de revoltas ou de ‘microconflitualidade’, nas empresas ou nos escritórios, por parte dos assalariados que o taylorismo privava de iniciativa e de dignidade. (LIPIETZ, 1991, p. 42).

Diante desse quadro, a culpa recaiu sobre o modelo de produção fordista e a solução foi logo posta em prática: investir em tecnologias mais complexas e caras, além da ampliação dos benefícios sociais. Os efeitos dessa política foram repasse dos custos para os preços dos produtos, tornando-os mais caros e obrigando o aumento dos salários, a fim de assegurar o equilíbrio do modo de desenvolvimento fordista. No entanto, o equilíbrio não foi alcançado; pois os salários não acompanham o aumento dos preços causando a queda do poder aquisitivo, afetando violentamente a demanda. As taxas de lucro real e de investimento despencam, resultando na diminuição do número de empregos e queda nos ganhos salariais.

Entretanto, o modelo fordista se utilizou intensamente, até meados dos anos 70, do Estado Keynesiano, conhecido também como *Welfare State*³⁹, em função do grande número de demissões ocorridas no mercado de trabalho (LIPIETZ, 1991; HARVEY, 1993). O objetivo do capitalismo era manter a demanda interna com o crescimento de salários diretos e indiretos, adequando assim o consumo de massa com os ganhos de produtividade nas maiores economias capitalistas, correspondendo a novas relações sociais de trabalho.

As economias japonesa e européia, já recuperadas da Grande Guerra, desbancam, pela sua competitividade, os Estados Unidos do poder hegemônico sobre a regulamentação do sistema financeiro internacional. Somando-se a isso, ocorre o choque do petróleo em 1973, que acarretou a diminuição da rentabilidade e lucratividade interna das economias avançadas, porque cada país teve que exportar mais para custear os gastos excedentes com energia.

³⁹ Segundo Goularti Fº, a Alemanha, já no final do século passado, foi o primeiro país a implementar alguns benefícios aos operários: salário-desemprego e aposentadoria. No início do século XX, a Inglaterra instituiu também o salário-desemprego. Nos Estados Unidos, os parcos ganhos sociais acompanharam o *New Deal*, mas foi no segundo pós-guerra que esses ganhos se efetivam nos Estados Unidos e na Europa. Na Suécia, o país que mais ampliou o Estado de Bem-Estar Social, os gastos públicos passaram de 31% do PNB em 1960 para 67%, em 1982, e atualmente, estão em 64%. Na Dinamarca, 58%, na França 51%, na Alemanha, 45% e na Inglaterra, 42% (Goularti, Fº, 1997, p. 1).

Diante desse contexto, (RABELO, 1997) muitas economias capitalistas avançadas expandiram sistemas produtivos por intermédio de suas multinacionais ou transferiram parte de seus processos produtivos para outros continentes, estabelecendo vínculos de subcontratação com países do Terceiro Mundo. Uma década depois, muitos desses países ficaram conhecidos como NICs - *Newly Industrialized Countries* (Países Recentemente Industrializados).

A caracterização feita pelos regulacionistas do modelo fordista-taylorista foi o “ponto de partida” para muitas análises teóricas nas quais a idéia principal é a de que estaria ocorrendo a substituição desse “antigo paradigma” por um novo, por sua vez, mais flexível e integrado.

A reestruturação produtiva, também chamada de globalização da economia ou mundialização do capital, ocorrida nos anos 70 e 80, trouxe consigo intensas e profundas transformações no mercado de trabalho, acompanhadas de mudanças no âmbito organizacional, no mercado consumidor e também no mercado financeiro.

Para Harvey (1993), a sociedade está vivenciando um momento de transição do fordismo, para a “acumulação flexível”, que, se contrapõe diretamente à rigidez do fordismo ao se apoiar na flexibilidade dos processos produtivos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

As principais características deste modelo, são as seguintes:

- aumento do desemprego em países capitalistas avançados;
- solapamento do trabalho organizado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores.
- retrocesso do poder sindical (uma das colunas do regime fordista);
- rápida destruição e reconstrução de habilidades;
- ganhos modestos de salários reais;
- aumento de competição e estreitamento das margens de lucro;
- sobrecarga de atividades para os trabalhadores regulares em períodos de pico de demanda, compensados com menor carga horária em momentos de redução de demanda;
- formação de pequenos negócios estimulados pela subcontratação;
- intensificação das taxas de inovação comercial e tecnológica;
- revivamento de sistemas antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar -

- patriarcal e paternalista - pela subcontratação, que se tornam peças-chave;
- solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes;
- integração do fordismo a toda uma rede de subcontratação;
- superação das economias de escala do sistema de produção fordista pelas economias “de escopo” do sistema flexível;
- redução do tempo de giro (*lead time*) na produção pela utilização de novas tecnologias microeletrônicas;
- surgimento de novas formas organizacionais;
- contração do emprego industrial e aumento do emprego no setor de serviços;
- transformação da estrutura ocupacional;
- maciças fusões e diversificações corporativas - disseminação global de fusões.

No mercado consumidor:

- aceleração do ritmo de inovação do produto;
- exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala;
- redução do tempo de giro no consumo das mercadorias (diminuição do tempo de vida do produto);

A natureza das transformações provocadas pela reestruturação produtiva é discutida amplamente por intelectuais, sobre a possibilidade de estarmos numa “condição pós-moderna”. (HARVEY, 1993). Os defensores deste novo paradigma sócio-econômico afirmam que as modificações tecnológicas e o desenvolvimento do setor de serviços expõem uma sociedade pós-industrial, na qual os indivíduos atuam sem referência a classes sociais⁴⁰. Nesta postura, ficam diluídos os agentes históricos cuja ação coletiva (CATTANI, 1996) era definida pelas posições ocupadas no processo produtivo, considerando-se superados todos os referenciais que caracterizavam a sociedade do trabalho. Este posicionamento, o qual não nos cabe aprofundar, dissimula a permanência de graves problemas na ordem social. Além disso, tal posição não considera as experiências de conflitos vividas dentro e fora da fábrica.

⁴⁰ Gorz, A. (1987, p. 58), referindo-se ao postulado de Marx sobre a força criadora dos operários na tomada de controle da produção diz que a burguesia conseguiu destruir pela raiz esta consciência. “*Para isto bastou eliminar do processo de trabalho a possibilidade para o trabalhador de viver o trabalho como uma atividade criativa pelo menos virtual. A divisão parcelar do trabalho, depois o taylorismo, depois a OCT (Organização Científica do Trabalho) e finalmente, a automatização aboliram, juntamente com os ofícios, aqueles operários dotados de um ofício que tinham, com o ‘orgulho do trabalho bem feito’, a consciência de sua soberania prática*”. Com esta afirmação Gorz esvazia o conteúdo do trabalho e conclui que o capital soube destruir o poder e a autonomia operária.

Para Antunes, “o mais brutal resultado destas transformações é o desemprego estrutural que, de um lado, reduz o operariado industrial, e do outro, aumenta o subproletariado” (1995, p.33). O autor conclui que ao invés do adeus ao proletariado, tem-se um amplo leque diferenciado de agrupamentos e segmentos que compõem a classe que vive do trabalho. Em outras palavras, se foi dado adeus ao proletariado, não foi dado adeus aos patrões e ao capital.

Harvey (1993), conclui que todas essas mudanças são aparentes e superficiais e movidas pela força constantemente “revolucionária” do próprio capitalismo, que garante sua continuidade dentro da sua lógica de acumulação e com tendências a crises. Compreende uma transição histórica do fordismo para a “acumulação flexível”, longe de completar-se e passível de ser parcial em muitos aspectos, constituindo ainda uma forma de capitalismo⁴¹.

⁴¹ Para entender essas alterações, Harvey retoma em Marx, três elementos essenciais e invariantes do modo de produção capitalista que se explicam com as seguintes afirmações: o capitalismo é orientado para o crescimento que deve ser alcançado, independente das consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas; o crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo na produção, baseando-se sempre na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria (combinação entre a mais - valia absoluta e relativa); o capitalismo precisa ser necessariamente dinâmico em termos tecnológicos e organizacionais para garantir a sua perpetuação. Na análise de Marx sobre o capitalismo, essas três condições eram inconsistentes e contraditórias, ou seja, insuficientes para proporcionar crescimento equilibrado, por isso a sua dinâmica era necessariamente marcada por tendências a crises e a superacumulação (capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro e alto índice de desemprego) e para enfrentar esses problemas, o capitalismo sempre procura “saídas”. (Harvey, 1993, p. 163-176).

4 - A classe operária e a particularidade do capitalismo no Brasil

4.1 - A via colonial

O entendimento real da constituição da classe operária no Brasil - e da sua consciência - requer um estudo da inserção da mesma no processo de formação e consolidação do capital industrial brasileiro. As análises que buscam a verdadeira dimensão ontológica deste capitalismo normalmente elaboram considerações sobre o capitalismo tardio e hipertardio demonstrados sobretudo na problemática das relações entre a agricultura e a indústria no Brasil. Em tais análises evita-se duas vertentes deformadoras da apreensão da particularidade deste capitalismo⁴²: a primeira vertente buscou a apreensão do caso brasileiro a partir do seu enquadramento nos casos clássicos, desconsiderando os aspectos singulares da nossa formação social⁴³, e a outra vertente buscou excessivamente os aspectos singulares, eliminando a universalidade.⁴⁴

Conforme Ricardo Antunes, durante longo tempo predominou

a tese que imputava às relações entre agrarismo e industrialismo no Brasil um caráter de contradição antagônica, uma vez que o contexto agrário era entendido como a expressão do mundo feudal, enquanto o industrial expressava o advento do Capitalismo... Em reação a esta tendência, outra vertente operou uma identificação absoluta entre campo e cidade.(ANTUNES, 1990,p.40).

Pesquisas recentes sobre a formação do capital industrial brasileiro tem demonstrado os aspectos de unidade e de contradição que a questão envolve. Para uns, no momento inicial a economia cafeeira provocou o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria. Porém, pela posição dominante na acumulação de capital a economia cafeeira criou limites à

45 Destacamos os estudos de: Antunes Ricardo, (1990) sobre a *Classe Operária, sindicatos e partidos no Brasil*; Mello, João M. Cardoso de, (1975), sobre *O capitalismo Tardio*; Frederico, Celso, (1979) *A vanguarda Operária*; Silva, Sergio, (1977), *Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil*.

⁴³ Os casos clássicos referem - se à forma revolucionária do surgimento do capitalismo na Europa, sobretudo na França e Inglaterra. As formas clássicas de revolução referem-se à uma evolução do artesanato passando pela manufatura e até a grande indústria. Em seu livro *A vanguarda operária*, (1979) Celso Frederico investiga na pesquisa junto aos operários avançados a expressão de uma “consciência possível” da classe operária brasileira.

⁴⁴ A relação entre singular, particular e universal, é apresentada por Lukács, G., em *O particular à luz do Materialismo Dialético*, in Introdução a uma *Estética Marxista*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970.

sua expansão,⁴⁵ bloqueando a dinâmica do núcleo produtivo industrial brasileiro. Para outros, o antagonismo nas relações entre a indústria e a agricultura se dá em dois planos: entre proprietários e não proprietários e, no seio da própria classe proprietária⁴⁶.

A particularidade na formação do capitalismo industrial no Brasil, portanto, não pode ser entendida tendo como parâmetro os exemplos clássicos de transição revolucionária, como foi o caso da França ou da Inglaterra. No Brasil, o processo de transformação se desenvolveu num contexto onde predominava a grande indústria. O modelo europeu mais próximo seria o caso alemão, pela forma reformista e conciliatória na formação do capitalismo no Brasil. Trata-se da "via prussiana", categoria explicativa em recorrentes análises econômicas e sociais no caso brasileiro.⁴⁷

A distinção dos caminhos de transição para a formação do capitalismo foi feita por Lenin, ao relacionar a via revolucionária (ruptura violenta com as relações e instituições feudais), a experiência dos países clássicos, com a via reformista (processo lento de transformação em que as reformas acontecem conciliando o novo modo de produção com as reminiscências do feudalismo), de forma que, “se quisermos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”⁴⁸. Lenin destaca o caminho prussiano, e o norte-americano como duas formas distintas de via reformista. No caso prussiano

A fazenda feudal do latifúndio transforma-se lentamente em uma fazenda burguesa, Junkers, que condena os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e serviços, enquanto surge ao mesmo tempo, uma minoria de Grossbauer (grandes camponeses). No caso norte-americano, “não existem fazendas de latifundiários, ou são liquidadas pela revolução que confisca e divide as propriedades feudais. Neste caso predomina o camponês que se

⁴⁵Para João M. Cardoso de Mello(1975) a economia cafeeira impulsionou a indústria de bens de consumo assalariado, como têxtil, e não a indústria de bens de produção, por serem altos os riscos de investimentos. Sérgio Silva(1977) também analisa a questão e fala das contradições existentes nas relações entre o comércio exterior ligado à economia cafeeira de um lado, e a indústria nascente de outro.

⁴⁶Cf. Oliveira, Francisco, 1977, p. 33 “enquanto se inviabilizava em si mesmo, a economia agrária exportadora bloqueava o avanço da divisão social do trabalho no rumo do capitalismo industrial, na medida em que reiterava os mecanismos da intermediação comercial e financeira externa que nada tinha a ver com a realização interna do valor da produção de mercadorias dos setores não exportadores”.

⁴⁷ A categoria da via prussiana, foi introduzida por Coutinho, C.Nelson (1972) em seus estudos estéticos, para explicar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Chasin, J.(1978) também demonstrou a validade da via prussiana como referencial teórico para a compreensão da particularidade do capitalismo no Brasil.

⁴⁸ Resposta de “Tancredi” ao rei da Sicília - maio de 1860 - , notas históricas de Tomasi Di Lampedusa sobre as metamorfoses da nobreza do Sul da Itália diante do avanço dos ideais burgueses na Europa. in Lampedusa, T.(1961). O caso italiano também se enquadra no modo não clássico de transição. Gramsci , no *Ressurgimento* (1974) e em *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1976) definiu este processo como sendo uma "revolução passiva" ,uma revolução - restauração, em que as elites comandam o processo de modernização na Itália.

converte em agente exclusivo da agricultura, e evolui até converter-se em agricultor capitalista. (LENIN, 1974, pp 281-282).

A respeito do caminho prussiano na formação do capitalismo, Marx, desde o seu célebre artigo *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, já se referia ao atraso alemão dizendo que na Alemanha começa-se por onde se está terminando na França e Inglaterra :

Nós, alemães, compartilhamos das restaurações das nações modernas sem que tenhamos participado de suas revoluções. Passamos por uma restauração, em primeiro lugar, porque outros povos sofreram uma contra-revolução; a primeira vez porque nossos senhores tiveram medo, e a segunda porque não tiveram. (Marx, 1977, in Antunes, 1990 p.45) ⁴⁹

No Brasil verificou-se também “um processo conciliatório entre o velho, representado pelo latifúndio, e o novo expresso pela industrialização, entre o mundo agrário e o industrial, sendo que o desenvolvimento deste deu-se pelo pagamento de um alto tributo ao historicamente velho” (CHASIN, J., 1978, p. 627). A via prussiana apresenta-se, portanto, observando as singularidades de cada caso, como referência teórica para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Há, porém que considerar as distinções em cada caso. Se de um lado, em ambos os países a grande propriedade é fundamental para a formação do capitalismo, enquanto na Alemanha o latifúndio é de origem feudal, no Brasil, é uma herança colonial; se a industrialização foi lenta e retardatária nos dois países, enquanto na Alemanha a industrialização atinge já no final do século passado momento de grande velocidade alcançando a configuração Imperialista, a industrialização brasileira começa somente no período avançado das guerras imperialistas e nunca conseguiu romper sua condição de país subordinado ao imperialismo internacional. “O verdadeiro capitalismo alemão é tardio enquanto o brasileiro é hipertardio” (CHASIN, J., 1978, p.628).

Sobre esta particularidade da “via colonial” que descarta a existência de um modo de produção feudal e caracteriza a forma hipertardia (fase monopolista) e subordinada (dependente do capitalismo internacional) na constituição do capitalismo no Brasil, Sérgio Silva afirma que

⁴⁹ Marx afirma, que “ A revolução de março (de 1848) na Prússia deveria estabelecer a monarquia constitucional em espírito e o poder da burguesia de fato. Longe de ser uma revolução européia, não passou de abafada ressonância da revolução européia num país atrasado. Em lugar de adiantar-se à sua época, atrasou-se em relação a ela mais de cinquenta anos”. *A burguesia e a contra revolução*, Artigo de Karl Marx, escrito a 11 de dezembro e publicado a 15 de dezembro de 1848 na Nova Gazeta Renana in Marx, K. e Engels, F., 1977.

o desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente um desenvolvimento das forças produtivas, é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Em outras palavras, o reforço da dominação do capital sobre o trabalho” (SILVA, 1977, p.20).

O que equivale dizer sobre o nascimento e desenvolvimento da indústria no Brasil, que esta já nasceu adaptada à reprodução das relações de produção dominantes. Ou seja, não passou pelas formas clássicas de produção - como o artesanato, a manufatura e a grande indústria, entendida como “o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção” (MARX, K., 1971, p.440). Na formulação de Ricardo Antunes, o processo de industrialização brasileira

da acumulação mercantil fundada na economia agro-exportadora cafeeira transita-se lentamente para um processo de acumulação centrado na grande indústria, com relativo grau de mecanização, onde a máquina foi introduzida antes mesmo do trabalho artesanal individual, aqui praticamente inexistente, e o trabalho manufatureiro, efetivando desde o início a subordinação real do trabalho ao capital. (ANTUNES, 1990, pp.49-50).

4. 2 - O fordismo periférico e a reestruturação produtiva no Brasil

O processo de industrialização nos países do terceiro mundo se dá por transferências de créditos, apoio do Estado e de tecnologias provenientes do fordismo dos países capitalistas centrais, constituindo-se num modelo de industrialização da periferia, pela adoção parcial e freqüentemente ilusória do modelo central de produção e consumo, ainda que sem a adoção das correspondentes relações sociais. Assim, o fordismo se manifestou de forma diferenciada para as economias centrais e periféricas, pois estas últimas não conseguiram inserir-se completamente no “círculo virtuoso”.

Para caracterizar esses diferentes desdobramentos, Lipietz adotou os conceitos de “fordismo central” e “fordismo periférico”. O fordismo periférico, para o autor, é um fordismo autêntico como nos países centrais. É periférico “no sentido de que primeiramente, nos círculos mundiais dos ramos produtivos, as estações de trabalho e as produções correspondentes aos níveis de fabricação qualificada e, principalmene da engenharia permanecem exteriores a esses países”. (LIPIETZ, 1988, p. 97) ⁵⁰

⁵⁰ Com esta definição de Lipietz, concordam (Souza, F. Ponte, Pereira, L., e Werle, D, 1997, p. 26), e afirmam que o consenso de Washington deu um impulso fundamental, representando o ressurgimento do pensamento

No Brasil, os princípios fordistas aplicados à organização da produção, se desenvolveram em outras bases, próprias dessa realidade⁵¹.

Após o golpe de 1964, o caráter autoritário e repressivo da relação capital/trabalho se fortaleceu. O movimento sindical e a organização dos trabalhadores no local de trabalho foram alvos de fortes represálias. Além disso, o governo decidiu pôr fim à estabilidade no emprego com a implantação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), estimulando as demissões e o aumento nos níveis de rotatividade nas empresas.

Na década de 70, os trabalhadores não qualificados, por serem substituídos com maior facilidade, foram os mais afetados pelas demissões, cujas taxas chegaram a duplicar em relação às alcançadas nos anos 60 (CARVALHO, 1987, p. 36). Nesse período, o padrão de organização do trabalho nas fábricas brasileiras foi marcado pela superexploração predatória da mão-de-obra, resultante da intensificação do trabalho e da contenção da evolução dos salários, que por sua vez, ficavam sempre abaixo do crescimento da produtividade.

Autores afirmam que

ao fim dos anos 70, antes da grande crise de 80, a estrutura empresarial brasileira ainda não havia sequer desenvolvido os atributos do modelo multidivisional de gestão profissionalizada (...). Ainda predominava o comando familiar sobre as empresas e os grupos econômicos nacionais (...). Assim, o modelo hierárquico verticalizado foi sendo implantado com características conservadoras, sem que se desenvolvessem estruturas cooperativas modernas (COUTINHO, L, FERRAZ, J.C., 1995, p.193).

Nos anos 80, com o fim da ditadura militar, os sindicatos da classe trabalhadora se fortalecem. Teorias da ação sindical apontam para o “novo sindicalismo” em que os

liberal na tentativa de regular a crise provocada pelas “transformações tecnológicas e financeiras ocorridas nas sociedades industriais avançadas desde os anos 70, colocando em dúvida a eficiência das políticas Keynesianas (...). O consenso nada mais é do que um conjunto abrangente de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizadas aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e organismos internacionais(...). Na base do consenso está a idéia de que os países, em seu desenvolvimento, deveriam passar por estágios similares e necessários aos desenvolvidos” . Na análise destes autores, no caso brasileiro em relação ao Fordismo Periférico, a crise decorre justamente devido ao caráter excludente e parcial assumido pelo fordismo que nas análises da crise dos anos 80, aparece numa concentração de renda para sustentar o consumo das camadas médias superiores em detrimento do padrão de consumo aos trabalhadores.

⁵¹ Essas diferenças são demonstradas com os seguintes aspectos: a mão-de-obra não sofreu desqualificação, pelo contrário, os trabalhadores rurais ao irem para as indústrias se tornaram semiquualificados; as empresas impuseram aos trabalhadores as estruturas de cargos e salários, sem que os mesmo contestassem de forma expressiva; existência de grande oferta da mão-de-obra e significativa segmentação do mercado de trabalho; as entidades e sindicatos dos trabalhadores conquistaram já nos anos trinta a legitimidade perante um Estado com traços autoritários, paternalista e controlador .(Ferreira, 1993, pp 14-17).

metalúrgicos de São Paulo representam um arquétipo do sujeito operário tal como classicamente pensado, ou seja, capaz de tornar a classe operária sujeito dirigente da transformação histórica do capitalismo.

Conforme (HUMPHREY,1982), os trabalhadores do ABC paulista⁵² percebem o risco dos altos salários e privilégios aos que vanguardaram as ações do novo sindicalismo, de ocorrer uma aristocracia operária. Pesquisas recentes sobre aristocracia operária⁵³ indicam que em meio a atos corporativos e discursos classistas, as conjunturas políticas brasileiras não têm permitido a cristalização de uma aristocracia operária no Brasil. Tais afirmações se baseiam na constatação de que a atividade sindical, nos setores de ponta, tanto nos metalúrgicos do ABC paulista como nos petroquímicos da região nordestina, sempre foi feita em franca contestação ao poder absoluto do empresariado. Além disso,

o discurso que revestia e expressava as reivindicações econômicas nunca foi particularista, mas, pelo contrário, mostrou-se universalista, inclusivo e confrontacional, de inconfundível tom classista, articulando-se explicitamente em torno da categoria de exploração do trabalho. Em terceiro lugar, porque as diferenças de interesses entre trabalhadores submetidos a condições contratuais não chegaram realmente a contrapor-los, ao contrário, sinais de solidariedade se evidenciaram na incorporação de demandas dos trabalhadores subempregados às pautas dos sindicatos químicos e petroquímicos. (GUIMARÃES, A. e outros, 1995, p.28).

É neste contexto que se inicia a ofensiva do neoliberalismo⁵⁴. Com o governo Collor são derrubadas as barreiras protecionistas e o mercado interno se abre aos produtos importados. Em relação às inovações tecnológicas, ocorre um forte incremento de equipamentos com base microeletrônica - e organizacional, sobressaindo-se as iniciativas

⁵² Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul –cidades fortemente industrializadas que integram a grande São Paulo.

⁵³ Segundo(GUIMARÃES,1995 pp27 -29) o conceito de “aristocracia operária” foi usado inicialmente por Engels e por Lenin para referir-se ao desvio economicista e corporativista dos trabalhadores ingleses. Posteriormente o termo foi usado para referir-se tanto a um extrato economicamente privilegiado da classe trabalhadora, quanto para explicar o padrão de formação, conflito e consciência de classe na Inglaterra Vitoriana. Neste sentido, o conceito está associado ao comportamento dos trabalhadores em relação ao compromisso de classe. Ou seja, os altos salários pagos a uma fração do coletivo operário inibe o ânimo revolucionário desses trabalhadores interferindo na formação da consciência de classe. Este assunto também pode ser encontrado na Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.35,nº2,1992, p. 173-92.

⁵⁴ “O modelo neoliberal consiste em reduzir a participação do Estado na economia, tomando como medidas a privatização; a abertura da economia aos produtos finais; a redução do déficit público, o que implica reduzir os gastos sociais; a desregulamentação do mercado financeiro, propiciando a especulação financeira e a instabilidade monetária e fiscal. É a volta da crença na ‘mão invisível’” (Goularti, Fº, 1997, p. 2).

inspiradas na experiência japonesa de organização do processo produtivo e gestão da produção, principalmente nos setores industriais mais voltados para a exportação.

Hoje a indústria brasileira enfrenta a competição internacional não apenas exportando, mas, além disso, enfrentando os produtos importados, ou até deixando de produzir para importar (BRESCIANI, 1994, p. 198).

Apesar do processo de modernização ter sido moroso na indústria brasileira, a difusão das técnicas e métodos japoneses vem sendo significativa e inquestionável. Neste processo, o sistema JIT (*just-in-time*) - que envolve as técnicas do Kamban⁵⁵, Kaizen⁵⁶, Andon⁵⁷, CCQ (Círculo de Controle de Qualidade)⁵⁸, entre outras - associado às “células de manufatura”⁵⁹ foram os mais difundidos.

Para Machado (1994b, p. 13), a comprovação da rigidez e do arcaísmo do “modelo” taylorista-fordista diante das exigências do novo paradigma produtivo sustenta a nova mentalidade empresarial e nacional. Nela, o compromisso de colaboração mútuo entre capital e trabalho seria o ponto-chave para sobreviver frente à desorganização social e econômica do país e assim poder superá-las.

Márcia Leite (1994, p. 43) aponta vários estudos que falam de uma modernização conservadora promovida pelos empresários com forte tendência a manter características importantes da organização taylorista-fordista do trabalho na reorganização da produção, concentrando o planejamento e concepção nas mãos dos técnicos e engenheiros e centralizando o trabalho individualizado em tempos impostos. Na conclusão de Coriat, os métodos japoneses são, no Brasil, utilizados como ferramentas de racionalização do já

⁵⁵ Kamban “é o sistema de informação que alimenta o funcionamento da produção just in time. Originalmente, se compõe de cartões coloridos; sua presença define a necessidade de determinado produto. Entretanto, esta sinalização pode ser feita visualmente por meio de uma série de instrumentos bastante simples (anéis, plaquinhas, etc.). Algumas empresas usam, porém, relatórios emitidos pelo sistema de computadores que interliga seus diversos departamentos, ou mesmo seus clientes e fornecedores.” (DIEESE, 1994, p. 355).

⁵⁶ Kaizen “significa ‘melhoramento contínuo’, tanto na vida pessoal, domiciliar, na vida social e no trabalho. Quando aplicado ao trabalho, deve envolver todos, tanto gerentes quanto operários. É a essência das práticas mais exclusivamente japonesas de administração.” (Shiroma, 1993, p. 176).

⁵⁷ Andon é um sistema que consiste em “procedimentos que permitem tornar literalmente visível o desenrolar do processo de produção ao permitir a visualização de cada um dos acontecimentos suscetíveis de acontecer” (Coriat, 1994, p. 72).

⁵⁸ CCQ “são grupos ‘teoricamente’ voluntários, que se reúnem com o objetivo de resolver problemas da produção, descobrir ou propor a adoção de novos procedimentos padrão para determinada atividade.” (DIEESE, 1994, p. 355)

⁵⁹ Célula de manufatura é um tipo de inovação tecnológica que envolve a mudança do modo de produção funcional para a produção grupal, em que o processo produtivo é formado por unidades que detêm o início e a finalização do produto. (Domingues & Urnau, 1996, p. 64)

existente, sem nada mudar das lógicas fundamentais tayloristas e fordistas que constituem o fundamento da indústria tradicional (CORIAT, 1994, p. 12).

Esta abordagem situa em grande parte as imagens que imputadas à consciência de classe, expõem a realidade das relações de trabalho dos papeleiros do planalto catarinense. Porém não se pode dar por encerrada qualquer constatação comparativa sem uma análise mais acurada das múltiplas determinações que interferem no processo de formação do proletariado em questão, para não se cair no risco de transpor modelos de uma realidade para outra desconsiderando a atuação concreta desta classe frente aos problemas que lhes são postos.

5. Os caminhos do papel

A produção de papel no planalto serrano e no mundo

Este capítulo visa analisar o setor de papel e celulose do planalto catarinense, procurando caracterizar a produtividade e o avanço tecnológico de suas empresas líderes e sua inserção no mercado nacional e mundial. O capítulo inicia com uma breve contextualização histórica, e depois apresenta uma análise das características da produção de papel e celulose nos âmbitos nacional, estadual e regional, concluindo com uma descrição mais detalhada do processo de produção de papel e celulose no planalto catarinense.

5.1- Das origens à forma capitalista de produção (evolução tecnológica)

A origem do processo de obtenção do papel deve ser buscada na China. A lenda atribui essa descoberta ao chinês Tsai-Lun, que no ano 105, inspirou-se nos insetos moeu no pilão cascas de árvores e obteve a primeira folha de papel. Este segredo é guardado pelos chineses até o século VIII, quando os mongóis aprendem a arte, que é espalhada rapidamente pela Ásia. Na Europa o papel começa a ser produzido no século XII pelos árabes, ao conquistarem a Espanha, e em 1250 a Itália passa a ser o centro ativo que supre a Europa de papel. “O primeiro moinho de papel italiano que se conhece data de 1276 e funcionava na cidade de Fabiano”. (PALADINO, 1985, p.10)⁶⁰

Até 1860 a fonte única de celulose para a fabricação de papel no ocidente era os trapos de linho. Na medida em que a produção se expande surge o problema dos estoques, a ponto de, no séc. XVIII o governo inglês interditar a população de envolver os mortos em lençóis para serem enterrados, a fim de preservar todos os tecidos para a fabricação de papel.⁶¹

A corrida pelos trapos torna-se prioridade no cenário internacional. Conforme a leitura de Karl Marx: “Sabe-se que a Grã-Bretanha, além de possuir seus próprios estoques de trapo, é o empório mundial desse artigo” (MARX, 1988,p.531). Em 1843, o tecelão saxão

⁶⁰Os moinhos de papel conhecidos datam de 1.276 em Fabiano na Itália; 1.326 em Ambert D’Auverguem, na França; em 1.390 em Nuremberg, na Alemanha; em 1.495 em Hert-Fordshire, Inglaterra, conforme Labarre.

⁶¹ Os trapeiros compravam os trapos nos burgos, vilas e cidades ou mesmo no campo, de casa em casa e revendiam ao comerciante atacadista ou diretamente ao fabricante de papel, conforme Paladino op.cit. p. 15.

F.G. Keller utilizou pela primeira vez a madeira ralada na fabricação de papel denominando Pasta Mecânica.

Desde a sua invenção, o processo de fabricação do papel tem sido complexo. Tanto no artesanato e manufatura, como na forma mecanizada, as etapas para se produzir uma folha de papel são múltiplas.

Analizando o número de operações necessárias para se produzir uma folha de papel, La Lande, comparando com as da produção da agulha, verificou que enquanto uma agulha passa por 18 operações, a folha de papel passa por 30 operações diferentes. (Na tabela 1, encontramos 14 das principais operações). A. Smith analisou o segundo exemplo em seu famoso capítulo sobre a divisão do trabalho. É necessário notar que quanto mais se parcelizam as tarefas, maior é o tempo gasto no transporte do produto dentro da unidade manufatureira. A economia de tempo que se ganha de um lado é parcialmente perdida de outro. (PALADINO, 1985, pág. 101).

Tabela 1 - Principais fases do processamento de fabricação do papel na manufatura francesa – final séc.XVIII

Fases do processo	Trabalhadores	Instalações, aparelhos e Instrumentos
Classificação dos trapos	Classificadores	Manual com a ajuda de longa faca
Fermentação	Aprendiz	Tanque de pedra, água corrente e às vezes cal
Corte ou rasgo dos trapos	Governador ou aprendiz	Manual com uma lâmina de ferro
Lavatório	Governador ou aprendiz	Manual em tanques de pedras ou com grandes pilões
Trituração	Governador	Moinhos a pilão ou a cilindros movidos por força de água ou vento
Moldagem da folha	Mergulhador	Manual com um molde ou forma
Couchage	Coucheur	À mão, sobre os feltros
Viração	Virador	A mão, colocando as folhas e feltros nas prensas
Levantamento	Levantador	Manual, tirando as folhas dos feltros
Varal	Estendedores	Manual
Colagem	Colador	Manual
Alisamento	Alisadores	Manual com pedra, martelo ou cilindro
Triagem	Triadores	Manual
Contagem	Contadores	Manual

Fonte: Lalande, J.J. Art de Faire, in Paladino, 1985, p.101.

Em 1817, ao examinar uma máquina de fabricação francesa, um comissário inglês expressa:

Por meio da nova mecânica não são mais necessários mergulhador, levantador, virador e prensa. A máquina substitui a todos (...). Esta economia considerável de braços e de salários não é, entretanto, a

mais notável vantagem do processo. Existem outras duas mais importantes ainda; uma sobre a relação pecuniária e a outra sobre a autoridade tirânica que exercem os operários sobre os proprietários de usinas. (Piette, L, in Paladino, 1985, pág.120).

E foi nesse contexto que nasceu a indústria brasileira.⁶²

5.2 - Perfil tecnológico contemporâneo

Na Alemanha, em meados do século XIX, é inventada uma máquina capaz de transformar toras de madeira em uma pasta para papel. A partir daí, as possibilidades de expansão da indústria papelreira se deslocaram para as regiões onde as florestas naturais eram abundantes, como na América e Escandinávia.

A nova matéria-prima e as formas de produzi-la (avanço da química) representam a evolução tecnológica mais importante para a indústria papelreira no período de 1860 a 1950. O processo de trabalho industrial se altera, consolida-se a forma capitalista na produção de mercadorias, e os resultados desta evolução refletem na organização do processo de trabalho em dois aspectos: o primeiro aspecto refere-se à crescente complexidade da máquina, que expropria o saber empírico e impõe o saber analítico; o segundo aspecto refere-se ao gigantismo da máquina, parcialmente responsável pela desagregação do trabalho em equipe, em que as comunicações se faziam diretamente homem a homem. Ao mesmo tempo em torno da máquina forma-se um trabalho coletivo de novo tipo, como informou um trabalhador de uma das empresas em estudo no Planalto Catarinense:

“As velhas máquinas permitiam mais discussão com os colegas das unidades. Hoje a supermáquina Tissue, possui mais de 100 metros. A gente nem enxerga os outros companheiros. Não podemos detectar os problemas por nós mesmos, temos que confiar nos sinais eletrônicos” (João⁶³, 45 anos, operador de máquinas).

⁶² Para a autora desenvolve na Inglaterra nos primórdios da Revolução Industrial sob explícita contradição de classes, sobretudo na expropriação do saber operário.

⁶³ Nome fictício.

Tabela 2 - Número de máquinas e grandes cubas das fábricas e manufaturas européias em meados do século XIX

País	Máquinas	Grandes Cubas
França	210	250
Inglaterra	322	266
Escócia	58	19
Irlanda	33	15
Zolwerein	140	1.024
Áustria	49	900
Dinamarca e Holstein	6	20
Suécia	7	8
Bélgica	28	-
Países Baixos	-	168
Lombardia Venitie	6	-
Duas Cecílias	12	12
Estados Romanos	3	-
Sardenha	12	50
Espanha	17	250
Suíça	26	40
Rússia	25	-
Turquia	1	

Fonte: Proteaux, A. Guide pratique..., p. 6-7, in Paladino, 1985, p. 126

A tabela 2 indica, através do número de grandes máquinas, onde a indústria de papel mais se desenvolveu naquele período. Na tabela 3 abaixo podemos notar que na fábrica a organização espacial é simplificada. Além disso, a máquina de papel não só simplifica o espaço mas elimina a força de trabalho humano que lá estava.

Tabela 3 - Organização espacial do trabalho na manufatura e na fábrica

Tabela 5 – Organização Espacial do trabalho na manufatura e na fábrica			
Manufatura		Fábrica	
Classificação de trapos			
Trituração	Apodrecedor	Trituração	Apodrecedor
Grande Cuba	Sala de cola	Máquina de papel	
Varais	Acabamento	Acabamento	

Fonte: Paladino, 1985, p.129

A partir de 1950 inicia um longo processo de transformações na tecnologia das máquinas papeleiras. Com o surgimento da regulação eletrônica cresce o rendimento da produção pelo aumento da velocidade das máquinas.

Deste breve histórico sobre os caminhos do papel podemos afirmar que tal estudo oferece elementos explicativos para análise das relações sociais de produção, desde a invenção chinesa até as atuais características da indústria papeleira, como afirma Marx:

A fabricação moderna de papel pode servir para ilustrar a continuidade da produção e a aplicação do princípio automático. Fornecem elementos bastante ilustrativos para o estudo pormenorizado, não só da diferença entre modos de produção diversos, baseados em instrumentos de produção também diversos, mas também da conexão entre as relações sociais da produção, e esses modos de produção. A antiga fabricação alemã de papel

fornece o modelo da produção artesanal; a holandesa do séc. XVII e a francesa do séc. XVIII, o modelo da manufatura; e a fabricação inglesa moderna, o modelo da fabricação automática. Ademais, a China e a Índia oferecem duas formas diferentes da antiga produção asiática de papel. (MARX, 1988, p.435).

Embora não se tenha feito uma análise específica sobre as condições de trabalho na produção do papel ao longo dos vários séculos, podemos dizer, pelas mutações tecnológicas profundas na passagem do modo manufatureiro para o moderno, que o processo de produção é uma combinação entre o sistema técnico adotado e a organização do trabalho estabelecida.

5 . 3 - A indústria brasileira de papel e celulose e a concorrência internacional

Em 1973, aproximadamente mil diferentes tipos de papel classificados em seis grandes categorias eram fabricados no mundo (papéis para escrever, para impressão, cartões, cartolinas, papéis especiais para embalagens, e sanitários). Neste ano, também foram catalogadas 14 mil possibilidades diferentes de aplicação ou uso do papel pela humanidade.

Segundo estudo de W.F. Mathias, somente a longo prazo a revolução da informática poderá afetar o consumo de papel enquanto suporte da informação, visto que em 1980 a informática havia substituído apenas 30% da produção mundial de papel. (MATIAS, W.F., 1985).

As análises sobre a evolução recente do setor demonstram que quatro países dominam hoje o mercado de papel: EUA, Japão, Canadá e Alemanha, com cerca de 54% da produção mundial. (Cf. tabela 4).

Tabela 4 - Produção e consumo mundial de papéis, cartões e celulose - 1990

Local	Produção				Consumo			
	Papel cartão		Pasta		Papel cartão		Pasta	
	1000 ton	%	1000 ton	%	1000 ton	%	1000 ton	%
Europa	77.506	32,0	45.311	27,9	74.046	31,0	49.915	30,8
Alemanha	12.773	5,3	2.659	1,6	15.461	6,5	6.002	3,7
França	7.046	2,9	2.200	1,4	8.752	3,7	3.652	2,3
Itália	5.731	2,4	676	0,4	7.084	3,0	2.731	1,7
Finlândia	8.966	3,7	8.886	5,5	1.387	0,6	7.504	4,6
Suécia	8.426	3,5	9.914	6,1	7.375	3,1	1.961	1,2
Am. Norte	88.011	36,5	80.028	49,3	83.306	34,9	71.673	44,2
Canadá	16.540	6,9	22.830	14,1	5.622	2,4	15.393	9,5
EUA	71.471	29,7	57.198	35,2	77.684	32,5	56.280	34,7
Ásia	57.071	32,7	25.236	15,5	61.851	25,9	30.784	19,0
Japão	28.086	11,7	11.328	7,0	28.220	11,8	14.203	8,8
China	13.719	5,7	10.270	6,3	14.429	6,0	10.608	6,5
Taiwan	3.337	1,4	411	0,3	3.320	1,4	854	0,5
Am. Latina	10.972	4,6	7.838	4,8	12.027	5,0	6.487	4,0
Brasil	4.888	2,0	4.839	3,0	4.182	1,8	3.560	2,2
Chile	485	9,2	1.113	0,7	479	0,2	448	1,1
Oceania	2.828	1,2	2.338	1,4	3.231	1,4	1.834	1,1
Austrália	2.028	0,8	1.007	0,6	2.645	1,1	1.142	0,7
África	2.732	1,1	2.383	1,5	3.500	1,5	1.887	1,2
Total Mundial	240.811	100,0	162.397	100,0	238.785	100,0	162.022	100,0

Fonte: Pulp and Paper International, julho 1991 (tabela adaptada)

Em 1990 o Brasil situava-se em 8º lugar no ranking de celulose (tabela 5) e, em 11º em papel (tabela 6).

Tabela 5 - 20 maiores produtores mundiais de celulose 1988 – mil ton.

País	Produção
------	----------

01.Estados Unidos	55.530
02.Canadá	23.679
03.Japão	10.415
04.Suécia	10.307
05.Rússia	10.965
06.Finlândia	9.001
07.China	8.350
08.Brasil	4.296
09.Alemanha	2.358
10.França	2.190
11.Noruega	1.917
12.África do Sul	1.885
13.Espanha	1.665
14.Portugal	1.472
15.Áustria	1.455
16.Nova Zelândia	1.212
17.Tchecoslováquia	1.121
18.Austrália	1.051
19.Índia	1.050
20.Polônia	921
Total	149.940

Fonte: Revista Química Industrial. Fevereiro 1990, n.24, 34, in Rattner (1993).

Tabela 6 - 20 maiores produtores de papel do mundo em 1988 – Mil ton.

País	Produção
01. Estados Unidos	69.477
02.Japão	24.624
03.Canadá	16.624
04.China	12.645
05.Rússia	10.750
06.Alemanha	10.576
07.Finlândia	8.653
08.Suécia	8.161
09.França	6.313
10.Itália	5.470
11.Brasil	4.649
12.Reino Unido	4.295
13.Coreia	3.659
14.Espanha	3.429
15.Taiwan	2.949
16.Áustria	2.650
17.México	2.593
18.Holanda	2.462
19.Índia	1.915
20.Austrália	1.854
Total	203.638

Fonte: Revista Química Industrial. Fevereiro 1990, n. 24, p. 34, in Rattner, (1993).

Se confrontarmos as tabelas 5 e 6, observa-se que alguns países, como Alemanha, Itália, Reino Unido e França, apresentam grande volume de produção de papel, porém, com pequena produção de celulose, ou seja, dependem da importação desta. “Condições

climáticas desfavoráveis, a escassez de terra para a implantação de florestas, e problemas ambientais tem levado estes países a se especializarem na produção de papel.” (RATTNER, 1993, p.60).

Neste sentido, destaca-se o Japão, que tem concentrado sua produção na fabricação de papéis especiais e reciclados.

5.4 - Emergência e consolidação da indústria de papel e celulose no Brasil

A produção de papel e celulose no Brasil pode ser dividida em três fases:

a) final do século passado até 1930 - utilização da matéria-prima e equipamentos importados da Europa e EUA. Nesta fase a produção restringiu-se, basicamente à produção de baixo padrão de qualidade (sobretudo para papel de embrulho).

Tabela 7 - Produção de papel no Brasil – 1926/30 (em peças, pacotes, toneladas)

Ano	Papel					
	Forrar casas ou malas (1.000 peças)	Cartas (1.000 pac.)	Embrulho (t)	Seda (t)	Confete (t)	Serpentina (1.000pcs.)
1926	744	454	18.087	7	1.317	1.169
1927	687	1.542	15.465	73	1.329	2.203
1928	431	1.574	19.916	583	200	1.661
1929	573	2.373	26.730	436	195	1.082
1930	362	1.851	23.542	175	240	1.388

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939 in Paladino, 1985, p. 260.

b) período de 1930 a 1960 - a pasta mecânica e a pasta química passam a ser produzidas internamente, e a produção de papel se diversifica.

Durante a guerra a política intervencionista de Getúlio Vargas esbarra com a questão da liberdade de imprensa ameaçada caso a produção de papel fosse estatizada. Além disso, as discussões giravam em torno da interferência econômica dos Estados Unidos na indústria brasileira. No bojo desse processo, e...

no intuito de estancar a sangria de divisas provocada pela importação de papel de jornal e da pasta de papel, Vargas, prontificou-se pessoalmente a procurar um empresário que se dispusesse a erguer uma nova fábrica de papel. Assis Chateaubriand, dono da maior cadeia de jornais, foi o primeiro a ser abordado, mas declinou da oportunidade.

Em seguida, de acordo com o relato de Chateaubriand, Vargas pediu-lhe opinião acerca da adequabilidade de vários industriais

paulistas. Chateaubriand recomendou a família Klabin.(DEAN,in Paladino,1985,p.229).

Os Klabins haviam operado uma fábrica de papel já no início da década de 1900, tinham participado da fundação da Companhia Nitroquímica e possuíam extensos pinheirais em Monte Alegre, no Estado do Paraná. O ditador aceitou a indicação e encarregou Chateaubriand de ir a São Paulo e oferecer-lhes um empréstimo e a necessária cobertura cambial, bem como um monopólio, se eles se dispusessem a construir a fábrica. A geração mais velha, conservadora, recusou-se, mas o próprio Vargas convenceu, mais tarde, os membros mais jovens da família a aceitarem.

Os Klabins dificilmente poderiam ter recusado; Vargas lhes prometera também um ramal ferroviário e um mercado garantido. Esse relato é revelador. Demonstra que Vargas, depois de haver estabelecido um objetivo racional de desenvolvimento, evitou a alternativa de criar uma firma inteiramente nova, que teria hostilizado as empresas existentes. (...).

A reorientação da política do comércio exterior e os oferecimentos mais generosos de crédito eram sinais de interesse do governo, que despertava, pelo desenvolvimento da manufatura.(DEAN,in Paladino,1985, p.230).

Com a elevação de preços da celulose importada e o estabelecimento da imprensa periódica no imediato pós-guerra, grandes grupos se consolidam e em 1950 o país era praticamente auto-suficiente em quase todos os tipos de papel, exceto em papel para jornal (88,6% das importações de papel se destinavam para a imprensa periódica) . Porém, conforme Higashi, (1993) o país era largamente deficitário em celulose, importando 73,7% de seu consumo aparente.

c) A partir da primeira metade dos anos 60 - alterou-se a inserção da produção brasileira na economia mundial. A indústria deixou de estar voltada exclusivamente para o mercado interno. A nova intervenção do governo através do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) e CDI orientou a política de incentivos ao reflorestamento. Como resultado, ocorreu um verdadeiro surto de modernização no setor, fortalecendo a capacidade produtiva das grandes fábricas.

Tabela 8 - Área total reflorestada (por ano de plantio em ha.)

Ano de Plantio	Gêneros						Total
	Eucalipto	Pinus	Araucária	Gmelina	Acácia	Outros	
1943/67	15.049, 0	11.794, 7	7886, 2	0, 0	0, 0	2.033, 1	36.763, 0
1968	2.765, 6	7.213, 6	797, 0	0, 0	0, 0	251, 8	11.128, 0
1969	4.716, 0	10.295, 3	301, 0	0, 0	0, 0	291, 0	15.603, 3
1970	5.068, 7	14.613, 7	688, 1	271, 2	0, 0	974, 4	21.616, 1
1971	10.669, 0	22.691, 7	1.125, 8	0, 0	2, 5	458, 9	34.947, 9
1972	14.626, 6	17.120, 2	1.777, 5	0, 0	0, 0	224, 5	33.748, 8
1973	9.681, 0	18.062, 4	1.374, 1	0, 0	0, 0	485, 7	29.603, 2
1974	15.774, 5	22.211, 1	927, 1	0, 0	0, 0	374, 6	39.287, 3
1975	21.080, 1	27.265, 6	778, 9	0, 0	0, 0	203, 4	49.328, 0
1976	25.931, 6	27.888, 2	964, 9	0, 0	0, 0	240, 2	55.024, 9
1977	26.484, 8	19.294, 5	821, 2	0, 0	0, 0	715, 3	47.315, 8
1978	29.125, 4	21.344, 2	970, 9	0, 0	0, 0	131, 0	51.571, 5
1979	20.703, 1	27.241, 0	698, 5	0, 0	0, 0	161, 5	48.804, 1
1980	21.617, 5	23.394, 3	395, 7	0, 0	0, 9	193, 6	45.602, 0
1981	33.893, 3	27.187, 6	187, 6	19, 0	34, 2	88, 8	61.410, 5
1982	38.250, 3	24.784, 7	225, 9	246, 0	0, 0	289, 6	63.796, 5
1983	33.565, 3	29.725, 8	170, 7	172, 0	0, 0	136, 2	63.770, 0
1984	32.469, 84	34.539, 7	89, 2	0, 0	183, 9	113, 8	67.396, 4
1985	787, 9	28.953, 1	131, 8	138, 0	296, 1	109, 2	77.507, 1
1986	47.028, 4	30.820, 8	121, 4	130, 0	864, 2	129, 1	70.093, 9
1987	53.885, 5	27.460, 8	86, 5	1.076, 0	754, 6	161, 0	83.424, 4
1988	68.573, 4	25.647, 1	160, 6	4.281, 0	307, 3	165, 8	99.135, 2
1989	90.674, 4	22.283, 6	98, 3	1.532, 0	119, 1	177, 4	114.884, 8
1990	85.024, 2	22.397, 2	0, 0	1.580, 0	61, 6	185, 5	109.248, 5
1991	60.295, 4	13.819, 0	0, 0	0, 0	0, 0	118, 9	74.233, 3
TOTAL	814.831, 8	55.8049, 9	20.778, 9	9.445, 2	2.624, 4	8.514, 3	1.414.244, 5

Fonte: ANFPC, Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose - 1991

Com base no decreto lei 5.106, de 02/09/66, formula-se um programa de reflorestamento no período de 1967 a 1980, através dos incentivos fiscais para 4,2 milhões de hectares. Os apoios financeiros seriam destinados às indústrias com capacidade projetadas ou instaladas igual ou superior a 250 t/dia para papel e 200 t/dia para celulose (HIGASHI, 1993, pp.79-87).

Na década de 70, o segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) formula, em 1974, o primeiro PNPC (Programa Nacional de Papel e Celulose), o qual estabelece uma nota de longo prazo chamada PEE (Programa Especial de Exportação). O PNPC previa um modelo “tripartite”, com participação equitativa no aporte de capital pelo Estado, capital privado e capital estrangeiro. Entretanto, o plano esbarrou em problemas de ordem tecnológica, cambial e de mercado, resultando numa crise do setor em 1975, e grandes investimentos do Estado como sócio e construtor de infra-estrutura nos projetos de produção de celulose. “No período de 1955 a 1973, foram alocados US\$ 207 milhões, e no período de 1974 a 1980 US\$ 1,8 bilhão”. (Dieese, 1993, p.4).

O Estado, além de assumir na prática, majoritariamente, o controle acionário dos projetos subsidia fortemente a acumulação privada através de verdadeiras “doações patrimoniais”, privilegiando os grandes investidores. Este privilégio continua até a década atual, como podemos observar na tabela 9: somente as três maiores empresas: Ipacel, Aracruz e Klabin receberam do governo o equivalente a 515.132 milhões de um total de 811.967 milhões investidos em todo o país.

*Tabela 9 – FINAME (Financiamento de Médias Empresas)
Programa Especial –Desembolsos por Empresas (US mil)*

Empresa	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Santo Amaro	440								
Ripasa	259							21.346	3.405
CPS	1.634	27	3.479	841					
Riocell	7.635			65		326	7	24.218	31
KSR		138		121		5.031			
Pisa		16.309	17.517	1.056	378				
Suzano						6.381	3.991	55	
Iguaçu				1.040	326	219	1.747	465	
Klabin				353	1.595	5.750	6.690	1.466	52.413
Catarinense							12.089	6.347	18.839
Aracruz							98.562	82.000	55.156
Bahia Sul							13.130	4.921	114
Melhoramentos							1.868	1.093	
Batistela								333	765
Impacel								68.075	142.748
Celpav									33.234
Monte Dourado									452
Paraibuna									1.200
Outros	1.879	1.333	55						9.744
Total	11.847	17.807	21.051	3.476	2.299	18.207	138.084	280.319	318.101

Fonte: Informações Estatísticas da FINAME, in DIEESE, 1993.

Na década de 80 a indústria brasileira do papel se equipara pela produção realizada em plantas industriais modernas, com países avançados, e atinge plena integração florestal.

Desde agosto de 1987, o segundo PNPC visava duplicar a capacidade de produção nacional. (OLIVEIRA, e outros, 1990).

A indústria brasileira possui hoje uma estrutura altamente concentrada, com intenso grau de modernização no parque produtivo e organizacional, e de terceirização. É um setor maduro, com características específicas, e de grande capacidade operacional. Sua produção entre 1980 e 1995 cresceu bem mais do que a mundial, tanto em papel quanto em celulose. O país saiu de uma posição de importador (até 1980) para a de exportador. Isto se deve à incentivos fiscais que levaram o país a uma maior inserção no mercado mundial.⁶⁴

Além da evolução das técnicas de plantio, o que mais pesa em favor da indústria brasileira é a diferença de tempo de crescimento do eucalipto e do pinus entre uma região semi-tropical e uma região de clima frio. “Uma árvore brasileira, de 16 anos, é quatro vezes maior do que a mesma, plantada nos EUA” (Revista Expressão, 1995, núm. 52, p.p.17-18).

⁶⁴ O investimento das empresas do setor nos anos 80, segundo programa da FINAME (Financiadora de Médias Empresas) teve um rápido crescimento de 1987 à 1990, depois de uma forte retração em 1986. Embora os investimentos continuassem ocorrendo (6,7 bilhões entre 89/94), o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Sócio-Econômico) estimou a necessidade de investir 13 bilhões para enfrentar a competitividade internacional (Diário Catarinense, 30/07/96, p.3).

Em termos de acumulação de capital, pela exploração da força de trabalho, o potencial do setor de papel e celulose no Brasil pode ser visto em três aspectos:

a) Por uma relação faturamento - emprego: o índice de crescimento do faturamento sai de 103, em 1983, para 235 em 1989, enquanto o emprego sai de 100, para 118. (Dieese, 1997, p.p.156)

b) Pelo crescimento da produção (média de 4% a.a.): na primeira metade da década atual, o emprego caía numa média de 10% a.a.

“Os percentuais de desemprego no setor de papel e celulose foram: 6,56% , entre 1989 -90; 9,57% entre 90 e 91; e 13,49% entre 91 e 92 no Brasil” (Dieese, op cit, p.156).

c) Pelas perdas salariais: desde 1987 e, mais particularmente no período Collor, com o expurgo de 66% do reajuste salarial dos trabalhadores em geral. (Dieese,op cit, p.156).

5.5 - Características e posição de SC na produção de papel e celulose

A posição de Santa Catarina sempre foi privilegiada na produção de quase todos os tipos de papel e na produção de celulose. Conforme tabelas 10, 11 e 12, produziu em 1991, 14,89% da indústria de papel, e 13,14%, da de celulose. Hoje, conforme dados do Dieese, está em primeiro lugar na produção de celulose e na de papel de embalagens; segundo em papel sanitário; terceiro em cartões e cartolinas e quinto em papel de impressão e especiais. Fabrica 17% do papel e 12,9% da celulose produzidos no Brasil. Embora sendo destaque nacional, a sua participação no total dos empréstimos do BNDES foi de apenas 1% em 95/96. (Dieese, 1997, p. 156).

*Tabela 10 - Papel – Distribuição geográfica da produção nacional
1988/1991 (em toneladas)*

Estado	Produção (t)				Participação (%)			
	1988	1989	1990	1991	1988	1989	1990	1991
SP	2.222.584	2.278.329	2.183.893	46.926	47,45	46,81	46,31	47,76
PR	1.054.839	1.067.600	1.103.767	1.086.516	22,52	21,94	23,41	22,11
SC	682.746	731.146	708.787	731.830	14,58	15,02	15,03	4,89
RJ	182.731	203.364	185.665	191.358	3,90	4,18	3,94	3,89
MG	140.461	160.662	144.391	165.290	3,00	3,30	3,06	3,36
RS	126.749	142.719	133.650	128.420	2,71	2,93	2,83	2,61
PE	108.814	116.000	95.622	97.420	2,32	2,38	2,03	1,98
BA	63.809	60.631	53.493	58.291	1,36	1,25	1,13	1,19
MA	39.613	42.839	35.964	35.084	0,85	0,88	0,76	0,71
PB	28.261	30.935	26.909	29.350	0,60	0,64	0,57	0,60
ES	7.702	9.967	7.431	9.605	0,16	0,20	0,16	0,20
PA	13.231	8.321	14.730	15.932	0,28	0,17	0,31	0,32
GO	4.206	4.515	10.876	10.328	0,09	0,09	0,23	0,21
RN	3.360	4.207	4.207	3.792	0,07	0,09	0,09	0,08
CE	2.299	2.598	2.400	2.189	0,05	0,05	0,05	0,04
AL	1.341	1.763	2.961	737	0,03	0,04	0,06	0,01
SE	1.206	1.440	1.045	1.045	0,03	0,03	0,02	0,02
Total	3.792.868	3.922.352	3.914.688	4.346.520	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ANFPC, Relatório Estatístico, 1989 e 1991

Tabela 11- Celulose – Distribuição Geográfica da Produção Nacional 1988/1991 – Em toneladas

Estado	Produção (t)				Participação (%)			
	1988	1989	1990	1991	1988	1989	1990	1991
SP	1.242.712	1.299.910	1.259.111	1.322.529	32,76	33,14	32,16	30,43
PR	555.371	545.451	555.009	528.323	14,64	13,91	14,18	12,16
SC	513.827	537.797	534.735	572.204	13,55	13,71	13,66	13,14
ES	491.456	502.392	501.182	816.458	12,96	12,81	12,80	18,78
MG	390.374	364.953	384.982	392.954	10,30	9,30	9,83	0,04
RG	308.374	292.708	293.096	306.291	8,13	7,46	7,49	7,05
PA	127.206	216.806	250.246	270.004	3,35	5,53	6,39	6,21
PE	62.978	60.871	49.730	57.434	1,66	1,55	1,27	1,32
BA	47.268	44.757	37.659	41.002	1,25	1,44	0,96	0,94
MA	30.721	33.657	28.821	23.194	0,81	0,86	0,74	0,53
PB	12.906	13.412	12.182	11.933	0,34	0,34	0,31	0,27
RJ	8.732	9.038	7.207	4.526	0,23	0,23	0,18	0,10
CE	660	600	728	668	0,02	0,02	0,02	0,02
TOTAL	3.792.868	3.922.352	3.014.688	4.346.520	100,00	100,0	100,0	100,00

Fonte: ANFPC, Relatório Estatístico, 1989 e 1991.

A produção catarinense é concentrada em pinus (fibra longa- mais resistente) ocupando, entre 1989-92, a primeira posição, com 46, 1% seguida do Paraná, com 29,6%. Em fibra curta (extraída do eucalipto- mais macia), não participa entre os primeiros estados produtores (Diário Catarinense, 29/10/96). Os investimentos efetuados no setor procedem do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Sócio-Econômico), via BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento); e do PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense). Os incentivos desses programas são canalizados para grandes empresas, por elas assegurarem maior garantia de crescimento.

A Celucat do Grupo Klabin está sendo beneficiada no investimento que fez de 57 milhões de dólares no início de 1990. “As linhas de financiamento são abocanhadas pelos grandes conglomerados cartelizando os recursos disponíveis” (Diário Catarinense, 29/10/96, p. 6).

Tabela 12 - Produção de papel e celulose – 1995 (em toneladas)

Papel			
Item	Produção-SC	SC- ranking Nacional	Produção Brasil
Impressão	26.297	5º	1.937.990
Escrever	-	-	158.736
Embalagem	833.558	1º	2.509.918
Sanitários	81.154	2º	466.177
Cartões/cartolinas	47.379	3º	588.457
Especiais	256	5º	136.948
TOTAIS	988.644	-	5.798.226
Celulose			
Fibra longa	637.997	1º	1.363.237
Fibra curta	-	-	4.013.034
TOTAIS	637.997	-	5.376.271

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose, in DC, 29/10/96.

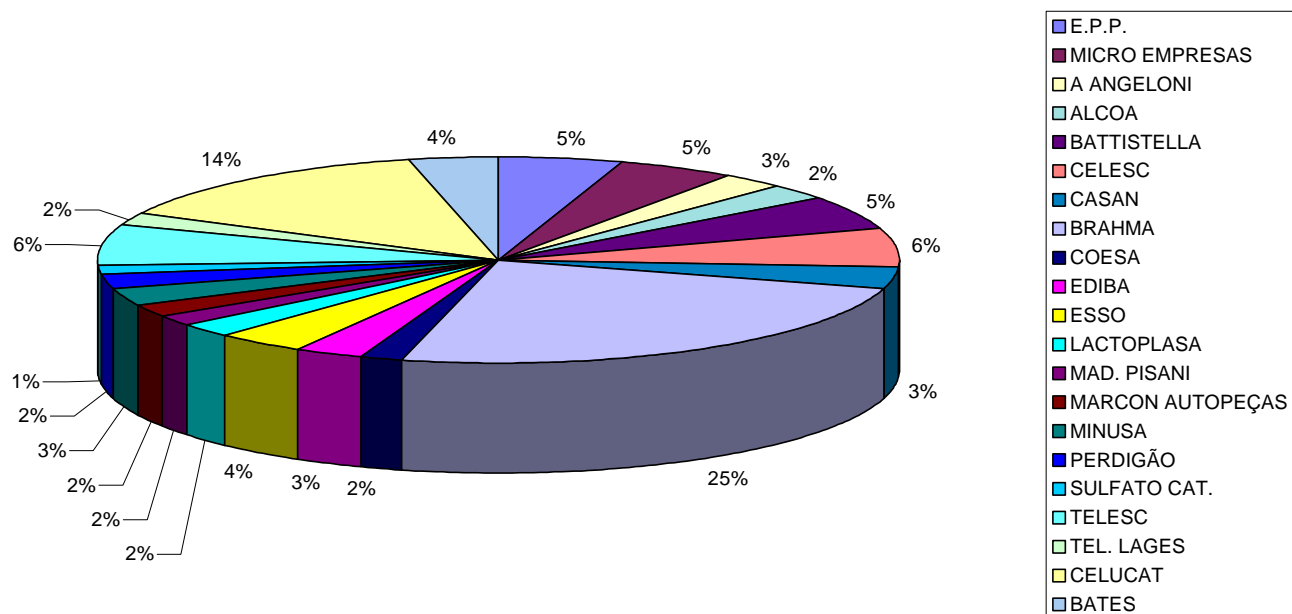
5.5.1 – A emergência do setor no planalto catarinense

Até a década de 50, o planalto de Santa Catarina teve como principal atividade econômica a pecuária extensiva (CEAG/SC,1980). O ciclo da madeira (COSTA,1982) compreende o período que vai de meados de 1940, atinge seu auge durante a construção de Brasília e início dos anos 60, declinando rapidamente no início dos anos 70 com o esgotamento das reservas naturais de Araucária. Dentro deste contexto de transformações ocasionadas pelo ciclo da madeira (florescimento e declínio do fenômeno das serrarias) são implantadas na região duas fábricas de papel e celulose, que pelo porte relativamente grande vão caracterizar a presença de relações de trabalho capitalista com elevado grau de concentração e divisão do trabalho.

A aglutinação em torno do trabalho industrial culminou na criação de dois novos municípios, em 1982. Otacílio Costa em torno da Manuville (hoje Igaras Papéis e Embalagens), e Correia Pinto em torno da Papel e Celulose Catarinense - PCC (hoje Celucat S.A., do Grupo Klabin). Como podemos notar nos gráficos abaixo, construídos tendo como base o valor adicionado sobre o retorno do icms, as fábricas representam praticamente toda expressão econômica do município. E mesmo em Lages, que possui duas unidades menores, (a Bates e a Celucat), a produção de papel representa expressiva parcela do valor adicionado:

Lages	VALOR ADICIONADO			
E.P.P.	7.179.226		ESSO	5.250.002
MICRO EMPRESA	6.987.439		LACTOPLASA	3.333.769
A ANGELONI	3.757.704		MAD. PISANI	2.259.587
ALCOA	3.569.951		MARCON AUTOPEÇAS	2.731.329
BATTISTELLA	7.461.373		MINUSA	4.259.960
CELESC	8.800.517		PERDIGÃO	3.267.458
CASAN	4.868.959		SULFATO CAT.	2.083.315
BRAHMA	35.769.865		TELESC	9.143.793
COESA	2.195.677		TEL. LAGES	2.876.254
EDIBA	4.145.924		CELUCAT	20.156.415
			BATES	5.150.235

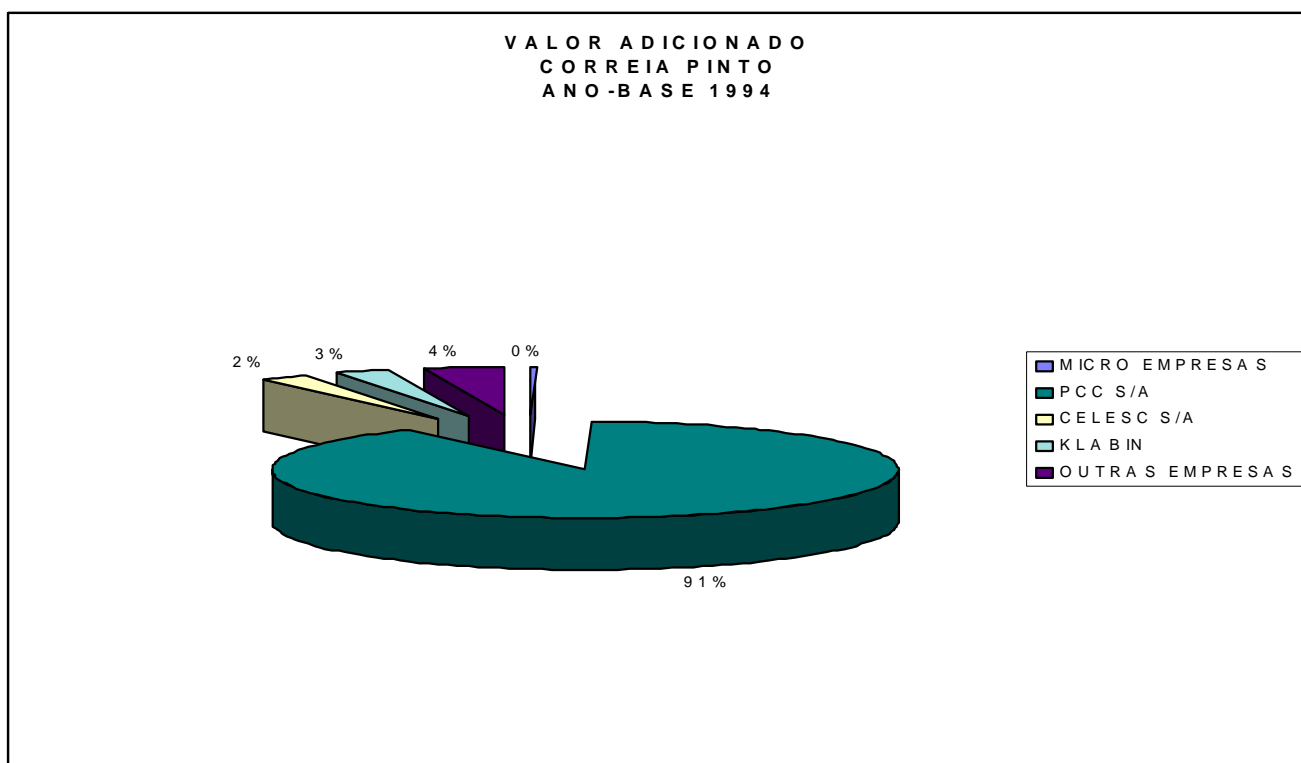
**VALOR ADICIONADO
DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DE LAGES
ANO BASE 1995**



MUNICIPIO	RAZÃO SOCIAL	VALOR ADIC.
	Ano-base 1994	
CORREIA PINTO		
	MICRO EMPRESAS	209.709
	PCC S/A	72.737.602
	CELESC S/A	1.858.997
	KLABIN	2.420.667
	OUTRAS EMPRESAS	3.271.402

FONTE:

Governo do Estado de Santa Catarina
 Secretaria da Fazenda
 Gerência de Cadastro Tributário
 Relatório Analítico do Valor Adicionado

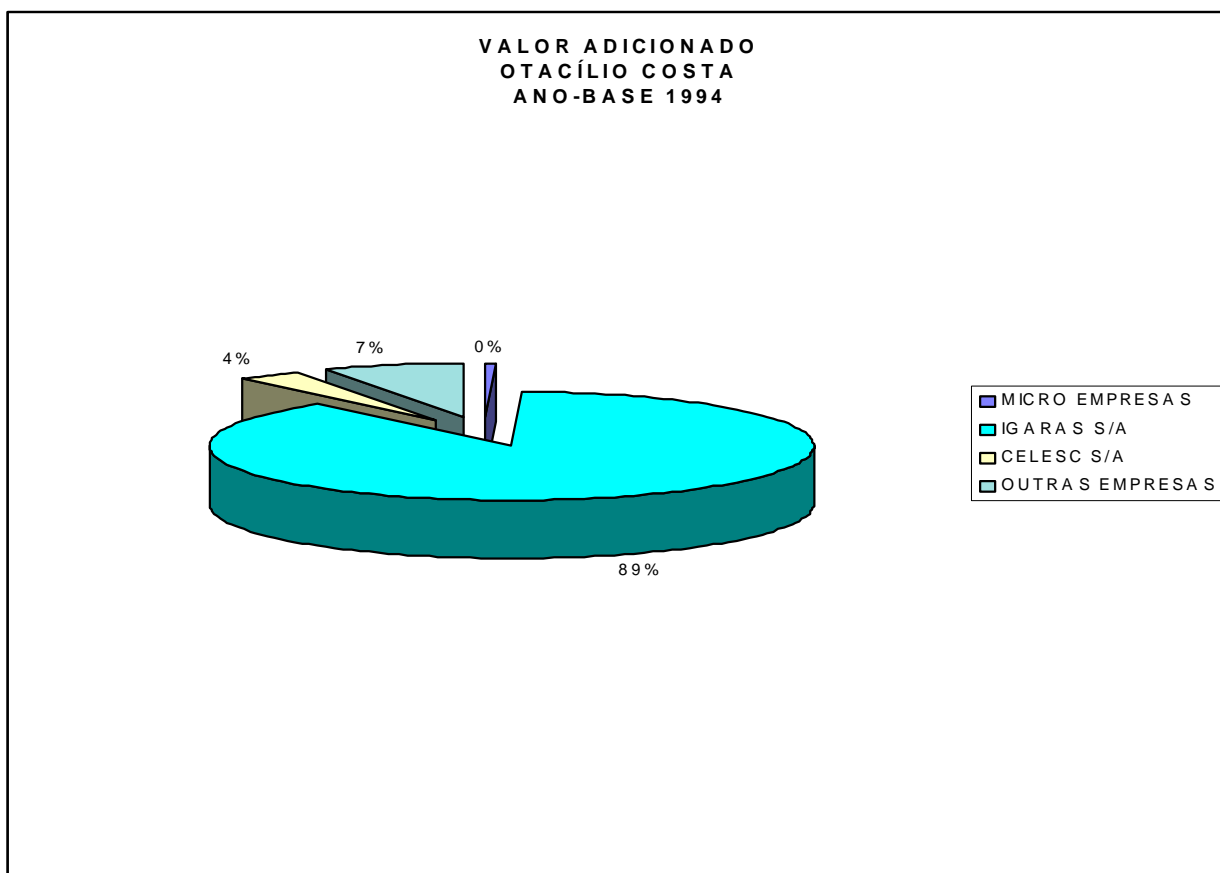


OTACÍLIO COSTA

MUNICIPIO
Ano-base 1994

RAZÃO SOCIAL

VALOR ADIC.



MICRO EMPRESAS	354.671
IGARAS S/A	67.240.645
CELESC S/A	2.787.556
OUTRAS EMPRESAS	5.694.244

FONTE:

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria da Fazenda
Gerência de Cadastro Tributário
Relatório Analítico do Valor Adicionado

5.5.2 - Empresas líderes do planalto

Dos quatro maiores produtores de papel e celulose no Brasil,⁶⁵ três possuem unidades líderes no planalto catarinense. Por ordem de importância, destacam-se os seguintes grupos:

a) Grupo Klabin - é o principal grupo papelero do Brasil, com sete empresas atuando em vários estados, com 16,15% (em 1992) da produção de papel, e quatro empresas com 15,8% (em 1992) da produção de celulose; detentor de cerca de 30% do mercado de papel Tissue. Este papel, 10 a 15% da produção do grupo é realizada pela Celucat I, localizada em Correia Pinto, no planalto catarinense. Outra empresa do grupo é a Celucat II, situada em Lages, que produz 300 t/dia de papel para embalagens, e 100 t/dia para fins sanitários.

Instalada no estado desde 1967, iniciou suas atividades utilizando serragens das serrarias. Hoje possui 43.400 hectares de florestas plantadas, sendo 12 mil hectares de preservação da floresta nativa. Fabrica, além do papel, celulose absorvente tipo *fluff*, utilizada em fraldas descartáveis e absorventes⁶⁶. É a maior produtora do Brasil de sacos foliados para cimento, e a maior fornecedora desse produto para o Grupo Votorantin.

b) Grupo Suzano/Riverwood/Igaras - Este grupo constitui-se de oito empresas produtoras de celulose (somando as três do grupo Igaras), com 17,9% da produção do país, e cinco empresas produtoras de papel, com 14,7% do total. A Igaras atua em reflorestamento, fabricação de celulose e papel, embalagem de papelão ondulado, e embalagens múltiplas. Em Santa Catarina, a Igaras está instalada em Otacílio Costa, e vem sendo ampliada para produzir 34.500t/ano a partir de 97. Pretende investir até o ano 2001 US\$ 500 milhões de dólares em reflorestamento.

c) Grupo Tedesco - constituído de uma holding e 11 empresas que atuam na área de comercialização da madeira, fabricação de celulose, papel e embalagens e outras atividades fora do setor. Possui unidades fabris em Caçador, Igaras, e duas no Rio Grande do Sul. Responde por 2% da produção nacional de papel e é o maior fornecedor para fabricantes de embalagens. Tem 15 mil hectares plantados, com pinus e eucalipto na região de Caçador - SC.

⁶⁵ São quatro os grupos mais importantes da produção de papel e celulose no Brasil: Klabin (15,85% de celulose e 16,2% de papel, em conjunto com Aracruz S.A. 20,8% de celulose), Suzano (12,5% celulose, 8,6% papel), Igaras Habitasul (5,4% e 6,2% respectivamente), Votorantim (6,2% e 7,2% respectivamente).

⁶⁶ A Klabin é a maior fornecedora da celulose absorvente tipo *fluff* para a Johnsons.

d) Grupo Habitasul/Irani - A celulose Irani é líder na produção de papel kraft para embalagens, detendo 30% do mercado nacional. É o terceiro produtor nacional em papel jornal.

5.5.3- Características específicas da produção de papel e celulose no planalto catarinense

Nesta parte da pesquisa, disponho a análise de alguns aspectos sobre as características específicas do processo produtivo das empresas do setor de papel e celulose do planalto catarinense. O estudo tem por base um questionário aplicado em novembro de 1996, e sistematizado em julho de 1997, às três unidades da Celucat (uma em Correia Pinto e duas em Lages), e à empresa Igaras, em Otacílio Costa. Foi complementado com dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), DIEESE, e outras fontes.

O processo de produção das empresas começa com o preparo do cavaco de madeira; vai para o cozimento transformando-o em celulose; esta é lavada e depois depurada, retirados os resíduos; passa por um branqueamento, e depois para a máquina krafe, que trabalha tanto a celulose branqueada quanto a natural, de cor marrom, que serve para produzir sacos de embalar cimento, cartões e outras utilidades. A parte branqueada vai, em uma das fábricas, para a supermáquina tissue, que fabrica papel higiênico e guardanapos descartáveis.

As inovações tecnológicas em termos de máquinas, equipamentos, processos, técnicas de planejamento, gestão e controle de processo, produção e qualidade estão sendo implantadas aos poucos. Ambas as empresas tem o certificado da ISO 9000. Das técnicas de organização, existe em funcionamento o plano de sugestões e os grupos de trabalho que são chamadas de “reuniões de cafezinho”. Não poderiam ser chamadas de C.T.Q. (Controle Total de Qualidade) e do C.C.Q. (Círculo de Controle de Qualidade), os quais, já estão sendo aos poucos implantados.⁶⁷

⁶⁷ Nas duas empresas essas reuniões de cafezinho, segundo entrevistas com a gerência, visam valorizar a participação dos empregados na vida da empresa. As células de produção estariam sendo implantadas para desburocratizar a organização interna.

Os maquinários das empresas possuem baixo nível de modernização. Numa delas, 60% das máquinas tem mais de 10 anos, e na outra, 55%. Somente a informatização e a sofisticação do laboratório químico, em decorrência da evolução produtiva da celulose (da polpação mecânica para a alcalina) que chegou, acoplada às máquinas, nas fases mais importantes da produção: caldeiras, celulose, kraft e tissue. As empresas vão introduzindo as outras inovações à medida de suas necessidades. Porém grandes mudanças marcaram a reestruturação produtiva das empresas. Desde 1985, em ambas, Celucat e Igaras, com a introdução de caldeiras de recuperação, a capacidade de produção de pasta mecânica aumentou substancialmente, ao passo que o número de empregados vem diminuindo gradativamente. Extraíndo a média mensal da produção (tabela 13), e verificando a evolução da mão de obra, que caiu de 3.622 em 86; para 2.637 em 91; e 2.624 em 96, obtém-se a confirmação desta defasagem.

Tabela 13 – Trabalhadores e produção bruta vendável - Igaras e Celucat

Ano	1986	1991	1996
Nº Empregados	3.622	2.637	2.624
Produção bruta vendável	286.806(ton)	325.630	420.418

Fonte: Dados fornecidos pelas empresas.

Na Celucat houve uma verdadeira revolução, com a compra da supermáquina tissue (1992), chamada pela gerência de unidade de negócio. São 10 etapas que estão vinculadas a este processo, o qual envolve 50 operários. É a mais moderna máquina que agrega os valores da produção final na mais avançada tecnologia. “O papel é produzido a partir da junção superposta das fibras longas com fibras curtas, para garantir a resistência e maciez na fabricação do papel higiênico”.⁶⁸

Em relação ao desemprego, para a empresa “a antiga máquina era a mais economizadora de mão de obra, e com a tissue, aumentou relativamente o número de empregados”⁶⁹. Porém, mesmo não sendo fornecido o índice de produtividade, a empresa informou que, com o incremento tecnológico, a produção geral passou de 200 para 700 t/d (toneladas dia) em 1985 e, atualmente, após a instalação da tissue, já ultrapassa a 1200 t/d.

⁶⁸ Entrevista com a gerência.

⁶⁹ Entrevista com a gerência.

Porém, para quem consegue emprego nas fábricas, a análise da renda média mensal dos trabalhadores papeleiros indica uma vantagem sobre os outros setores da economia, mesmo tendo que complementar com outras fontes a renda básica da família. Dos 60 trabalhadores entrevistados, 29 ganhavam o piso salarial, 18 ganhavam entre um e dois pisos salariais, e 13 ultrapassavam dois pisos salariais.

Tabela 14 - Perfil de renda dos entrevistados – 1997

	1 piso	De 1 a 2 pisos	Acima de 2 pisos
Número de trabalhadores	29	18	13
Fazem horas extras	11	16	11
Possuem outras fontes renda	8	18	13
Renda média familiar	312 (US\$)	550 (US\$)	1.600 (US\$)

Fonte: entrevistas com os empregados

Estes dados mostram que os entrevistados se situam nas diferentes faixas salariais da empresa; boa parte complementa a renda familiar com outras fontes; poucos ganham muito acima do piso salarial, e, expressam uma equivalência à generalidade da categoria. Ou seja, relacionando os dados das tabelas 14 e 15, considerando apenas a faixa dos entrevistados que recebem até 2 salários mínimos por representarem 78% da amostra, obteremos uma média de rendimento familiar de 431US\$, pouco acima dos 328,88US\$ do restante da categoria.

Tabela 15 - Evolução das Perdas e Ganhos Salariais

Data	Salário	Cot.Dólar	Valor U\$	Percentual
01-10-85 a 30-09-86	Cr\$ 900.000,00	10.490,000	85,80	100,00
01-10-90 a 30-09-91	Cr\$ 25.000,00	170,060	147,01	71,34
1-10-95 a 30-09-96	R\$ 320,00	0,973	328,88	283,31

Fonte: Convenção Coletiva de Trabalho.

Piso Salarial da Categoria dos Trabalhadores de Papel e Celulose de Lages.

Analisando dados estatísticos mais gerais, nota-se que os salários médios dos papeleiros serranos (tabela 16) estão acima da média dos salários da indústria de papel, tanto a nível nacional, estadual e também estão acima da média tanto em relação a indústria de transformação como em relação a todos os setores da economia.

Tabela 16 - Soma dos N° de Desemp. e empregados em 31/12 de cada ano

Tabela 10 - Soma dos N.º de Desemp. e Empregados em 51/12 de cada ano									
	Lages, Otacílio Costa e Correia Pinto			Santa Catarina			Brasil		
	Indústria de Papel								
	1987	1991	1996	1987	1991	1996	1987	1991	1996
Número Desemp.	555	354	445	4.146	3.429	3.836	63.279	47.696	44.464
Emprega dos	3.622	2.637	2.624	11.896	10.556	12.559	136.465	114.950	126.050
Salário Médio	6,03	6,45	7,25	4,17	4,86	5,4	5,79	7,2	7,2
Indústria de Transformação									
	1987	1991	1996	1987	1991	1996	1987	1991	1996
Número Desemp.	6.463	4.704	4.031	200.723	149.196	137.532	3.573.498	2.883.494	2.311.931
Empre-gados	10.949	8.738	8.215	335.209	295.120	325.762	5.837.800	5.106.018	4.797.385
Sal. Médio	5,23	5,96	6,42	3,43	3,99	4,5	4,71	5,49	5,76
Todos os setores									
	1987	1991	1996	1987	1991	1996	1987	1991	1996
Nº Desemp.	16.768	13.413	16.768	453.478	391.574	426.856	11.865.040	11.042.066	10.539.728
Emprega dos	29.528	27.837	26.904	856.088	836.766	909.608	22.617.787	23.004.264	3.830.312
Sal. Médio	4,08	5,02	4,73	3,99	4,94	5	4,54	5,28	5,48

Fonte: Min.do Trabalho. Rais de 87,91 e 96. Caged de 97. De 86 a 93. Os dados da indústria papelreira, foram extraídos da atividade IBGE. De 94 a 97.

A tabela acima, confirma a vantagem do setor papelreiro sobre os outros setores da economia em termos de salário médio, mas indica também, diminuição do emprego formal, de um modo geral. Esta situação, tanto local como estadual, nacional, e mundial⁷⁰ expõe as consequências da reestruturação produtiva, pelos seus métodos de otimização dos lucros e redução dos custos. Esta realidade nos leva a afirmar que o problema dos trabalhadores do setor, mais do que lutar para aumentar seus salários, é a manutenção do emprego formal. As

⁷⁰ Em todo o mundo, as novas tecnologias, ao mesmo tempo que exigem novas habilidades do trabalhador, eliminam antigas especializações. Segundo dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 1995, cerca de 1 bilhão de pessoas estavam desempregadas ou subempregadas. O que vem atraindo a atenção dos analistas é a questão do desemprego de longa duração. “No mundo moderno não apenas as pessoas perdem o emprego, como ficam, por vezes, mais de um ano sem obterem uma nova colocação. (...) Pelos dados da OCDE em 1993, 60,1% dos alemães estavam sem emprego a mais de seis meses e 40%, a mais de um ano (...) Em outros países a população desempregada há um ano ou mais correspondia a mais da metade do total de desempregados, como na Espanha (50,1%) e na Itália (57,7%).” (OIT, in, DIEESE, Boletim N° 188, novembro de 1996, p. 32).

pesquisas locais ⁷¹, apontam um alto grau de informalidade na região serrana. Em 1996, o índice do trabalho informal atingia 30,8%.⁷²

A maioria dos papeleiros recebe pouco mais que o normativo da categoria (confira média da tabela 14). Portanto, além da luta pela elevação dos salários, estes trabalhadores são obrigados a garantir seu posto para não piorarem ainda mais a situação fora do trabalho formal. Esta condição interfere na consciência de classe, no arrefecimento da resistência e pressão nos conflitos trabalhistas. A tabela 17 aponta que 54,8% da população lageana vive com menos de 3 salários mínimos, e a tabela 18 demonstra que Lages possui uma renda média mensal abaixo da média das outras 6 maiores cidades catarinenses, com 272.75 US\$⁷³.

Tabela 17 - Rendimento Médio Mensal das Famílias em Lages – 1996

Extrato de Renda (Salário Mínimo)	Domicílio		Renda Mensal – US\$	
	Número	%	Mensal	Anual
Até 1/3	157	0,44	18.29	219.57
De 1/3 a 1/2	3.041	8,44	40.11	431.38
1 sal.mín.	2.599	7,21	80.85	970.24
De 1 a 1 1/3	2.993	8,30	104.98	1.259.82
De 1 1/3 a 1 1/2	2.448	6,79	125.89	1.510.75
De 1 1/2 a 2	3.585	9,95	160.66	1.927.99
De 2 a 3	5.065	14,05	227.66	2.731.93
De 3 a 5	4.614	12,80	358.69	4.304.28
De 5 a 10	3.994	11,08	625.58	7.506.97
De 10 a 15	1.179	3,27	1.142.42	13.709.06
De 15 a 20	390	1,08	1.588.97	19.067,67
Mais de 20	556	1,55	3.044.26	36.531.21
Total	36.040	100,00		

Fonte: PIC – Programa de Incremento ao Comércio – 1996
Sebrae, CDL e Cáritas Diocesana de Lages

⁷¹ Sebrae (Serviço , CDL(Câmara dos Dirigentes Lojistas) e Cáritas Diocesana de Lages, pesquisa efetuada em 1996, e divulgada no Correio Lageano (23/03/97); Uniplace, Sine e Sebrae, Censo Empresarial em Lages, 1997.

⁷² Segundo informações da Secretaria Municipal de Finanças Em 1997, existiam em Lages 1.349 empregados autônomos e 5.050 trabalhando em empresas. Mais de 20% da população está em serviços eventuais e irregulares.

⁷³ Sebrae, CDL e Cáritas Diocesana de Lages, 1996, p. 30.

Tab. 18 - Posição de Lages entre seis grandes cidades do estado de –SC.

Cidade	Renda Média Mensal – US\$
Florianópolis	595.52
Blumenau	450.74
Joinville	412.16
Joaçaba	390.73
Criciúma	358.88
Chapécó	300.52
Lages	292.75

Fonte: PIC – Programa de Incremento ao Comércio – 1996
Sebrae, CDL e Cáritas Diocesana de Lages.

Para alguns pesquisadores, a conclusão que pode se chegar é de caos social.

A situação é grave, reconhecidamente, mas não é percebido sintoma de caos como altas taxas de violência, miserabilidade absoluta, sinais significativos de prostituição crescente e assim por diante. Há, de certa forma, uma reação da comunidade às ameaças de exclusão social. Esta reação não está sendo captada pelos sistemas formais de informação. Chamamos a estes fatos de sociedade informal, ou ainda, mais conhecida como economia informal (SEBRAE, Cáritas e outros, 1996, in Correio Lageano, 1997).

Outro indicador do mercado informal apontado por estas pesquisas é o índice de carteira profissional assinada. Verificou-se que 89,37% dos chefes de família-homem possuem carteira profissional, e 76,35 % dos chefes de família- mulher também possuem. Entretanto, destes 76,36% de mulheres, 28,37% vivem integralmente nos serviços domésticos, ou seja, nunca exerceram qualquer atividade remunerada. “A carteira de trabalho é o principal documento do pobre (referindo-se à necessidade de buscar a própria sobrevivência cedo pela aquisição da carteira)” (SEBRAE, Cáritas, 1997, p.31).

No setor papelheiro, a terceirização é uma das medidas que vem sendo executada de forma crescente. As atividades terceirizadas não atingem diretamente a produção, porém, de 90 a 96, foram terceirizados aproximadamente 600 empregos na Celucat e 400 na Igaras: A manutenção elétrica e mecânica, almoxarifado, limpeza, restaurante, segurança, transporte de pessoal, assistência jurídica, oficina, jardinagem, carregamento de produtos e serviços de expedição são os que mais sofreram terceirização. As informações sobre terceirização na Igaras retornaram apenas com o nº de empregos terceirizados (400) e de serviços(13 setores). A terceirização nas duas empresas, segundo informação da gerência, está em franca aceleração.

Em relação aos níveis de sindicalização, conforme alguns indicadores locais, houve nos últimos anos um aumento nas taxas de sindicalização em relação às médias nacionais. Em 1990, no conjunto dos três municípios pesquisados existiam 12.831 trabalhadores sindicalizados, para uma população economicamente ativa de 79.800.⁷⁴ Um número baixo, se comparado aos indicadores nacionais. No Brasil, para uma PEA de 64. 467. 981, existiam 15.204.801 trabalhadores associados em sindicatos.⁷⁵

Recentemente, o setor de papel e celulose no planalto, representativo na oferta de empregos, passou a apresentar um nível alto de sindicalização, 80,184% (tabela.19) para 32,69%⁷⁶ na média do estado e 16,2%⁷⁷ na média nacional. A média para a região sul do Brasil é de 22,1%, ou seja, de 11.932.444 trabalhadores, 2.631.330 são sindicalizados.⁷⁸ Portanto, em relação aos níveis de sindicalização nos estados do sul, os trabalhadores na base sindical em Lages estão acima da média.

⁷⁴ Esta definição de “PEA” é a que muitos economistas entendem como a população disponível para o trabalho. Desta forma “*nela estão incluídos os desempregados desde que estejam empenhados na busca de um emprego. Para diferenciar a população disponível no mercado de trabalho daquela que está efetivamente empregada, utiliza-se a expressão população ocupada.*” (Coimbra,1993). Para o IBGE, compõem o PEA, as pessoas que, durante todos os doze meses anteriores ao censo exerceram trabalho remunerado. Os números 12.831 e 79.800 foram fornecidos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente em Lages a partir de uma pesquisa realizada para a formulação do Projeto do Parque Ecológico Municipal.

⁷⁵ Conforme Indicadores DESEP, in CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural) e CPO (Comissão Pastoral Operária) Cartilha: O mundo do trabalho em dados, São Paulo, 1995. p. 25.

⁷⁶ Cf, Dieese, 1997, p. 130

⁷⁷ Cf, Dieese, 1996-97, p. 140.

⁷⁸ Fonte: IBGE, PNAD/95, in, DIEESE, 1996, 140.

Tabela 19 – Sind. de trab.com sede em Lages, C. Pinto ou O. Costa – 1995

Sindicato	Nº mun. na base	Empresas na base	Empresas Região ⁷⁹	Filiados na base	Filiados Lages	Nº .trab. no setor
Construção/mobiliário	Lages	268	268	2.300	2.300	4.063
Transportes rodoviário	17 mun.	240	200	600	300	3.249
Papel, e cel.- SITIPEL	3 mun.	4	4	2.104	2.104	2.624
Alimentação	15 mun.	150	120	480	397	1.700
Saúde-seesla	17 mun.	342	300	1.750	1.332	2.000
Metalúrgicos	3 mun.	96	79	800	750	1.350
Comércio, hoteleiro,	40 mun.	380	180	2.000	1.200	4.000
Educação – sinte	24 mun.	190	85	750	550	1.100
Comércio –séc	4 mun.	1800	1.200	3.100	2.600	4.000
Vigilantes	25 mun.	250	180	950	450	1.200
Bancários	16 mun.	35	16	700	400	900
Comércio/petróleo	5 mun.	35	31	210	180	300
Entidades sindicais	76 mun.	613	32	420	90	500
Rurais –sintruges	3 mun.	200	150	400	330	600
Gráficos	Lages	21	21	110	110	140
Energia elétrica	100 m.	120	3	1.200	200	1.400
Condutores veíc. aut.	8 mun.	110	90	110	90	180
Caminhon. Sindicam	40 mun.	800	200	800	200	1.500
Servidores municipais	Lages	11 sec.	11 secret.	2.355	2.355	2.448
Total geral	390	5.665	3.168	20.635	14.234	56.170

Fonte: Sindicatos de Lages(consulta em cada agência)⁸⁰

⁷⁹ Por região entende-se Lages, Correia Pinto ou Otacílio Costa.

⁸⁰Esta consulta foi feita preliminarmente com a finalidade de levantar dados para uma análise mais acurada dos níveis de emprego, sindicalização e salários. Porém, nos deparamos com a carência de um banco com dados mais precisos. Muitos sindicatos forneceram dados aproximados ou opinativos. Por isso, alertamos para os limites desta tabela em análises mais específicas.

Para as lideranças sindicais, tanto do Sitipel, como de outros sindicatos este alto índice de sindicalização se deve em grande parte aos benefícios sociais que o associado recebe. Entretanto, como se vê na tabela 20, tais benefícios oscilaram ao longo da década analisada, diminuindo sobretudo os seguintes itens: salário benefício; adicional noturno; aviso prévio indenizado; e antecipação do 13º salário, indicando perdas consideráveis pelas determinidades da reestruturação produtiva.

Tabela 20 – Evolução de benefícios sociais aos funcionários

Benefícios	1985	1990	1995
Salário Benefício	90 dias	180 dias	90 dias
Horas extras	100%	90%	100%
Adicional Noturno	60%	35%	35%
Estabilidade de emprego	12 meses	24 meses	24 meses
Aviso Prévio	45 dias	45 dias	45 dias
Aviso Prévio Indenizado	30 dias	40 dias	30 dias
Antecipação de 13º Salário	50%	60%	50%
Jornada de trabalho semanal PCC	46:00 hs	42:30 hs	42:30 hs
Jornada de trabalho semanal Celucat e Bates	46:00 hs	41:00 hs	41:00 hs
Auxílio Funeral	-	Todal despesa	2 pisos

Fonte: Contratos coletivos da categoria.

Deste levantamento estatístico podemos notar que o coletivo operário dos papeleiros do planalto catarinense, possui uma especificidade, na situação de classe, determinada pela forma da implantação e consolidação do capitalismo industrial das papeleiras na região. Se de um lado os trabalhadores estão em melhores condições econômicas, de outro, as características específicas do processo produtivo, solapam as bases organizativas do operariado.

Disto se depreende a necessidade de levantar elementos históricos e culturais determinantes para a identidade de classe dos papeleiros e analisar o processo de formação da consciência operária procurando identificar os “móveis” que estão presentes na consciência “adjudicada”⁸¹ dos papeleiros serranos. Procuraremos identificar o momento da passagem da falsa para a verdadeira consciência e analisar um momento de práxis em que os operários demonstram aptidão para superarem a

⁸¹ O conceito de consciência adjudicada (capítulo 3), como aparece nas formulações Lukacsianas refere-se à reação racional adequada, que deve ser atribuída à classe, voltada para a superação do antagonismo social, numa situação típica e determinada do processo de produção.

situação imediata apontando para a totalidade da realidade sócio-política. É o que pretendemos fazer no capítulo seguinte.

6 - A consciência de classe dos papeleiros serranos

Procederemos neste capítulo a apresentação do estudo empírico objetivando identificar, a partir das falas dos operários, os nexos ontológicos que exprimem a possibilidade objetiva da consciência de classe. Procurou-se selecionar as entrevistas de pessoas “típicas” em termos de representatividade, tanto na distribuição espacial (nos principais setores das empresas), como pela tipicidade das pessoas através do grau de influência, formação, além de outros critérios. Buscou-se com isso fazer uma análise qualitativa cuja amostra pudesse expressar a generalidade do objeto de pesquisa. Os temas selecionados para análise foram: A formação da classe, onde procurou-se demonstrar a dialética da falsa consciência, (período entre os anos 70, consolidação das grandes indústrias na região, até os anos 80, movimentação grevista); a práxis operária como identificadora da consciência de classe, analisando a partir desta categoria a estruturação do poder sindical e os conflitos com a empresa, principalmente durante as greves (entre os anos 80, organização sindical e 86, mobilizações grevistas); por último, investigamos os impactos da modernização tecnológica sobre a base organizativa dos papeleiros serranos a partir da percepção dos trabalhadores e dos reflexos sobre a consciência (entre os anos 87, oposição sindical e 90 ofensiva do capital sobre a organização dos trabalhadores).

A delimitação do grupo estudado teve como parâmetro a abrangência do SITIPEL,⁸² cuja base sindical abrange os trabalhadores papeleiros do planalto catarinense. Concentrados em quatro fábricas instaladas por dois grupos empresariais em três municípios relativamente próximos entre si, a categoria dos papeleiros forma um coletivo proporcionalmente expressivo na região.

6.1 - A falsa consciência no processo de formação da classe dos papeleiros

⁸² Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Papelão de Lages.

O proletariado não surge com uma consciência de classe verdadeira, captadora da realidade e pronta para superar a situação imediata em que se encontra. Mas, com uma consciência permeada pela ideologia burguesa. “A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção material.”(MARX, K., e Engels, F. 1991, p. 72). Na passagem da falsa para a verdadeira consciência requer-se, inevitavelmente a mediação de um agente humano⁸³ que conduza a uma organização em vista da superação da consciência de grupo contingente “que percebe somente uma parte mais ou menos reduzida da configuração global”(MÉSZAROS, 1973, p. 138).

Neste item, depois de fazermos um resgate da origem histórica dos papaleiros, pretendemos captar o desenvolvimento da consciência na fase inicial da formação da classe, momento dos deslocamentos de muitos operários de outros lugares, principalmente do interior (meio rural) para o local das fábricas, e ocasião em que a Pastoral Operária assume um papel de agente organizador da classe e formador de consciência.

6.1.1 - Um pouco da história e da cultura

A formação do coletivo operário na particularidade dos papaleiros do planalto catarinense não seguiu os moldes clássicos da formação da classe operária, onde o trabalho da grande indústria foi antecedido pelo trabalho artesanal e o manufatureiro⁸⁴. Analisando alguns estudos de casos⁸⁵, entendemos que o patrimonialismo e clientelismo que marcaram o estabelecimento das relações capitalistas de produção no planalto catarinense se insere, “Mutatis mutandis”, na “via prussiana”, modelo, que, na visão de vários autores, como já descrevemos no capítulo 5, é explicativo para a formação do capital industrial brasileiro.

⁸³ (Mészáros, 1973, pp. 138-139)

⁸⁴ A formação do proletariado industrial em países avançados é descrita por Engels F. (1975) na obra *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.

⁸⁵ Poucos trabalhos publicados falam da incorporação do caboclo na indústria madeireira. Destacamos: Martendal, Ari,(1980), escreve sobre processos produtivos e a incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira; Munarim, Antônio,(1990), escreve sobre práxis e movimentos sociais, em Lages; Serpa, Élio,(1993), escreve o poder da Igreja em Lages; Costa, Licurgo,(1982), escreve sobre a história de Lages; Fert, João,(1993) escreve sobre o clientelismo nas relações de trabalho no sistema capitalista.

Desta afirmação pretendemos estudar as contradições inerentes na formação de uma parcela do operariado brasileiro que nasce numa transição hipertardia⁸⁶ do capitalismo industrial.

O patrimonialismo⁸⁷ marcou a formação do sistema capitalista no planalto catarinense. Desde os primeiros tempos da ocupação do território os fundadores agiam como verdadeiros reis locais sendo a autoridade máxima na região.(COSTA,1984, vol,1). A colonização vai ocorrendo a partir da oligarquia latifundiária originada do poder militar e baseada na propriedade da terra que mais tarde vai estruturar-se hierarquicamente através da Guarda Nacional⁸⁸.

Em meados do século passado a região começa a ser estruturada a partir das fazendas. Neste processo, a forma patrimonialista se reproduz na medida em que estes ocupantes demonstravam uma visão estratégica de formação de grandes propriedades. “Estabeleciam-se moradores, agregados, parentes e também vendiam-se pequenos lotes (um alqueire por um saco de sal de 90 quilos), formando uma rede de dependentes ligados ao fazendeiro”. (FERT, 1993, p. 68).

A metamorfose do sistema patrimonialista e oligárquico para o sistema capitalista, obviamente, vai interferir na formação do coletivo operário e em sua consciência de classe. A maneira reformista que caracterizou a passagem das fazendas de tipo feudal em fazenda capitalista principalmente quando foi preciso mudar as relações de trabalho de um “compadrio” clientelista⁸⁹ para uma estrutura de trabalho assalariado num modelo de grandes indústrias madeireiras, moveleiras e papeleiras impõe aos operários um novo modelo de exploração do trabalho. Os trabalhadores vão sentir na pele as contradições das relações de trabalho no sistema capitalista.

⁸⁶ Hipertardio, como já explicitamos no capítulo cinco, significa o atraso brasileiro, na formação do capitalismo, para comparar com “o atraso Alemão” em relação aos outros países da Europa. No Brasil o capitalismo industrial se formou após as guerras imperialistas portanto, hipertardiamente.

⁸⁷ Conforme Faoro (1985, p.18), o colonialismo brasileiro herda de Portugal a idéia de estado patrimonial. Que difere da herança feudal Européia. “No patrimonialismo o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe, e no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras de comando. Dominante o patrimonialismo, uma ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, tomará relevo e expressão.”

⁸⁸ Sobre a história política das oligarquias lageanas (família Ramos) no jogo do poder político estadual, Lenzi,(1977) escreve dois capítulos inteiros (cap. 4 e 5).

⁸⁹ Por compadrio entende-se o costume da troca de favores e relações de amizade, como o costume que se tinha dos donos de fazendas batizarem os filhos dos agregados e peões.

Até 1950 as relações de produção se davam entre o caboclo roceiro, o caboclo peão e o grande fazendeiro. O caboclo roceiro vivia numa economia de subsistência enquanto o caboclo peão vivia do trabalho nas grandes fazendas. Com a instalação das serrarias, tanto no interior como próximas à cidade de Lages, roceiros e peões são atraídos para o trabalho assalariado nas serrarias.

“A vida agropastoril não deixava de ser, no consenso da sociedade, a que oferecia menor prestígio. Ser operário, no entanto, era considerado de melhor qualidade e com possibilidade de promoção”. (MARTENDAL, A., 1980, p.69).

O fenômeno das serrarias se insere no modelo econômico adotado pelo governo de Vargas (1930 - 1945) tendo como culminância o governo de Kubitschek (1956-1961).⁹⁰ Este modelo consistiu na interferência do estado no planejamento da economia nacional, resultando na criação das regiões econômicas “planejadas”: O sudeste brasileiro, industrializado, define os moldes de desenvolvimento para o sul, centro - oeste, norte e nordeste. A partir daí a região serrana de Santa Catarina, se integra à economia nacional como extrativista de madeira e de produção agropecuária.

Na década de 50, Santa Catarina concorria com 64% da madeira exportada pelo Brasil. Desta porcentagem, a maior parte cabia a Lages, que assim deteve, por muitos anos, o primeiro lugar no Brasil, como produtora de madeira de pinho para aquela finalidade (COSTA, 1982, p. 914).

O novo sistema, além de alterar toda a aparelhagem utilizada pelo engenho-de-serra vem propiciar uma produção em larga escala, o que, aliado a outros fatores de mercado, desperta e incentiva investimentos no setor madeireiro. E foi a partir disto que a região serrana de Santa Catarina atraiu a atenção dos ‘gringos’ do Rio Grande do Sul.(MARTENDAL, 1980, p.54).

Confira os dados apresentados na tabela 21, sobre o setor da indústria madeireira em Lages, segundo o Departamento Municipal de Estatística:

⁹⁰ (Cf. Oliveira, 1977, 56) em seus estudos sobre uma economia nacional regionalmente localizada.

Tabela 21 - Evolução do Segmento Industrial no Setor da Madeira

Indústrias	1954	1980
Serrarias	157	64
Fábrica de móveis	06	34
Fábrica de caixas	01	10
Fábrica de laminados	01	04
Fábricas de compensados	03	04
Fábrica de pasta mecânica	03	03

Fonte: Costa, L ,1982, p. 905.

A gradativa diminuição do número de serrarias (tabela 21) se deve além das transferências de fábricas para o Mato Grosso, onde havia maior abundância de matéria-prima, ao fato do desmembramento, de 1950 a 1996, de vários distritos do município de Lages para formar novos municípios, como se verifica na tabela 22:

Tabela 22 - Lages - população total com os respectivos distritos

Censos	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Pop. Lages	77. 234	76. 579	128.728	129. 685	151. 235	140. 434
Distrito	Anita Gar.	BocainaSul	Bocaina.S.	Bocaina.S.	Bocaina. S	Índios
Distrito	Bocaina.S.	Capão Alto	Capão Alto	Capão Alto	Capão Alto	
Distrito	C. Belo Sul	Cor.Pinto	Cor.Pinto	Índios	Índios	
Distrito	Capão Alto	Índios	Índios	Painel	Painel	
Distrito	Cerro Neg.	Otacílio C.	Otacílio C.			
Distrito	Cor.Pinto	Painel	Painel			
Distrito	Índios	Palmeira	Palmeira			
Distrito	Painel					
Distrito	Palmeira					

Fonte: IBGE

Estudos da época previam um exaurimento das florestas até a década de 1970, porém, não contavam com a estagnação do mercado de exportação, principalmente o mercado Argentino, pela substituição das madeiras. Inicia-se a partir de então, um novo ciclo que é o da madeira associada a indústria moveleira, que passa a ser apoiada somente a partir de 1991 pelo CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial).

Com o ciclo da madeira, estabeleceram-se, no município de Lages, vários pontos de extrativismo, beneficiamento e escoamento da matéria-prima. Confira os mais importantes na tabela 23:

Tabela 23 - Instalação das Principais Indústrias Madeireiras em Lages

Indústrias	Anos
Indústria e Com. De Madeiras Batistella	1955
Companhia Novo Sul Indústria e Comércio	1956
Olinkraft Celulose e Papel Ltda	1963
Germano Pisani	1965
Coesa Comercial e Exportadora S/A	1962
Dal Pizzol	1971
Gethal S/A	1961
Luiz Schwab filho	1967
Madeira Rio Bonito	1952
Armando Schmidt	1952
Pandosfo S/A	1973
Madeira Tijucas	1946
Irmãos Vedana Cia Ltda	1953

Fonte: Costa, L,(1982)

Com a crise do petróleo em 1973, passou-se a substituição do óleo combustível por biomassa florestal. Em 1980, o Conselho Nacional do Petróleo suspendeu o fornecimento de derivados do petróleo para fins energéticos às indústrias, serrarias e atividades agrícolas, bem como a pré-secagem de grãos, folhas, madeiras e minérios. Com isso, os setores atingidos, transformaram os seus equipamentos, adaptando-os ao processo de produção de calor tendo como fontes a lenha e o carvão vegetal. A crise do petróleo valorizou a lenha e o carvão vegetal como alternativa energética para inúmeros consumidores que mergulharam numa disputa sem precedentes pela matéria-prima, a *araucária angustifolia*.⁹¹

Observa-se que a economia historicamente tem se apoiado sobre a madeira nativa, inclusive as indústrias de manutenção, isto é, a solidez da atividade foi conquistada através do extrativismo, sem preocupações com o futuro. No momento em que a solidez passou a ser ameaçada, sobretudo das florestas nativas, buscou-se então alternativas para a solução do problema. Para as indústrias, a alternativa foi o reflorestamento. Foi o chamado novo ciclo da madeira ou do reflorestamento, com pinus e eucalipto, que iniciou nos anos 70, tomou forma nos anos 80, e se fortaleceu nos anos 90.

⁹¹Para Galetti(1982), se a madeira (lenha) está sendo substituída pela energia elétrica e petróleo, para movimentar as locomotivas, o mesmo não acontece com os dormentes. Só as ferrovias de São Paulo renovam por ano dois milhões de dormentes de madeira, e os buscam, em sua maioria em Minas, Espírito Santo e Paraná.

As prefeituras de Lages, Correia Pinto, e Otacílio Costa, são pioneiras em incrementar o reflorestamento como forma de sustentabilidade dos recursos naturais e fomentar novas fontes de receita para a região.

Na história da Olinkraft (Igaras) merece especial relevo o grande trabalho desenvolvido em florestamento e reflorestamentos. Seus 50.000 ha cobertos de pinus taeda, constituem os maiores e mais compactos maciços florestais já implantados no Brasil (COSTA, L, 1980, p.980).

A implantação e expansão das atividades industriais e rurais das empresas provocam de um lado a desterritorialização de um contingente de camponeses, sitiante e proprietários de terras, e de outro a urbanização forçada. (Cf, Ferti, J., 1993, p. 75). A população foi se modificando conforme se apresentava a dinâmica da reserva araucariana. As primeiras reservas a serem quase esgotadas, foram as primeiras áreas a se urbanizarem.

Tabela 24 - Evolução da Concentração Urbana Populacional

Ano	População Total			Porcentagem da população que vive em área urbana		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Lages	31.030	155.295	151.235	69,5	79,5	91,6
Sta Catarina	929.432	3.628.292	4.542.030	42,6	59,3	70,7
Brasil	94.461.969	119.011.052	146.815.747	55,7	67,6	75,6

Fonte: IBGE; PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Os dados da tabela 24 indicam que a concentração urbana em Lages evoluiu bem acima da média estadual e nacional. A repercussão sobre as condições de vida dos trabalhadores foi a formação de um cinturão de pobreza que tornou Lages uma das cidades mais carentes do estado. Outros indicadores de condições de vida confirmam esta análise:

Tabela 25 - Evolução da longevidade

Ano	Esperança de vida ao nascer (em anos)			Taxa de mortalidade infantil, por mil nascidos vivos		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Lages	48,80	55,47	63,20	130,09	83,60	42,33
Sta Catarina	55,17	60,50	66,46	85,43	55,56	28,81
Brasil	51,43	56,87	63,29	123,19	85,20	49,49

Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

A tabela 25 mostra que em Lages, de 1970 a 1991, a média de vida das pessoas evoluiu de 48,80 para 63,20 anos. Ficando abaixo da média do país, e muito abaixo da média do estado. E a mortalidade infantil caiu mais que a média do país mas ficou muito aquém da média do estado.

Dentro deste contexto de transformações ocasionadas pelo ciclo da madeira (florescimento e declínio do fenômeno das serrarias) são implantadas na região as duas fábricas de papel e celulose, a Celucat e Igaras. Pelo porte relativamente grande vão caracterizar a presença de relações de trabalho no sistema capitalista com elevado grau de concentração e divisão do trabalho.

Portanto, a indústria de papel e celulose no planalto catarinense já nasce dentro de um processo de acumulação centrado na grande indústria, com relativo grau de mecanização, onde a grande máquina, requisito indispensável na industrialização do papel foi sendo introduzida em meio a um exército industrial de reserva deixado pelo ciclo extrativista das serrarias, efetivando desde o início a “subordinação formal e real do trabalho ao capital.” No próximo item faremos uma análise sobre os impactos desta industrialização refletidos na consciência dos trabalhadores.

6.2- Da consciência empírica à formação da consciência de grupo (sindical)

A herança patrimonialista e clientelista repercutiu profundamente na constituição do coletivo operário da indústria de papel e celulose do planalto catarinense.⁹² A entrada na fábrica, provocou uma mudança substancial na vida do trabalhador (de peão de fazenda e diarista de serraria torna-se assalariado da grande indústria com características fordistas no processo produtivo):

“O surgimento das fábricas aqui no planalto, atraiu alguma mão de obra especialmente de outras fábricas. Mas o que houve mesmo, na realidade é que a mão-de-obra ociosa que havia na região foi absorvida.(...) Essa mão-de-obra que tinha de sobra já tinha experiência na lida com madeira, bastava pouco tempo de treinamento para entrarem no ritmo da fábrica.” (Jairo, diretor aposentado da fábrica A).

⁹² No item anterior é feito um comentário a respeito do patrimonialismo e sobre o clientelismo que permaneceu nas relações de trabalho deste coletivo operário. Sobre o clientelismo, cf. Fert, 1991.

Mas, por outro lado, a visão de mundo do tempo da fazenda não desapareceu com essa mudança, como aparece nas imagens de “mãe e madrasta atribuídas à fábrica.”

Outra questão a ser analisada na formação da consciência de classe é o papel de um agente externo, a pastoral operária, que atuou enquanto apoio teórico e instrumental de organização dos operários.

6.2.1 - A imagem de mãe e madrasta

A fábrica inicialmente aparece na consciência empírica dos trabalhadores ora como mãe, ora como madrasta.

“Quem não conheceu as condições de tratamento da Manville (empresa comprada pelo grupo Igaras) não sabe de nada. Todo mundo dizia que era a mãe do nosso lugar e era mesmo.(...) sem a fábrica essa cidade não tinha vingado”. (Antônio, operário aposentado no descascamento de madeira).

“Eles (os diretores) espalhavam a idéia que a fábrica era a segunda família para o trabalhador e ninguém podia dizer o contrário.” (Carlos, trabalhador do cozimento, referindo-se aos prêmios de produtividade).

A imagem de “mãe” emerge na medida em que as relações de trabalho foram percebidas como “família”, e família está associada à figura de quem “cuida”, quem “protege”, quem “garante a segurança”. A imagem que era passada inicialmente pelas autoridades políticas e pelos donos das empresas, era a de fábricas salvadoras da vida da população. Porém esta ideologia gerava conflito na própria consciência do trabalhador.

“Olha que fora da fábrica a coisa era feia. (...) uma vez ali dentro tinha tudo” (Dario, operário da manutenção aposentado).

“A fábrica era a segunda mãe no começo, e depois virou madrasta.” (Ernesto, trabalhador do setor pessoal participante da pastoral operária, referindo-se aos salários que não aumentavam na proporção do aumento do custo de vida).

“A fábrica já foi uma segunda mãe, logo depois virou madrasta. Quem reclamasse ou não obedecesse os chefes era humilhado e ameaçado de ir prá rua” (Flávio, operário membro da diretoria sindical da Fábrica A).⁹³

A falsa consciência aparece nestas falas num momento onde o operário, percebe-se como “classe em si”, mas ainda não chegou a uma “classe para si”. Ao figurar em sua consciência, a fábrica como uma segunda mãe, o operário fica preso à ideologia burguesa considerando natural, assim como a família, as relações de trabalho no sistema capitalista.

Sobre as condições em que começaram a trabalhar, na memória dos trabalhadores a serraria oferecia habitação modesta. A cidade não oferecia nada. Para o migrante o que importava é o emprego:

“Na época da serraria sempre se tinha o que comê. A briga com os donos era porque o ganho não dava pra nada (...) Quando cheguei aqui em 63 comecei descascando toras pra fábrica. Dormi muitas noites junto com as vacas do seu “V...” num girau de táboa, até possuir um galpãozinho que levantei no lote da prefeitura. Aí sim pude trazer a mulher e os piá que tinham ficado com a gente dela” (Gilberto, trabalhador do setor descascamento da madeira)⁹⁴.

“Antigamente morei até em porão alugado(...) Quando fui sorteado pra trabalhar no cavaco pude ir um pouco mais prá frente. Consegui a casa que a fábrica emprestava sem pagar aluguel. Mas hoje o serviço continua temeroso(...) Por um lado melhorou porque o progresso ajuda todo mundo e por outro piorou porque só o patrão que cresce e nós ficamos parado. Eu mesmo já tive mais do que tenho hoje.” (Hélio)⁹⁵;

Os operários que ingressavam na expectativa de melhoria de vida, muito cedo percebiam que continuavam a ocupar uma posição subordinada, e que, o patrão não era

⁹⁴ Aposentado por tempo de serviço na fábrica, “B”. Vindo do meio rural ficou mais de dois meses trabalhando sem ter onde morar.

⁹⁵ Por perder seu posto de trabalho para a máquina trituradeira, voltou para o “mato”, porém não mais na fábrica e sim, para a fábrica, através de uma empresa terceirizada.

mais o dono da fábrica, mas uma elite formada por engenheiros e administradores. Começa então uma consciência de grupo principalmente na percepção de ser diferente do patrão:

“O operário é aquele que trabalha, e o patrão é aquele que recebe o dinheiro. O patrão pertence à classe sustentada pela nossa classe. Querer ser patrão é fácil, é só montar um negócio. O problema é conseguir escorar a concorrência(...). Nós não temos para onde pular, porque falta isso...(sinal de dinheiro) O operário é aquele que trabalha, e o patrão é aquele que recebe o dinheiro. O patrão pertence à classe sustentada pela nossa classe. Querer ser patrão é fácil, é só montar um negócio. O problema é conseguir escorar a concorrência(...). Nós não temos para onde pular, porque falta isso...(sinal de dinheiro)” (Ildo, trabalhador do setor florestal da fábrica A).

“O gerente não é o patrão. É um empregado mais alto, mas não deixa de ser um trabalhador... Nas firmas menores os donos são os chefes, mas numa firma como a nossa o dono está muito distante, por cima de todos nós” (Jorge, trabalhador do setor kraft, fábrica B).

“Os gerentes, geralmente, são pau mandado. Eles nunca se misturam com a nossa classe, e fazem de conta que nem empregados são.” (Lauro, trabalhador da Manutenção, fábrica A.)

“O gerente não é o patrão. É um empregado mais alto, mas não deixa de ser um trabalhador... Nas firmas menores os donos são os chefes, mas numa firma como a nossa o dono está muito distante, por cima de todos nós” (Marcio, trabalhador do setor kraft, fábrica “B”).⁹⁶

“Os gerentes, geralmente, são pau mandado. Eles nunca se misturam com a nossa classe, e fazem de conta que nem empregados são” (Nito, manutenção, fábrica “A”).⁹⁷

“Os gerentes são técnicos de confiança mas fazem parte da classe trabalhadora.”(Olavo,¹ Unidade 2, Tissue).

“ (...) existe um pensamento de crescer na vida, mas o pensamento do pelotão sempre foi de defender a classe empregada. Fora do pelotão, cada um quer se segurar, e dentro do pelotão, a coragem e o orgulho de ser trabalhador é mais forte ” (Pedro, Operador de caldeira, fábrica “A”).

“Naquela época o sindicato estava começando. Era comum os chefes da fábrica participar e intervir. Eles eram geralmente vaiados, mas era cedido a palavra para eles. Numa assembléia, isso foi em 1980, eu fiz uso da palavra e falei que nós precisava melhorá o salário, e isso na época da data base, foi em setembro. Aí o engenheiro S. disse que o salário era bom e perguntou quanto eu ganhava, aí eu respondi prá ele que o meu salário era tão baixo em relação ao que tinha fichado um ano atrás que até dava vergonha de falá. E deu sururu, e quiseram até surrar o S... Foi a última assembléia que foi gente da fábrica, supervisor, engenheiro, que fizeram uso da palavra. Depois na outra eles iam mas ficavam lá no fundo, principalmente prá dedurá o pessoal que falava” (Renato, trabalhador da manutenção, fábrica, B.).

Essas falas, principalmente a do operador de caldeira, ao referir-se ao pelotão (coletivo operário) como “locus” do orgulho de ser trabalhador, e, do trabalhador da manutenção, sobre a reivindicação salarial, revelam uma consciência de pertencer a um grupo que se posiciona enquanto força de trabalho no processo produtivo. Porém o nível da consciência não ultrapassa a dimensão econômica e sindical.

Será necessário, conforme Lukács, dar o “salto”, ou receber, segundo o pensamento de Lenin e Kautsky, a intervenção de uma “vanguarda” organizada da classe operária. Somente com uma ajuda vinda de fora do grupo esse coletivo operário poderia superar-se a si mesmo e apontar para a possibilidade objetiva da superação histórica do sistema capitalista.

6.2.2– A formação teórica: o apoio da pastoral operária

A Pastoral Operária da Diocese de Lages, se insere nesse contexto da organização da classe dos trabalhadores enquanto apoio de vanguarda. A pastoral atuava como assessoria tanto ao nível teórico, pelo fornecimento de subsídios analíticos às lideranças sindicais,

como prático, proporcionando reuniões de reflexão e conscientização tendo como temas a exploração capitalista, a injustiça social, análise de conjuntura econômica e sócio-política, além de celebrações litúrgicas, visando o encorajamento da união dos trabalhadores, organização do sindicato e do partido (PT).⁹⁸

A década de 80 assistiu mudanças profundas no sindicalismo brasileiro. O surgimento das centrais sindicais e a ampliação do movimento são sinais indubitáveis dessas mudanças. Para a maioria dos dirigentes sindicais de esquerda (reformistas e revolucionários) e a grande maioria dos estudiosos essa mudança representa uma ruptura com o passado populista do sindicalismo brasileiro.⁹⁹ No entanto

Constatou-se a persistência, ao longo dos anos 80 e neste início da década de 90, da velha estrutura sindical corporativa implantada na década de 30, estrutura essa que foi e é o aparelho organizativo próprio e adequado à prática sindical populista e à ideologi a populista que lhe corresponde. (BOITO, A., 1991, p.46).

Ao longo do período de estabilidade da ditadura militar (1968-1978) a principal - e praticamente única - atividade dos sindicatos oficiais consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais: serviços médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudos, cooperativa de consumo, etc - convertendo-se, esses sindicatos, em espécie de Agências da Previdência Social.

No caso dos papeleiros do planalto catarinense, as lutas operárias giravam em torno dos dissídios coletivos e a partir de 1980 saíram da esfera jurídico-legal de negociação entre o sindicato e as empresas e assumem a forma de um movimento, através de mobilizações e assembléias de toda a categoria:

⁹⁸ Tais informações foram fornecidas pelos agentes e assessores diocesanos que na época, atuavam como coordenadores da P. O.(pastoral operária). Os subsídios e os temas elencados aparecem nos arquivos da P. O. Diocesana. O conteúdo e orientação ideológica, se alinhavam aos da P.O. Nacional, através de boletins e um periódico, “Quinzena” produzido pelo C.P.V.(Centro Pastoral Vergueiro), hoje, Centro de Documentação Popular) em São Paulo. Além dessas fontes, a P. O. também seguia as discussões surgidas sobre o mundo do trabalho, principalmente, nos cursos de formação que ocorriam no Instituto Cajamar. Este Instituto foi, na década de 80, um centro de formação por onde passaram a maioria das lideranças de oposição ao “velho sindicalismo” e, as lideranças dos partidos de esquerda do Brasil.

⁹⁹ Cf, Boito, A, 1991, pp. 45-50.

“O sindicato surgiu há mais tempo. A formação do Sindicato dos Papeleiros (Sitipel) no planalto catarinense ocorreu em 1973, mas que começou a agir, fazê assembleias grande, foi de 80 prá frente.” (Sálvio, liderança sindical).

“Antes não se discutia, era o que as fábricas davam, era automático. Depois de 78, 79, 80, começou o movimento no salão da Igreja” (Túlio, vigia aposentado).¹⁰⁰

“Foi de 80 prá cá, antes um pouco de mudar prá Manville. Antes não se questionava, até começar o movimento de luta pra aumentar o salário.” (Uriel, operário da manutenção).

A atuação da P.O. foi, no início da década, decisiva para consolidar a organização sindical, fortalecer as lutas reivindicatórias e incentivar a formação de comissões de fábrica:

“O I. era um garotão e veio me perguntar, com aquele jeito de novato: pois é, padre, a gente não tem muita experiência aí, né, e viemos pedir uma ajuda para conscientizar a classe operária.(...) Depois do movimento formado a diretoria do sindicato se afastou da P.O. (Pastoral Operária) com a desculpa de que a pastoral estava se envolvendo com política”. (Vítor)¹⁰¹

“O papel da Igreja no início foi bom. Nossas reuniões começaram no salão da paróquia e o padre no começo dava apoio. Depois o sindicato caminhou com as próprias pernas. Participei de cursos de formação promovido pela Federação no estado, em São Paulo, e nunca parei de me formar. Mas não nego que quem nos abriu os olhos por primeiro foram as reuniões de pastoral na comunidade.” (Xavier, liderança sindical).

“Nas reuniões de estudos nós conhecíamos os nossos direitos. Era lá que se discutia os assuntos de comissão de fábrica, os assuntos de greve e a união da nossa classe. Depois tudo foi morrendo por causa das brigas entre os próprios líderes.” (Zico, trabalhador da manutenção).

¹⁰¹ “I” Foi o 1º presidente do sindicato e continua até o momento, tendo vencido as últimas eleições em 1998.

“Nos anos 80 nós tinha sindicato forte por causa da pastoral forte. Houve a vantagem da criação de comissões de fábricas que dava esperança e coragem de lutar. Depois o sindicato ficou fraco e a empresa ganhou terreno. (...) O sindicato se afastou dos trabalhadores”.(Aldo, oposição sindical).

Com o afastamento do sindicato em relação à P.O., a pastoral passa a apoiar a oposição sindical, iniciando assim um período de disputa pelo poder do sindicato, o qual limitou-se à representação legal dos trabalhadores junto à Justiça do Trabalho e ao assistencialismo.

“Pouca gente conhecia o sindicato. Só se recorria a ele em caso de precisão de dentista ou médico...” (Beto, trabalhador da fábrica B.)

“O sindicato dava muita ajuda para a gente, a gente tinha médico, por exemplo, médico para as mulheres era mais barato na clínica do dr M. Tinha atendimento especial, chegava com a mulher, podia acompanhar os exames, pagava mixaria, o resto era por conta do sindicato.”(César, empregado da caldeira.)

“Não podemos negar que o sindicato sempre se preocupou com os nossos direitos à assistência de médico, dentista. Nesse ponto O “I” brigou muito lá em Lages para garantir o atendimento de graça. Mas sobre aumento dos nossos salários o sindicato sempre foi fraco.” (Dito, aposentado fábrica A).

O MOSP(Movimento de Oposição Sindical dos Papeleiros) nasceu com o isolamento da diretoria no tempo das reuniões da P.O. no início da década. Ganhou expressão após a greve de 86 e quase desapareceu no período inicial da reestruturação produtiva em 92/93. Na memória da liderança da oposição:

“A disputa de 83 só serviu de experiência pra nós; em 84, perdemos por 86 votos; em 87, ganhamos na fábrica B com 72% dos votos, mas perdemos nas outras três, ficando muito perto da votação. (...) Em 90 perdemos feio e na última (93) foi chapa única. Se não houvesse fraude como roubo de urnas, ameaças e outras pressões, este sindicato já tinha

deixado de ser pelego há muito tempo”(referindo-se à possibilidade da oposição ter ganho as eleições).

Sobre o roubo de urnas e ameaças físicas, as poucas referências vieram acompanhadas de opiniões, embora não carente de gravidade. Para o MOSP o peleguismo é insustentável. As próximas falas dos papaleiros expressam, o que Cattani diz sobre o peleguismo e seu corolário presentes no imobilismo, na apatia, nas práticas acomodáticas e no torpor burocrático. Para ele

o pelego convencional é um sujeito arredo, medíocre, de poucas palavras e raras luzes. Enfurnado no seu reduto, ele procura evitar qualquer questionamento que indique sua opacidade, ou que revele os expedientes empregados para a manutenção de seus pequenos poderes. Mas essas figuras esquivas compõem uma vasta rede, que pela força da inércia, amarra os trabalhadores à miséria e ao subdesenvolvimento. (CATTANI, 1991, p.77).

Para os militantes do MOSP:

“O I. não queria a presença do “H”. da P.O. nas reuniões, porque queria encobrir os chuchos¹⁰² que fazia”. (Elias, trabalhador do setor de inspeção de qualidade).

“Ninguém gosta dele aqui na fábrica. Faz o que quer do dinheiro do sindicato, e todo mundo deve favor para ele. Desse jeito, até eu nunca perdia nenhuma eleição. Na outra eleição, ele perdeu aqui na fábrica, e então ameaçou muita gente”. (Idem, manutenção).

“O presidente (do sindicato) sempre fez tramóia com o dinheiro do sindicato. Ele nos fazia de trouxa, dizia: olha, o sindicato não tem dinheiro, mas eu arrumo do meu... Mas todo mundo sabia que o dinheiro era do sindicato. (...) Outra coisa que todo mundo já sabia, e isso ele ainda faz, é que ele é um vendido da empresa.” (Fábio, setor florestal).

“ O sindicato é uma máquina de fazer dinheiro, para beneficiar meia dúzia de pessoas. Aqui sempre foi um cabide de empregos. A prestação de contas do sindicato passava pelo Conselho Fiscal que assinava sem saber o que estava assinando”. (Gustavo, membro do sindicato na época).

¹⁰² A expressão “chucho” significa, na fala do trabalhador da manutenção, os acordos feitos com a empresa.

A disputa pelo poder sindical provocou uma explosão de busca de informações e discussões sobre o mundo do trabalho. A pastoral operária entra em cena promovendo cursos de formação sindical, análise de conjuntura, seminários em torno de temas como: história da classe operária, doutrina social da Igreja, capacitação de lideranças do movimento popular e sindical e outros. A metodologia adotada pela assessoria era a “formação na ação” através do método “Ver-Julgar-Agir, criado pela JOC (Juventude Operária Católica). Este momento é lembrado pelos trabalhadores das duas empresas:

“Foi nos encontros da pastoral que a gente começou a valorizar a união, a organização, e ver que a força está em nosso poder.”

“As reuniões da pastoral abriam nossos olhos. Ensinava a compreender melhor os nossos direitos”.

“Os encontros da P.O. esclareciam quem era a burguesia e quem eram os proletários.(...) Nós temos a nossa ideologia e o patrão tem a ideologia da burguesia. Nós não podemos entrar na deles.”

A respeito das disputas pelo poder sindical :

- “Naquela época era bonito de ver. A maioria dos assuntos das rodinhas na fábrica, na igreja e em qualquer lugar era sobre aumento de salário, política e greve.”

“Eu mesmo pensava que o MOSP ia tomar o sindicato do “I” e não tinha mais volta. Mas ele soube fazer o jogo com a empresa e quebrou as pernas da oposição com pastoral e tudo.”

“A nossa classe era mais unida. Hoje a situação mudou.”

Entendemos este período como privilegiado enquanto um momento inicial da práxis operária que irá culminar no período das greves (assunto a ser abordado no próximo item).

6.3 - A práxis operária e o poder sindical no período das greves

Analisaremos neste item as ações do coletivo operário no período considerado mais intenso em termos de formação da consciência de classe. Usaremos o conceito de práxis social na formulação Lukacsiana como categoria explicativa do momento em que aparecem os “móveis” superadores da realidade imediata e apontam para a possibilidade objetiva da consciência de classe.¹⁰³

6.3.1- O movimento grevista brasileiro – a explosão dos anos 80

Entre 1985 a 1990 ocorreram as mais expressivas transformações na classe dos trabalhadores papeleiros serranos. As mobilizações seguiram o ritmo do movimento grevista no cenário nacional, onde as greves significavam descontentamento social ou político, explosão de demandas trabalhistas reprimidas ao longo do período de autoritarismo e estratégia para o surgimento das novas lideranças sindicais. (NORONHA, 1991, p. 96). A maioria concentrava-se claramente em temas salariais e outras reclamavam

contra as más condições de trabalho, a intensificação do ritmo de produção, ou reivindicavam a redução da jornada¹⁰⁴.

As análises sobre este período¹⁰⁵ apontam o modelo fordista como potencializador de greves pela intensificação da produtividade e rigidez do ritmo de trabalho próprios do crescimento e da concentração industrial. Por outro lado, as greves dos anos 80 representaram a forma de reconstrução sindical e de renovação de sua liderança. “O sindicalismo pelego ou inativo tem sido rapidamente destituído por lideranças ativas,

¹⁰³ Para Lukács, práxis, como vimos no capítulo 3, “é produção e reprodução da vida social humana.(...) O homem, inserido em grupos sociais, é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do devir social”

¹⁰⁴ A onda grevista da década de 80 começou pelo ABC paulista, em 1978 e 10 anos depois, em todo Brasil, somavam 6.593 conflitos. Análises superficiais (Cf, Noronha, 1991, p. 95) concentram-se em duas posições: “a primeira, dos analistas conservadores dos anos 70 e 80, na qual também se incluem os governantes, de que as greves surgiam de grupos radicais minoritários, ou seja, as greves eram vistas como políticas, no sentido de que continham intencionalidades que extrapolam o conflito trabalhista. A segunda, dos analistas de esquerda, ou dos progressistas, que viam as greves como reação às perdas salariais impostas nos anos 80, e, neste sentido, eram um fato econômico.”

¹⁰⁵ Confira : Humphrey, J., 1982; Carvalho, R., 1990.

independente de serem mais ou menos negociadoras ou confrontacionistas.” (NORONHA, 1991, p. 123)¹⁰⁶

No período da 1ª greve dos papeleiros do planalto serrano (1986), o movimento grevista no âmbito nacional era de refluxo. A diminuição do número de conflitos decorreu do Plano Cruzado, que teve o efeito de acalmar o descontentamento sindical. A evolução numérica das greves, de 85 para 86,¹⁰⁷ “expressa apenas o pipocar de paralisações curtas e localizadas. De fato, o conflito diminuiu em jornadas perdidas e o movimento sindical só recobrou forças quando tornou-se evidente o fracasso do plano”. (NORONHA, 1991, p.114).

As negociações coletivas de 1996, por causa dos rígidos controles de preços, eram rápidas, os empresários, pouco transigentes, e nas fábricas, os operários estavam desmobilizados. “A maior parte das 200 greves de junho de 86 foi deflagrada e rapidamente negociada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cujo presidente em exercício, Luís Antônio de Medeiros, despontava justamente como o inventor do sindicalismo de resultados”. (NORONHA, 1991, p.114).

No final de 86 ocorre desilusão com o Plano Cruzado, e em 87 o número de greves atingiu seu recorde: 2.188 paralisações e 132 milhões de jornadas não trabalhadas.

Nos anos de 1989 – 90 (ano da segunda greve dos Papeleiros Serranos) as greves atingiram seu ponto máximo em toda a década. Esse crescimento se explica pela crescente elevação das taxas de inflação, acumulando a variação de aproximadamente 1900% no ano.¹⁰⁸

6.3.2 As greves na memória dos trabalhadores - práxis e consciência de classe.

As mobilizações que deram origem ao movimento grevista de 1986, provocadas pelas disputas do poder sindical, fizeram emergir a práxis reveladora da possibilidade objetiva da

¹⁰⁶ Tal análise identifica a CUT(Central Única dos Trabalhadores) como propulsora das greves, embora a CGT(Central Geral dos Trabalhadores) tenha também deflagrado importantes paralisações.

¹⁰⁷ Segundo o autor, 85 foi o ano em que ocorreu o maior número de paralisações. A greve atingiu até categorias que raramente paralisavam. O exemplo clássico foi a greve nacional dos 700 mil bancários, ocorrida em setembro deste ano, termômetro para indicar o descontentamento generalizado no país.

¹⁰⁸ Cf, Noronha 1991, p. 22. Para o autor a posse do governo Collor e alteração da política econômica, o movimento sindical retraiu-se mas as greves mantiveram-se em patamares próximos aos de 1985-87.

consciência de classe dos papaleiros. No relato de uma liderança a greve foi o resultado de lutas cumulativas dos anos anteriores:

“ A primeira greve foi um ponto de chegada.(da organização da classe) Em 83 quase deu greve, em 84 também, em 85 foi até bem cerrado, 86 deu a greve. Em 85 a gente ocupou o pátio da Justiça do Trabalho, esperando a decisão com a comissão de fábrica. E foi da comissão de fábrica que o pessoal veio de lá em pé de greve, foram lá pra fazê greve. O pessoal tava aguardando, veio o pessoal da PCC lá no ginásio municipal (de Lages) e aí a gente tava em rodada de negociação e aí começou a deixar e o pessoal abandonaram o ginásio e vieram prá li, só não entraram prá sala de negociação, mas ocuparam tudo alí.”

A greve iniciada em 15/07/86, paralisando uma das fábricas mas envolvendo, na mobilização, toda a categoria, teve duração de pelo menos 9 dias e a participação de 700 grevistas.

Reivindicam 40% de reajuste salarial, equiparação salarial com as demais empresas do setor, melhores condições de trabalho, e maior diálogo com os patrões. Houve uma reunião de conciliação no tribunal regional do trabalho mas a direção da empresa não quis negociar as reivindicações dos trabalhadores. (DIEESE, agosto de 1986, p. 84.)

6.3.2.1.– Greve de massa e consciência de classe

O estopim da greve de 86, se acendeu com inúmeras reuniões conjuntas entre as fábricas, ocorridas fora do controle do sindicato¹⁰⁹. Por esse motivo, essa mobilização pode ser entendida como uma greve de massa, no entendimento de Rosa Luxemburgo, conforme item 3.4 desta pesquisa. O elemento espontâneo, para ela pode desempenhar um papel de motor, em que de repente “uma multidão de operários descobre de súbito, com um sentimento de acuidade insuportável o caráter intolerável de sua existência social e econômica,(...) desencadeia-se uma sublevação geral e espontânea para sacudir o jugo, para sacudir as algemas.” (LUXEMBURGO, Rosa, 1976, p.35).

Entre os papeleiros, ocorreram múltiplas reuniões e pequenos círculos organizativos de entrosamento entre as fábricas, tornando inóguas as assembléias do sindicato, que sempre eram feitas em separado em cada fábrica. Como narram membros da comissão de fábrica, trabalhadores demitidos após a greve e membros da diretoria do sindicato, os últimos dias e instantes que antecederam a greve foram muito intensos com muitas adesões, mobilização, e tomadas de decisões:

“A greve começou por causa da brutalidade de um engenheiro, mas o que incendiou o pelotão foram as jornadas de trabalho e os salários. Esta greve atropelou o sindicato” (Helder).

“Outro motivo da greve foi também a revolta contra alguns dirigentes da produção: Queríamos a cabeça do R., foi feita até uma faixa, anunciando que ele era o judas.” (Ivã, operário de descascamento da madeira.)

“A greve estourou quando tivemos certeza da grande diferença de salário entre PCC e Manville, isso que provocou. Então o pessoal começou a ter acesso às informações. Antes até existia uma certa rixa, porque o sindicato chegava na Manville e dizia que os caras da

¹⁰⁹ Na análise de Fert, (1993, p. 226) “o movimento grevista de 1986 passou por fora, e até mesmo contra a direção sindical”.

PCC chamavam nós de frouxo. Depois, no estouro da boiada se viu bem quem eram os frouxos.” (Julio, membro da comissão de fábrica, falando do sindicato).

“ De maio em diante, as conversas de greve aumentou, e mais pro fim de junho o sindicato já estava desacreditado. Quem via de fora o movimento não tinha cabeça.”

“Quando começaram a pressionar o “I”. (presidente do sindicato) prá que existisse a equiparação salarial o “I”. sempre tirava o corpo fora”.¹¹⁰

“Eles jogavam com a nossa ignorância e por isso a luta não ia prá frente. Aí começamos a procurar o pessoal da PCC e a estudar e aí tivemos uma série de informações sobre salário e benefício. Inclusive quando souberam da defasagem e o pessoal da PCC também não estava contente com as condições de lá, foi aí que ninguém segurou mais a greve.” (Liderança da oposição demitida depois da greve.)¹¹¹

“Nós já estava nos piquetes, e o “I” não aparecia, e ninguém sabia onde ele tava(...) O pessoal já comentava: se o sindicato não apoiá a nossa greve nós não vamo apoiá a assembléia deles”.¹¹²

Para um membro da diretoria do sindicato, o apoio foi total desde o início, embora ele reconheça que o sindicato ficou a par do problema quando já existiam comentários na saída da fábrica. Sobre sua ligação com a CUT, respondeu:

“O nosso sindicato é independente... Não participamos de nenhuma central sindical. Agora o que nós não somos é da CUT. Pensamos como a CUT, mas não aceitamos a interferência dos cutistas. Temos um trabalho longo e reconhecido pelos operários, e não queremos interferências externas, de fora da categoria.”¹¹³

¹¹⁰ Membro do conselho fiscal do sindicato.

¹¹¹ Trabalhador demitido após a greve se referindo ao sindicato que protelava o enfrentamento.

¹¹² Trabalhador do MOSP se referindo à forma como a diretoria do sindicato evitava aderir ao movimento grevista. Segundo lideranças da oposição sindical, a diretoria do sindicato só apareceu quando membros da CUT de Florianópolis apoiaram o movimento. Isto se confirma pelos próprios depoimentos de membros da diretoria, de que a CUT aparecia nas greves apenas para tumultuar, e com interesses políticos.

¹¹³ Liderança sindical.

Na memória dos trabalhadores:

“O papel do sindicato foi nulo. Quando o próprio sindicato chegou o pessoal tava todo na portaria, pronto prá parar.”¹¹⁴

“O sindicato só deu apoio depois que o pessoal já tinha parado... Eles chegaram tomando conta de tudo. O “I”. não deixou chegar nenhum apoio de fora... Nem da pastoral, nem de ninguém. Até o apoio do comércio, que também queria ajudar, foi rejeitado.”¹¹⁵

“Nós começamos a greve, depois o sindicato foi cobrado e o “I”. tomou as rédeas do movimento(...) Quando o “I”. abria a assembléia, já sabíamos se ele tinha feito o acordo ou não. E a maioria tinha medo de não votar na proposta dele”.¹¹⁶

“O I. sempre negociou sozinho com a empresa, e fechava os índices sem consultar as bases.”¹¹⁷

Os resultados da greve não favoreceram a categoria. A única reivindicação atendida satisfatoriamente foi o afastamento do engenheiro acusado de autoritarismo. Porém, esse movimento grevista dá força à oposição sindical organizada no MOSP, a ponto de quase vencerem a eleição do sindicato no ano de 1987. O resultado da eleição representou um grau elevado de maturidade, tanto na disputa pelo poder sindical, como na consciência política dos papeleiros. Confira os depoimentos de lideranças e participantes das eleições:

“O resultado das eleições foi vitória por que a oposição estava em desvantagem na campanha. A diretoria do sindicato tinha a máquina do sindicato, fazia as ameaças de demissão e o “I” sempre foi macaco velho de eleições. Nós tínhamos a pastoral e a nossa arma era esclarecer a verdade.(...) Ficar do lado da verdade dá esperança mas às vezes

¹¹⁴ O perário da fábrica “A”

¹¹⁵ Operário da manutenção.

¹¹⁶ Liderança da oposição sindical.

¹¹⁷ Trabalhador da fábrica A, oposição sindical.

tem suas desvantagens.”(referindo-se ao uso de todos os meios usados pela diretoria para manter-se no poder).

“ pela movimentação eu achava que a oposição ia derrubar o sindicato. Só não derrubou porque dizem que foi desviado voto.(...) Sobre o roubo da urna só ouvi comentário.”

“ Não sei como o sindicato conseguiu dar a volta por cima. Todo mundo pensava que o “I” ia perder.”

“Esse resultado (das eleições) diz que nossa classe estava pronta para uma união geral, quebrar a espinha deles (incluindo tanto o sindicato quanto a empresa). Mas não foi dessa vez. A nossa força é a organização e a força do patrão é o poder de tirar o sustento dos nossos filhos.”

A partir da análise destas falas, podemos fazer dois comentários: o primeiro, sobre a estrutura sindical imposta em vários países, como é o caso do Brasil. Cattani (1996, p.p.122-129) chama de “O fracasso imposto”, do modelo sindical, surgido pelas insuficiências do “Welfare States”. Verifica-se esse fracasso, a partir de três fatores principais: pela identidade prescrita (o estado ou o partido único impõe as regras); pela unicidade sindical (entidades oficiais únicas, garantidas pela sindicalização obrigatória, ou como no Brasil por uma contribuição compulsória); e pela burocratização, que engessa o sindicato em uma repartição pública, inibindo qualquer ação coletiva ou reação rebelde e contestatória.

Este modelo levou os sindicatos a serem agentes motores de produtividade, (inclusive no Brasil),

a 10^a polêmica do planeta ocupa o 18º lugar em produtividade e o vergonhoso 56º lugar em desenvolvimento social (OCDE, 1994). Este aparente paradoxo não foi provocado por um inédito capitalismo selvagem ou por elites perversas, mas pela falta de liberdade sindical. (CATTANI, 1996, p.114).

No caso dos papeleiros, o sindicato enfraquecido por este modelo coporativo, não conseguiu impor as transformações que atendessem aos interesses dos trabalhadores.

O segundo comentário diz respeito às reações espontâneas presentes nesse coletivo operário, demonstrando uma resistência na qual pode se afirmar um momento de consciência de classe.

6.3.2.2 - A transformação da base objetiva da luta de classes.

A segunda greve dos papeleiros¹¹⁸ serranos ocorreu num contexto em que o modelo sindical com o perfil de sindicalismo de resultados, veio apenas reforçar o solapamento da base organizativa dos trabalhadores.

Na década de 90, as mudanças na economia mundial, que já ocorriam nos países centrais nos anos 70 e 80, chamadas globalização da economia ou reestruturação produtiva, são sistematicamente aplicadas na indústria brasileira (Cf, item 5.2).

A sociedade estaria vivenciando um momento de transição do fordismo para a “acumulação flexível” (HARVEY, 1993, pp. 135-140, apresentado no item 5.1), contrapondo-se diretamente à rigidez do fordismo. Essas mudanças provocam, além de outros efeitos, o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes.

No planalto catarinense a greve de 86 provocou pouca retaliação por parte da empresa, se compararmos com a greve de 90, a qual começou por reivindicações salariais. Em 90 a greve foi apoiada integralmente pelo sindicato, justamente no contexto da crise gerada pelo plano Collor, em que houve, em todo o país, grande queda salarial e demissões em massa.

As direções das fábricas responderam imediatamente com demissões, inclusive aproveitando o motivo da greve para redefinir o quadro de pessoal. As demissões foram articuladas com o processo de terceirização do sistema produtivo e a readequação da mão-de-obra às novas mudanças tecnológicas, da reestruturação produtiva. Foi neste contexto que as fábricas procuraram se adequar aos padrões internacionais de qualidade como a obtenção do certificado do programa “ISO 9.000”.

¹¹⁸ Esta greve, segundo informações do SITIPEL, ocorreu em junho de 1990, com uma participação de aproximadamente 2000 grevistas. Reivindicavam 89% das perdas decorrentes da inflação. Conseguiram através do acordo 43% de reajuste salarial.

Os trabalhadores, além de não conquistarem suas reivindicações,¹¹⁹ receberam a maior retaliação, sem precedentes. (Cf, análise na tabela 13, sobre a diminuição da mão de obra, item, 6.5.3).

Segundo as falas dos trabalhadores, existia uma estratégica aliança do sindicato com as empresas, no sentido de aproveitar a conjuntura histórica do momento para dar vazão e usar o movimento grevista como álibi para fazer, tanto as retaliações devidas ao movimento, como reduzir o quadro de funcionários disfarçadamente. Esta greve iniciada na PCC, estendendo-se para as outras fábricas (Olinkraft, Celucat e Bates)¹²⁰ é lembrada da seguinte forma:

-“Nós fizemos a nossa greve(referindo-se à greve de 86) e eles fizeram a greve deles. A nossa greve foi para não deixar cair o salário, e a greve deles (do sindicato e da empresa) foi para nos mandar embora.”¹²¹

-“Entrei de gaiato, pensando que a greve ia favorecer a nossa classe, mas favoreceu a do sindicato e a da empresa.”¹²²

-“Eles queriam mandar embora, por isso deixaram fazer a greve”.¹²³

-“Hoje temos vários agravantes: pensar em greve com um exército de reserva esperando as demissões é difícil. A oposição já está praticamente fora da fábrica. Somente do meu setor foram 17 demitidos , todos eles de ponta.”¹²⁴

-“Esta luta que a gente sonha está muito longe de acontecer porque o desemprego tecnológico quebra a espinha dorsal dos trabalhadores.”¹²⁵

¹¹⁹ para uma perda de 89% da inflação o acordo foi fechado em 43% de aumento (segundo informação do sindicato).

¹²⁰ Nesta época o Grupo Klabin não tinha ainda anexado a Bates e a Celucat. Desta última iria assumir a razão social.

¹²¹ Liderança da oposição sindical, demitido.

¹²² Ibidem.

¹²³ Ibidem.

Para liderança da P.O. :

“Nunca se percebeu o que o sindicato queria, porque as lideranças da greve eram demitidas, e o sindicato não se envolvia. (...) Quem assumia oposição ao sindicato era despedido da fábrica. Não existia clima de confiança.(...) A Igreja não estava envolvida diretamente, mas eles buscavam o apoio da Igreja.”¹²⁶

As falas sobre as possíveis saídas desta situação seguiram quase que na totalidade a procura de alternativas individuais, embora existam algumas formas de resistência conjunta ao capital (por parte de lideranças da PO. E membros da oposição sindical):

“O meu emprego dá para ir se equilibrando mas eu penso em montar um negócio para ter mais segurança.”¹²⁷

“Se eu tivesse um capital procuraria uma profissão autônoma.”¹²⁸

“Eu sonho, um dia, ter o meu negócio, porque trabalhar de empregado é dar o lucro para a burguesia.”¹²⁹

“É, a saída para quem tem um capital inicial é ir montando algo autônomo. No nosso caso a Pastoral, através da Cáritas, nos orientou para desenvolver um projeto alternativo e estamos aí, inclusive tentando dar respostas ao grande capital pela cooperação ao invés da competição.(...) Projetos como este podem ser alternativas aos companheiros que vão tombando sem abandonar a luta dos trabalhadores.”¹³⁰

¹²⁴ Trabalhador da trituração da madeira. Trabalhador “de ponta” significa liderança que se situava na vanguarda da classe ou da oposição sindical.

¹²⁵ Trabalhador do setor tissue.

¹²⁶ Agente da Pastoral Operária, sobre a greve de 90

¹²⁷ Trabalhador, da embalagem.

¹²⁸ Operador de esteira no transporte da madeira picada, Fábrica “B”.

¹²⁹ Florestal.

¹³⁰ Um grupo de demitidos por ocasião da greve de 1990, iniciou uma cooperativa de fabricação de lajotas e peças de cimento.

“Nós estamos resistindo, ainda, só que fora da fábrica... Hoje estamos tocando uma facção, e está sendo uma alternativa viável de sobrevivência. O ‘A’ está tocando um escritório autônomo, mas continuamos na causa mais geral.”¹³¹

As alternativas individuais se inserem (no processo de dominação/subordinação ocorrendo uma circularidade entre formas de agir e pensar.

Se a burguesia toma decisões e impõe seus valores, por sua vez também é pressionada e influenciada pelo comportamento dos subalternos. Estes, por sua vez, metabolizam as normas e padrões de conduta que lhe são impostos e reagem em manifestações já aculturadas. (PESAVENTO, S, 1990, pp 12-13),

A busca de ascensão social destes operários pela alternativa individual ou a ligação com o mundo rural não significa um arrefecer da consciência de classe e consequentemente à ação coletiva dos trabalhadores como afirmam alguns autores.¹³² A ação coletiva depende mais do grau de consciência de classe do indivíduo do que muitas experiências.¹³³ Estes depoimentos confirmam a existência de identidades sociais e profissionais forjadas em momentos anteriores, e conquistadas nas lutas coletivas.

6.3.2.3 – O salto qualitativo: da consciência sindical para a consciência política

A experiência das duas greves resultou num crescimento qualitativo da consciência de classe e se verificou pela estratégia de enfrentamento dos papeleiros na passagem da luta sindical para a organização político-partidária¹³⁴. Os militantes do MOSP, em 92, atuam enquanto “um núcleo de vanguarda” e fundam o PT (Partido dos Trabalhadores) em dois

¹³¹ Liderança da oposição.

¹³² Goldmann, afirma que o êxodo rural transforma a própria natureza do grupo, “o que implica em mudanças de estrutura não apenas na sua consciência real, mas também, na sua consciência possível”. (Goldmann, L., *Dialética e Ciências Humanas*, Portugal, Presença, 1972, p. 106).

¹³³ Mészáros, István, *Consciência de classe contígua y Necesaria*, op. Cit, pp. 136/137

¹³⁴ Esta passagem da consciência sindical para a consciência política representa, na concepção de Lênin, depois de Kautsky (descrito no item 3.4,) um passo fundamental na formação da consciência. Neste passo se dá o aproveitamento, dos “fatos e os acontecimentos políticos concretos e atuais para observar cada uma das outras classes sociais e aplicar na prática a análise e os critérios materialistas a todas as formas da atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos da população.” E na formulação de Lukács, verificou-se o “Salto” em direção à consciência verdadeira.

municípios – Otacílio Costa e Correia Pinto. Nas eleições, lançam, em Otacílio Costa, uma candidata a prefeita, e em Lages se concentram em candidaturas a vereador.

A relação do movimento de oposição sindical com a política partidária (partido de esquerda) levou a uma identificação da diretoria com os partidos de direita. Sobre essa questão Cattani diz que: A relação movimento sindical/ partidos de esquerda, são instrumentos de apoio à greves e formadores da consciência de classe. Enquanto a mesma relação com partidos de direita são dissimuladas, subterrâneas, embora ocorrendo às vezes nos altos andares do Ministério do Trabalho ou das Secretarias Estaduais do Trabalho.

Essas relações são pautadas pelo tráfico de influência, pelo clientelismo barato. As verbas para a sede social, para a colônia de férias, são trocadas pelo acomodamento e pelo servilismo ao poder. Mas esses fatos, obviamente, não aparecem, a não ser indiretamente nos fulgazes ganhos do sindicalismo de resultados ou nas mesquinhas vantagens materializadas na sede do sindicato.(CATTANI, 1991, p.78).

Na memória de trabalhadores ligados ou não à organização do partido as falas revelam uma consciência política superadora da consciência meramente econômica.

“A criação do PT obrigou todo mundo a tomar a decisão de que lado ia ficar. Aí a coisa ficou feia porque muita gente que fechava com a oposição tinha o rabo preso com a direita, ou com outro político da direita.”

“A eleição mexeu com o sossego daqueles que queriam ficar em cima do muro. A presença do PT ajudou a classe a pensar mais longe.”

“A organização do PT veio trazer divulgação maior das propostas da oposição. Mas desde o começo os líderes da oposição já eram conhecidos por petistas.”

“O sindicato diz que não se envolve com política só pra não dizer que apóia o partido do patrão.”

“Um Partido dos Trabalhadores significa uma luta a longo prazo. Se ficarmos só brigando no sindicato, podemos melhorar o nosso salário. O PT combate a exploração em geral.”

“A luta sindical é uma luta mais particular, e a luta política é a tomada do poder em geral.”

“Nós criamos o PT para mudar o rumo da luta contra a burguesia. Isso foi estratégia política contra a direita que estava infiltrada no sindicato.(...) O que realmente queremos não é só o poder local, mas acabar com a exploração do trabalhador e com o capitalismo.”

“No sindicato o patrão quebra a gente . Com o partido podemos quebrar o patrão.”

Essas falas sobre as vantagens do coletivo operário constituir-se num Partido dos Trabalhadores expõem um nível de consciência que supera a consciência de grupo (sindical) e aponta para a possibilidade objetiva da consciência de classe, enquanto consciência adjudicada. Por outro lado, se o coletivo operário do planalto catarinense superou o estágio da falsa consciência, saindo do dado meramente econômico para o político, não atingiu uma consciência de classe plenamente, dadas as condições objetivas, principalmente a reestruturação produtiva pelo ritmo de implantação acelerado nessas indústrias, que solapou a base organizativa dos papeleiros através, sobretudo da terceirização, que excluiu da arena de lutas as principais lideranças de oposição.

7 - Considerações finais

Esta pesquisa analisou a consciência de um coletivo operário, que se forma na indústria extrativista tradicional de madeira, e sofre alterações com o surgimento da grande indústria de papel e celulose. Posteriormente, estes operários enfrentam as mazelas de um sindicalismo de resultados, do tipo populista e dominador, num contexto de inovações tecnológicas e organizacionais.

A operacionalização dos objetivos, que tinha por meta identificar a consciência de classe nas condições históricas e particulares deste grupo, se orientou, principalmente nas seguintes contribuições teóricas: as formulações lukacsianas sobre consciência de classe e o debate das suas ambivalências; as formulações recentes sobre reestruturação produtiva na indústria e a identificação do fordismo periférico na particularidade do capitalismo no Brasil.

Da parte histórica sobre a caracterização da produção do setor concluímos que as indústrias papeleiras no planalto são competitivas, de grande porte e com incremento tecnológico em expansão, permitindo consolidar-se ao nível mundial. Esta posição no cenário mundial se dá pelos incentivos do Banco Nacional de Desenvolvimento, que privilegia as grandes indústrias neste setor.

Procedendo a caracterização nas relações de trabalho, nota-se um processo contínuo e integrado na evolução das técnicas de produção de papel e celulose (de polpação mecânica para a alcalina), de sorte que as papeleiras concentraram no passado grande número de trabalhadores, através da desterritorialização (do meio rural para o meio urbano) e, principalmente, reunindo um “exército” de trabalhadores desempregados em decorrência da crise do primeiro ciclo da madeira e do declínio substancial das serrarias.

Atualmente (1996) esses trabalhadores enfrentam a reestruturação produtiva própria do processo mundial de globalização da economia. Tais mudanças descortinam um desemprego tecnológico brutal, como efeito principal, no caso dos papeleiros, repercutindo imediatamente na estrutura das bases organizativas daquele coletivo, e conseqüentemente na consciência de classe dos trabalhadores.

A respeito das conclusões relativas à pesquisa empírica, constatamos que os operários do planalto catarinense, por se constituírem, enquanto classe, no contexto do modelo patrimonialista e clientelista próprios da formação do capitalismo no Brasil, trouxeram a herança daquelas relações sociais interferindo na formação da consciência de classe. Em vista disso, apresentaram um grau de consciência de classe, analisada enquanto “consciência adjudicada” (segundo Lukács), identificada como falsa consciência que se verificou, através de suas falas sobre aquele momento inicial (anterior ao período das greves) da formação do coletivo operário.

As experiências das mobilizações grevistas nos anos 80 resultaram, pelos desafios enfrentados – sindicalismo de resultados, desemprego generalizado (exército industrial de reserva) – no surgimento da práxis operária que promove um salto qualitativo na consciência de classe, superando a falsa consciência, presa aos efeitos econômicos da exploração capitalista. O “salto”, categoria de Lukács para falar sobre a passagem da falsa para a verdadeira consciência, se verificou, pelas falas dos operários, na realização de uma greve por melhores salários e condições de trabalho, sem o apoio, e até contra a vontade do sindicato, e também na organização de uma oposição sindical que se formou de certo modo à altura da diretoria do sindicato. Além disso, este salto qualitativo foi demonstrado através da fundação do Partido dos Trabalhadores, significando, desta forma, uma evolução da luta contra os efeitos da exploração, para uma luta contra as causas da dominação capitalista.

A reestruturação produtiva implantada pelas empresas provoca o solapamento da organização da classe trabalhadora, pelas demissões em massa, interrompendo o ritmo da luta de classe desses trabalhadores. Esta constatação se fundamenta na estratégia da empresa em colaboração com o sindicato o qual incentiva uma greve (1990) num momento inoportuno da conjuntura nacional, resultando na mais fragorosa retaliação das bases objetivas da organização operária..

Por fim, entendemos que este coletivo operário, fragmentado e basicamente fora da fábrica, mas presente tanto no partido, formulador de estratégias gerais de resistência, como no desenvolvimento de projetos alternativos de sobrevivência (pequenas cooperativas de produção), criados para acolher os que “tomaram” nos conflitos gerados por essas relações de trabalho apresentam uma especificidade própria. A solidariedade de classe demonstrada

nestes trabalhadores, considerando antes de tudo os limites deste estudo de caso, podem abrir perspectivas históricas, no sentido de negar a legitimidade social e também cultural necessárias para a manutenção da ideologia neo-liberal na atual fase do sistema capitalista.

8. Bibliografia

ABRAMO, V., A subjetividade do trabalho frente à automação, in NEDER, R, Automação e Movimento Sindical no Brasil, São Paulo, Hucitec, 1988.

ANTUNES, Ricardo, Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil, São Paulo, Cortez, 1990.

ANTUNES, Ricardo, Adeus ao trabalho: a metamorfose no mundo do trabalho e dimensões da crise do sindicalismo, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1995.

ASSOCIAÇÃO Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose – ANFPC, Relatório Estatístico, 1978 à 1983.

BNDES, A participação do sistema BNDES na evolução do setor de celulose e papel no Brasil, Departamento de Relações Institucionais, Rio de Janeiro, 1990.

BOITO, Armando Jr, e outros, O Sindicalismo brasileiro nos anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BRAVERMAN, H., Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no séc. XX, Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

BRESCIANI, Luís Paulo. Reestruturação industrial e negociação coletiva: o sindicalismo brasileiro vai à luta? In: MARTINS, H. de Souza & CARVALHO, J. Ricardo (orgs.). Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho, São Paulo, HUCITEC/CEDI/NETS, 1994.

CARMO, Paulo Sérgio do, A ideologia do trabalho, 7ª ed., São Paulo, Moderna, 1992.

CARVALHO, Ruy de Q., Tecnologia e trabalho industrial, Porto Alegre, LPM, 1987.

CARVALHO, Ruy de Q., e Schmitz, Hubert, O Fordismo está vivo no Brasil, Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, 1990.

CATTANI, Antônio D., A ação coletiva dos trabalhadores, Porto Alegre, UFRGS, Zahar, 1991.

CATTANI, A.D., Trabalho/Autonomia, Petrópolis, Vozes, 1996.

CEAG/SC, Evolução histórico-econômica de S.C., séc. XVIII – 1960, Florianópolis, 1980.

CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural), O mundo do trabalho em dados, São Paulo, CPO, 1995.

CHASIN, José, O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade do Capitalismo Hipertardio, São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

COELHO, Rui Galvão, de Andrada, Estrutura social e dinâmica psicológica, São Paulo, Pioneira, 1969.

COHN, Gabriel, Sociologia da Comunicação, São Paulo, Pioneira, 1973.

CONSELHO de Desenvolvimento Industrial CDI-MIC, Mercado Brasileiro de Celulose e Papel, Brasília, 1982.

CONSELHO de Desenvolvimento Econômico, Programa Nacional de Papel e Celulose, Brasília, dezembro, 1984.

CORIAT, Benjamin, Pensar pelo avesso, Rio de Janeiro, Revan, 1994.

COSTA, Licurgo. O Continente das Lagens, Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson, O estruturalismo e a Miséria da Razão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos, Estudo da competitividade da indústria brasileira, São Paulo, Papirus, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1995.

CUNHA, A.C. da., Análise histórica do trabalhador das indústrias Klabin do Paraná 1942 – 1980, dissertação de mestrado, Curitiba, UFP, 1982.

D.C. - Diário Catarinense, Informe especial do setor de papel e celulose, 29/10/96.

DIEESE, Anuário dos Trabalhadores- 1996-97, São Paulo, 1996.

DIEESE, Anuário dos Trabalhadores de Santa Catarina – 1997, Florianópolis, 1997.

DIEESE, Reestruturação produtiva e emprego na Indústria de SC, Núm. 1, Florianópolis, 1997.

DIEESE, Características estruturais do setor de papel e celulose no Brasil, Trabalho elaborado pela subseção do DIEESE FETIESC para a Conferência Mundial de La Icef sobre las industrias de la pulpa y el papel. Las Vegas, EUA, outubro de 1993.

DIEESE, Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção, São Paulo, Dieese, 1994.

DOMINGUES, M^a J. C. de Souza & URNAU, Ester, Flexibilidade na produção: a implantação de células de manufatura em uma empresa de confecção, In: Revista de negócios. n. 3, v.1. Porto Alegre, 1996.

DURKHEIM, Emile, Representações individuais e coletivas, in Sociologia e Filosofia, Rio de Janeiro, Forense, 1970.

ENGELS, Friedrich, A Classe Trabalhadora na Inglaterra, Portugal, Presença, 1975.

ENGELS, Friedrich, Anti Duhring, São Paulo, Paz e Terra, 1979.

FAORO, Raymundo, Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, Porto Alegre, Globo, 1985, in FERT, J.N., O clientelismo nas relações de trabalho, dissertação de mestrado, UFRGS, 1995.

FERREIRA, C. G., O fordismo, sua crise e o caso brasileiro, In: Cadernos do CESIT, Campinas, IE/UNICAMP,. Nº 13, 1993.

FERT, J.N., O Clientelismo nas relações de trabalho, Dissertação de mestrado, Porto Alegre, UFRGS, 1995.

FREDERICO, Celso, A Consciência Operária no Brasil, São Paulo, Ed. Ática, 1979a.

FREDERICO, Celso, A Vanguarda Operária, São Paulo, Ed. Símbolo, 1979b.

GALETI, Paulo, Conservação do Solo - Reflorestamento - Clima, Campinas, Instituto Campineira de Ensino Agrícola, 1982.

GOLDMANN, L., Dialética e Ciências Humanas, vol. 1, Portugal, Presença, 1972.

GOULARTI F^o, Alcides, Os efeitos perversos do desmonte do frágil Welfare State brasileiro, In Atualidade Econômica, Florianópolis, Dep. de Economia, junho, 1997

GORZ, A., Adeus ao proletariado, Rio de Janeiro, Forense, 1987.

GRAMSCI, Antônio, Obras Escolhidas, vol. II, Portugal, a Estampa, 1974.

GRAMSCI, o Ressurgimento, in Obras Escolhidas, vol II, Argentina, Ed Cartagos, 1974.

GRAMSCI, Antônio, Maquiavel - a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, Antônio, Antologia, Seleccion y notas de manuel sacristán, México, Siglo ventiuono, 1975.

GUIMARÃES, Antonio,S., Agier, M., Castro,N., Imagens e Identidades do Trabalho ,São Paulo, Hucitec, 1995.

GUIMARÃES, Alfredo e Sérgio, A, Classes, Interesses e Exploração in, BIB, Rio de Janeiro, n. 31, pp. 49-66, 1º semestre de 1991.

HARVEY, David, Condição pós-moderna, São Paulo, Loyola, 1993.

HIGASHI, Hermes Yukio, Estratégias tecnológicas das empresas líderes na indústria brasileira do papel, Dissertação de mestrado, Campinas, UNICAMP, 1993.

HOBSBAWN, Eric, Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária, São Paulo, Paz e Terra, 1987

HOBSBAWN, Eric (Org), História do Marxismo, São Paulo, Paz e Terra, 1986.

HUMPHREY, John, Fazendo o “Milagre”: Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira, São Paulo, Cebrap, Petrópolis, Vozes, 1982.

LAMPEDUSA, Tomasi Di, O Leopardo, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

LEITE, M.P., O futuro do trabalho, novas tecnologias e subjetividade operária, São Paulo, Scritta, 1994.

LENIN, V.I., Cuadernos Filosóficos, in Frederico, Celso, A Vanguarda Operária, São Paulo, Ed.Símbolo, 1979.

LENIN, V.I., Obras Escolhidas, vol II, Argentina, Ed Cartagos, 1974.

LENIN, V.I., Opere, vol 13, in Hobsbawm, Eric (org.), História do Marxismo, São Paulo, Paz e Terra, 1986.

LENIN, Sobre os Sindicatos, Rio de Janeiro,Vitória, 1961.

LENZI, Carlos, Poder Político e Mudança Social, dissertação de mestrado, Florianópolis, UFSC, 1977.

LESSA, Sérgio, Lukács e o Marxismo Contemporâneo, in, Temáticas, Campinas, 1(1/2):95-127, jul./dez. 1993.

LIPIETZ, Alain, Audácia: uma alternativa para o século XXI, São Paulo, Nobel, 1991.

LIPIETZ, Alain, Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo, São Paulo, Nobel, 1988.

LUKÁCS, G., Introdução à Uma Estética Marxista, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970.

LUKÁCS, Georg, História e Consciência de Classe, Escorpião (tradução e publicação), Portugal, Porto, 1974.

LUKÁCS G. A ontologia de Marx, In, Neto, J. Org., Sociologia, São Paulo, Ática, 1981.

LUXEMBURGO, Rosa, Greve de Massas, Partido e Sindicatos, Portugal, Centelha, 1976.

MACHADO, L. R. de Souza, As mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora: politecnia, polivalência ou qualificação profissional, In Trabalho e educação, São Paulo, Papirus, 1994a.

MACHADO, L.R de Souza, Controle da qualidade total: uma nova gestão do trabalho, uma nova pedagogia do capital, In FIDALGO, Fernando S. (org.). Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista, 1994b.

MARQUES, Siomara, A pesquisa sócio-política em Otacílio Costa- SC, 1991, trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, Lages, Uniplac.

MARTENDAL, Ari, A incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira, dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, FGV, 1980.

MARX, K., O Capital, Livro 1, Vol. 1, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, S.A., 1988.

MARX, Karl, O Capital, livro I, vol. I, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971

MARX, Karl, Manifesto do Partido Comunista, São Paulo, global editora, 1987.

MARX K., Para a Crítica da Economia Política, Prefácio, Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1974.

MARX, K. e Engels, F., A ideologia Alemã (Feuerbach), São Paulo, Hucitec, 1991.

MARX, K. e Engels, F., Textos 3, Edições Sociais, 1977.

MARX, K. e Engels, F., Obras Escolhidas, Rio, Vitória 1963.

MARX, K. y Engels, F., La Sagrada Família, Buenos Aires, Claridad, 1971.

MATHIAS W.F., O impacto da era eletrônica na demanda de papel. In: Revista Dados e Idéias, março, 1982.

MELLO, João, M. Cardoso, O Capitalismo Tardio, Tese de Doutorado, Unicamp, 1975.

MÉSZÁROS'István, Consciencia de classe contingente y necesaria, in Aspectos de la historia y la conciencia de classe, México, UNAM, 1973.

MUNARIM, Antônio, A práxis dos movimentos sociais na Região de Lages, dissertação de mestrado, Florianópolis, UFSC, 1990.

NASCIMENTO, E., Notas a respeito da escola francesa da regulação, In Educação e Sociedade, Campinas, Papirus/CEDES. Nº 40, dezembro, 1991.

NORONHA, Eduardo, e outros, O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

OLIVEIRA e outros, O setor de celulose e papel, Campinas, 1990, Convênio IPT/FECAMP, versão preliminar.

OLIVEIRA, Francisco, A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da economia da república velha no Brasil, in A Economia da Dependência Imperfeita, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

PALADINO, Gina Gulineli. Papel, técnica e capital, dissertação de mestrado, Curitiba, UFPR, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, O Cotidiano da República – elites e povo na virada do século, Porto Alegre, Ed. da Universidade, 1990.

PESQUISA das Indústrias de Pasta Mecânica e Semiquímica na Região Sul do Brasil, 1976.

RABELO, Giane, Trabalho Arcaico no Moderno Mundo da Moda, dissertação de mestrado, Florianópolis, UFSC, 1977.

RATTNER, Henrique, Johnson, Bruce B. Lima, Luiz E. Silver, Simão D., A produtividade e competitividade do setor de papel e celulose brasileiro. São Paulo, FIPE/FINEP, 1993.

REVISTA de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.35, nº 2, 1992.

REVISTA Expressão, ano 5, núm.52, 1995.

SEBRAE, CDL e Cáritas Diocesana de Lages, pesquisa efetuada em 1996, in Correio Lageano (23/03/97).

SERPA, Élio, Igreja e Poder em Santa Catarina, dissertação de mestrado, Florianópolis, Ed.da UFSC, 1993.

SCHAFF, Adam, Lukács, G, Sobre o Conceito de Consciência de Classe, Porto, Escorpião, 1973.

SHIROMA, Eneida O., Mudança tecnológica, qualificação e políticas de gestão: a educação da força de trabalho no modelo japonês, Campinas, 1993, Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Sérgio, Expansão Cafeeira e origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1977.

SINPACEL - Sindicato das Indústrias de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel, Papelão e de Artefatos de Papel e Papelão do Estado do Paraná.

SITIPEL –Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Papel e Papelão de Lages – CC (Contratos Coletivos): anos 1985/1986; 1990/1991; 1995/1996.

SOCHOR, Ludomir, Lukács e Korsch: a discussão filosófica dos anos vinte, in Hobsbawm (Org.), História do Marxismo, v. 9, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

SOTO B., Fernando A., Da indústria de papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporatismo tradicional ao neocorporatismo, Tese de doutoramento em Economia, Campinas, UNICAMP, 1992.

SOUZA, F.Ponte e outros, Crises e regulação nas economias desenvolvidas e brasileira, in A economia em revista, U.E.M. (Universidade Estadual de Maringá), 1997.

TAVARES, M.C., Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil, Tese de Livre Docência, Rio de Janeiro , UFRJ, 1974.

UNIPLAC, Sine e Sebrae, Censo Empresarial em Lages, 1997.

VASQUEZ, Sanchez, A filosofia da Práxis, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

VELHO, Otávio (org.), Estrutura de Classes e Estratificação, Rio de Janeiro, 1973.

9. Anexo 1

Lista de Siglas

- ABC paulista – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
- cidades fortemente industrializadas que integram a Grande São Paulo
- ANFPC – Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose
- BNDE – Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Sócio-Econômico
- BRDE – Banco Regional do Desenvolvimento
- CAD - Computer Aided Design (Desenho com Auxílio de Computadores)
- CAM - Computer Aided Manufacturing (Produção Industrial com Auxílio de Computadores). O uso das duas siglas unidas indica a passagem automática e direta das especificações do projeto para a produção.
- CCQ – Círculo de Controle de Qualidade
- CDE – Conselho do Desenvolvimento Econômico
- CDI - Conselho do Desenvolvimento Industrial
- CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas
- CEAG/SC – Conselho Estadual de Agricultura
- CEFURIA – Centro de Formação Urbano Rural
- CGT – Central Geral dos Trabalhadores
- CNC - Comando Numérico Computadorizado
- CTQ – Controle Total de Qualidade
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos
- D.C. – Diário Catarinense
- FETIESC – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina
- FINAME – Financiamento de Médias Empresas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- JIT – Just-in-time
- JOC – Juventude Operária Católica
- MRP - Material Requirements Planning (Planejamento das Necessidades de Material).
- MRP II - Manufacturing Resources Planning. (Planejamento e Controle efetivo dos insumos de todas as operações de uma empresa).
- MOSP – Movimento de Oposição Sindical dos Papeleiros
- NICs – Newly Industrialized Countries (Países recentemente industrializados)
- NT – Novas Tecnologias

- OCDE – Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico
- OCT – Organização Científica do Trabalho
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- PCC – Papel e Celulose Catarinense (hoje Celucat)
- PEA – População Economicamente Ativa
- PEE – Programa Especial de Exportação
- PIC – Projeto de Incremento ao Comércio
- PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra DomicilPND – Plano Nacional de

Desenvolvimento

- PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- P.O. – Pastoral Operária
- PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
- PT – Partido dos Trabalhadores
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SITIPEL – Sindicato do Papel, Papelão e Cortiça de Lages e Região
- t/d – toneladas dia
- TR - Teoria Regulacionista
- Uniplac – Universidade do Planalto Catarinense